

OIKOS

**Revista de
Economia Política
Internacional**

Oikos volume 18, n. 1 • 2019

Rio de Janeiro • Quadrimestral

ISSN 1808-0235 | ISSN VIRTUAL 2236-0484

1. Economia Política - Periódicos
2. Economia brasileira - América Latina



instituto de economia

**Pós-graduação em
Economia Política Internacional**

Editor | Editor

Raphael Padula (PEPI/UFRJ)

Chefe da Equipe Editorial | Editorial Team Head

Fernanda Pacheco de Campos Brozowski

Equipe Editorial | Editorial Team (PEPI-IE/UFRJ)

Amanda Orguim Simioni | Ben Lian Deng | Bernardo Salgado Rodrigues
| Caroline Rocha Travassos Colbert | Caroline Yukari Miaguti | Dominique
Marques de Souza | Felipe Gusmão Carioni Fernandes | Guilherme Celestino
| Juliana Lopes Santos | Ítalo Barreto Poty | João Miguel Villas-Bôas Barcellos
| Laura Emilse Brizuela | Mario Afonso Lima | Matheus de Freitas Cecilio |
Paulo Vitor Sanches Lira | Pedro Allemand Mancebo Silva | Pedro José Aquino
Martinez | Simone Kawakami Gonçalves Costa | Vitor de Paula Motta Sanchez

Conselho Editorial | Editorial Board

Andrés Rivarola Puntigliano (Universidade de Estocolmo) | Antônio Carlos Ma-
cedo e Silva (IE/UNICAMP) | Carlos Lessa (IE/UFRJ) | Carlos Medeiros (PE-
PI-IE/UFRJ) | Carlota Perez (Tallinn University of Technology, Estonia) | Darc
Costa (FEDERASUR) | Eric Helleiner (Universidade de Waterloo, Canadá) |
Erik S. Reinert (Tallinn University of Technology, Estonia) | Franklin Serrano
(PEPI-IE/UFRJ) | Ha-Joon Chang (Cambridge University, UK) | Jan Kregel
(University of Missouri-Kansas City, USA) | José Luís Fiori (PEPI/UFRJ) | L.
Randall Wray (University of Missouri-Kansas City, USA) | Marcos Costa Lima
(UFPE) | Maria da Conceição Tavares (PEPI-IE/UFRJ) | Nildo Ouriques (IELA/
UFSC) | Ricardo Carneiro (IE/UNICAMP) | Theotônio dos Santos (em memó-
ria) | Thomas Palley (Economics for Democratic and Open Societies, USA) |
Wilson Cano (IE/UNICAMP)

Colaboradores nesta edição | Contributors in this issue

André Luiz Varela Neves | Bruno Hendler | Caio Martins Bugiato | Cristina
Soreanu Pecequilo | Eduardo Alberto Crespo | Marcelo Pereira Fernandes
| Maurício Medici Metri | Milton Alfredo Reyes Herrera | Pedro Rocha Fleury
Curado | Ricardo Zortéa Vieira | Roberto Goulart Menezes | Valéria Lopes Ribeiro

Produção editorial

comtatica.com

sumário

OIKOS | Volume 18, n.1 • 2019

NOTA DO EDITOR 05

ARTIGOS		
	A contribuição de Kees van der Pijl à Economia Política Mundial Giorgio Romano Schutte	06
	As relações de trabalho no processo de desenvolvimento da Coreia do Sul: os limites da abordagem desenvolvimentista Daniel Nogueira Silva e Ronaldo Herrlein Junior	22
	O protagonismo do Brasil na integração da Sul-americana: uma análise das relações comerciais 2000-2018 Sofía Escobar Samurio, Pedro Silva Barros e Luciano Wexell Severo	38
	Dissenso ao contrassenso do novo consenso de Lara-Resende: a alternativa da macroeconomia da demanda efetiva Ricardo Summa e Franklin Serrano	55
	Inflação e crescimento dos salários: uma análise comparada do caso brasileiro entre 2004 e 2014 e a <i>creeping inflation</i> da Era de Ouro do Capitalismo Guilherme Spinato Morlin e Carlos Pinkusfeld Bastos	70
	Clausewitz, Keegan e a evolução da guerra: caminhos entre a racionalidade e a etologia Daniel Ribera Vainfas e Daniel Barreiros	87

summary

OIKOS | Volume 18, n.1 • 2019

EDITOR'S NOTE 05

ARTICLES		
	The contribution of Kees van der Pijl to International Political Economy Giorgio Romano Schutte	06
	Labor relations in South Korea's development process: the limits of the developmentalist approach Daniel Nogueira Silva, Ronaldo Herrlein Junior	22
	Brazil's leading role in the South American integration: an analysis of trade relations 2000-2018 Sofía Escobar Samurio, Pedro Silva Barros, Luciano Wexell Severo	38
	A dissent to the new consensus model and its non-consensual amendments by Lara-Resende: the alternative of Macroeconomics of Effective Demand Ricardo Summa, Franklin Serrano	55
	Inflation and wage growth: a comparative analysis of the Brazilian case, between 2004 and 2014, and the Golden Age's creeping inflation Carlos Pinkusfeld Bastos, Guilherme Spinato Morlin	70
	Clausewitz, Keegan and the evolution of warfare: pathways between rationality and ethology Daniel Ribera Vainfas, Daniel Barreiros	87



Nota do Editor | Editor's Note

A presente edição da revista **Oikos - Revista de Economia Política Internacional** do PEPI (Pós-Graduação em Economia Política Internacional) do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ) publica artigos submetidos através do seu sítio, selecionados a partir de avaliação dupla e cega de pareceristas, realizada por pares.

A Oikos busca trazer e impulsionar debates e reflexões da área de EPI, assim como de áreas conexas que possam contribuir para o seu debate. Portanto, artigos que partem de debates próprios da EPI, ou da Economia, Relações Internacionais, Geopolítica e História, conduzidos e conectados apropriadamente ao debate ou à análise de EPI, são contribuições bem-vindas e publicadas nas suas edições.

Esta edição é composta por artigos que em seu conjunto abrangem a proposta da revista. Giorgio Romano Schutte preocupa-se em recuperar um autor que pode contribuir ao debate da EPI. O artigo de Daniel R. Vainfas e Daniel Barreiros concerne às reflexões sobre a guerra e as relações de poder. A preocupação com o desenvolvimento econômico está presente nos artigos de Ricardo Summa, de Carlos Pinkusfeld Bastos e Guilherme Spinato Morlin, e de Daniel Nogueira Silva e Ronaldo Herrlein Junior. O tema da integração regional e do desenvolvimento, chamando atenção para uma perspectiva brasileira, é abordado no artigo de Sofia E. Samurio, Pedro S. Barros e Luciano W. Severo.

Assim, a OIKOS segue suas linha e missão editoriais estabelecidas desde 2015, voltadas à criação e consolidação de um espaço editorial específico para a pesquisa e produção intelectual acadêmica de pesquisadores da área de EPI.

Boa Leitura!

Os Editores

A contribuição de Kees van der Pijl à Economia Política Mundial

The contribution of Kees van der Pijl to International Political Economy

GIORGIO ROMANO SCHUTTE | giorgio.romano@ufabc.edu.br

Professor de Relações Internacionais e Economia da UFABC. Membro do corpo docente das Pós-Graduação em Economia Política Mundial (EPM) e Relações Internacionais (PRI).

Recebimento do artigo Janeiro de 2019 | **Aceite** Abril de 2019

Resumo A vasta obra do Kees van der Pijl, ainda pouco explorada no Brasil, deu uma contribuição importante ao estudo da Economia Política Mundial. Nesta abordagem o sistema de Estados soberanos não pode ser analisado sem levar em conta a organização social da atividade produtiva. A preocupação constante do autor é a relação entre a esfera da dinâmica interestatal, a expansão do mundo capitalista com sua tendência à periferização e como se formam, consolidam e evoluem as classes e frações sociais nessa interligação. Van der Pijl elaborou, assim, uma teoria não-reducionista do sistema geopolítico a partir de duas perguntas-chave: qual a dinâmica da relação entre o sistema de Estados e a reprodução do capitalismo e como as relações de classe são moldadas tanto pelo capitalismo enquanto modo de produção quanto pela geopolítica. A formação de classe não é analisada unicamente em função de interesses econômicos, mas também a partir da dinâmica geopolítica. **Palavras-Chave** Economia Política Mundial; Teoria de Regulação; Controle abrangente; Centro Lockiano; Estados Contendedores.

Abstract The vast work of Kees van der Pijl, still scarcely known in Brazil, has given an important contribution the study of Global Political Economy. In this approach the system of sovereign states can't analyzed without taking into consideration the social organization of productive activities. The interaction between the interstate dynamics -the expansion of the world system with its tendency to peripherize - and the making, formation and consolidation of classes and social fractions are at the center of the authors studies. In this way, Van der Pijl has created a non-reductionist theory of the geopolitical system based on two key-questions: the dynamics of the relation between the state-system and the reproduction of capitalism and how class formation is a reflection of capitalism as a mode of production and of geopolitics. Class formation is not analyzed just as a function of economic interests, but as part of geopolitical dynamics as well. **Keywords** Global Political Economy; Regulation Theory; Comprehensive concepts of control) Lockean haertland; Contender States.

Introdução

Este artigo pretende apresentar a contribuição de Kees van der Pijl ao Estudo das Relações Internacionais a partir da sua extensa obra desde meados da década de 1970 até os dias de hoje. O autor se situa na tradição (neo) estruturalista e se identifica com o estudo da Economia Política Mundial, entendendo-o como um conceito mais amplo que a Economia Política Internacional (EPI), este facilmente reduzível a uma subárea das Relações Internacionais. Nesta visão, o sistema de Estados soberanos não pode ser analisado sem levar em conta a organização social da atividade produtiva.

A preocupação constante do autor é a inter-relação entre a esfera da dinâmica interestatal, a expansão do mundo capitalista com sua tendência à periferação e como se formam, consolidam e evoluem as classes e frações sociais nessa interligação. Apesar de Marx enxergar a burguesia como uma classe internacional, durante muito tempo a análise de estruturas de classe limitou-se ao âmbito nacional e à relação desta com a esfera internacional. No processo de internacionalização do capital, a composição e os interesses das várias frações de classe não são fixos, mas se alteram. A pergunta chave é como os conflitos e sobreposições destas frações são moldados pelo sistema interestatal e como este, por sua vez, se estrutura respondendo a estes conflitos. Em vários momentos ao longo da sua obra o autor cita a famosa frase de Lenin em seu discurso no 8º Congresso do Partido Bolchevique, em março de 1919, de que não vivemos somente em um Estado, mas em um sistema de Estados. Esse sistema hierárquico implica um desenvolvimento desigual e combinado e se construiu sob dominação do centro do capitalismo global situado no mundo anglo-saxão, o qual o autor vai chamar de centro lockiano. A principal referência histórica não é, portanto, o que se tornou mítico no *mainstream* de RI, o Tratado de Vestefália de 1648, mas a Revolução Gloriosa de 1688, quando a burguesia inglesa se libertou dos constrangimentos impostos pelo Estado e pela Igreja, dando à luz a conformação política e econômica do estado/sociedade lockiano. Van der Pijl elaborou, assim, uma teoria não-reducionista do sistema geopolítico a partir de duas perguntas-chave: qual a dinâmica da relação entre o sistema de Estados e a reprodução do capitalismo e como as relações de classe são moldadas tanto pelo capitalismo enquanto modo de produção quanto pela geopolítica. A formação de classe não se dá unicamente em função de interesses econômicos, mas é determinada também por questões geo e etnopolíticas.

Ao mesmo tempo, e aí uma diferença em relação aos estruturalistas franceses, o sistema internacional não pode somente ser entendido como expressão das dinâmicas de relações de classe, mas há de se analisar, também, como se criou uma própria dinâmica do sistema interestatal, que, por sua vez, tem um papel estruturante nas relações de classe em nível nacional e intencional. Isso implica uma rejeição da noção de que a internacionalização ocorreria no contexto de um sistema interestatal dado. A relação aparentemente contraditória entre o processo de acumulação de capital globalizante e a estrutura do Estado nacional é explorada justamente pelas classes dominantes do centro, gerando um espaço de atuação transnacional, fora dos controles democráticos de seus países.

Há ainda uma clara influência do pensamento gramsciano, explicitada em vários momentos para analisar a legitimação do poder de classe tanto em nível nacional como internacional. E, a partir desse conceito, a dinâmica do consentimento e “*cooptação protegida pela força da coerção*”. Embora partindo da tradição marxista, Van der Pijl rejeita interpretar a política e a ideologia como simples superestruturas das relações econômicas. Ao mesmo tempo, em vários momentos, fica

evidenciado seu compromisso com uma abordagem ligada ao materialismo histórico, analisando o presente como história, entendendo a organização social - a forma específica da exploração da natureza pelas comunidades humanas - como fruto do desenvolvimento histórico que, a partir de seus conflitos internos, levará a outras formas, rejeitando veementemente a noção que haveria uma lógica ou resultado predeterminado.

Iniciando sua vida acadêmica no Departamento de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Amsterdã em meados da década de 1970, Van der Pijl tornou-se o principal expoente da Escola de Amsterdã. Nesse período, ele se projetou internacionalmente com o livro *The Making of the Atlantic Ruling Class*, publicado originalmente em 1984, fruto de uma década de reflexão coletiva que se iniciou com pesquisas sobre o processo de integração europeia e a introdução do fordismo na Europa no sentido amplo. No final de seu período em Amsterdã, ele sistematizou o que já poderia ser chamado de teoria no livro *Transnational Classes and International Relations* (1998). A partir de 2000, integrou-se à *School of Global Studies* da Universidade de Sussex, no Reino Unido, onde atuava no Centro para Economia Política Mundial, do qual se tornou professor emérito em 2012. Deste período, destaca-se o livro *Global Rivalries from the Cold War to Iraq* (2006) que, de certa forma, pode ser visto como uma continuação do seu livro de 1984, mas, agora, com mais consistência teórica e uma maior ênfase à perspectiva dos Estados contendores. Em seguida, partiu para um projeto ambicioso que resultou em três volumes sobre os Modos de Relações Internacionais e a Economia Política (*Modes of Foreign Relations and Political Economy*), numa tentativa de elaborar uma nova e ousada teoria sobre as relações internacionais a partir das suas origens antes da formação dos Estados nacionais. No terceiro volume, analisou as origens da disciplina de RI tal como ela é até hoje, dominada por visões e perspectivas anglo-americanas. Cabe ainda mencionar a produção voltada ao ensino da Economia Política Mundial, em particular “*A Survey of Global Political Economy*” (2009)¹ e o “*Handbook of the International Political Economy of Production*” (2015b).

A estrutura do artigo consiste em quatro seções, incluindo esta introdução. Na segunda, será apresentado o que se tornaria a essência da abordagem do autor, a análise da dinâmica das relações interestatais na conexão direta com a expansão do capitalismo mundial a partir da dicotomia entre o centro lockiano (*Lockean Heartland*) e os estados contendores (*Contender States*). Na terceira seção será discutida sua análise bastante ousada da RI como disciplina criada para afastar o debate crítico sobre o imperialismo e, em seguida, consolidada para servir à supremacia ocidental, mantendo-se sob domínio da visão anglo-americana, seguida de uma seção de considerações finais.

CONCEITOS E PROJETOS DE PESQUISA

Conceito de controle abrangente

Jessop (1990) classificou a Escola de Amsterdã, da qual Van der Pijl é o principal expoente, como uma das sete abordagens da teoria de regulação, que teve como grande referência Aglietta (1976). O modo de regulação, conceito central para todas as abordagens, se

1 Acessível e atualizado no site <https://libcom.org/files/A%20survey%20of%20global%20political%20economy.pdf>

refere a procedimentos sociais de controle que garantem a reprodução da expansão do capital dentro de um determinado espaço e tempo. Para uma determinada regulação ser mantida, é preciso garantir uma taxa de lucro adequada para o conjunto de setores do capital e, ao mesmo tempo, um equilíbrio entre estrutura de produção e consumo para regular a luta de classes. Na impossibilidade de manter esse equilíbrio, haverá conflitos que levam a novos modos de regulação. A Escola de Amsterdã preocupou-se especificamente em analisar os modos de regulação de uma perspectiva internacional e com enfoque nas disputas entre as frações de classes. A partir de um trabalho publicado sobre a orientação internacional das frações da burguesia holandesa no interbellum (BODE, 1979), o grupo começou a utilizar o **conceito abrangente de controle**², que se refere à organização de um projeto hegemônico para envolver as várias frações de classe e o apoio popular em uma estratégia de acumulação de capital que privilegia os interesses específicos da fração dominante, sem desconsiderar os interesses das demais frações, e garante recompensas materiais e ideológicas suficientes para as classes dominadas. Ou seja, há uma preocupação com as condições que garantem a acumulação de capital, de um lado, e de outro a dominação política de classe. Uma dupla hegemonia: da fração hegemônica sobre as demais frações da classe dominante e da classe dominante em seu conjunto sobre as classes subalternas. A partir desta abordagem, foram desenvolvidos estudos de regimes históricos específicos com ênfase na formação internacional de frações de classes sócias, em particular na Europa após a Segunda Guerra Mundial e no processo de integração europeia. Além de Van der Pijl e Bode, destacaram-se Henk Overbeek, Otto Holman, Mariane Marchand, Meindert Fennema e Bastiaan van Apeldoorn. Esses autores analisaram o modo de regulação do sistema internacional a partir da governança global – cujas regras são determinadas pelo ocidente – e da igualdade soberana formal respeitada para aqueles Estados que se submetem às regras desta governança.

A Escola de Amsterdã pode ser entendida ainda como um contraponto à tentativa de Keohane e Nye de inovar o *mainstream* para captar as turbulências da década de 1970. Esses autores pretendiam criar um novo paradigma para o mainstream ao introduzir o conceito de “regimes internacionais”. Os regimes são analisados como acordo entre Estados ou a partir de hegemonia de um Estado e mantêm a expansão do capitalismo global e as lutas de classe ocultas. O conceito abrangente de controle é, de certa forma, a resposta à mistificação do uso de regimes internacionais. De outro lado, tinham surgido, na década de 1970, as teorias do Sistema-Mundo, com a obra de referência de Wallerstein (1974), que colocou no centro da análise os padrões de intercâmbio desiguais entre as regiões e que deixavam pouco espaço para o estudo da rivalidade intercapitalista. A Escola de Amsterdã enfatiza justamente, a partir da elaboração da noção de Marx sobre frações e capital, o estudo das formas concretas e realidades históricas específicas que deram origem à configuração e reconfiguração destas frações com estratégias de classe diferenciadas. A questão é identificar qual dos setores controla politicamente a ação do Estado e as demais instâncias de interesse geral para o processo de acumulação de capital. O conceito de fração faz, desta forma, a ligação entre a esferas política e a econômica. Como isso, havia uma clara rejeição a referir-se ao capital como um bloco unificado. A rivalidade entre frações leva à he-

2 O artigo no qual Bode lançou esse conceito foi escrito em holandês e somente traduzido para o inglês em 2017, mas, a partir do início da década de 1980, os vários integrantes da Escola de Amsterdã, e, em particular, Pijl, começaram a publicar quase exclusivamente em inglês. O termo original era “*beheersconcept*”, o que foi traduzido em inglês para *comprehensive concept of control* e em francês para *concept general de controle*. Sobre a Escola de Amsterdã ver também o livro organizado por Jessop e Overbeek em 2018.

gemonia de uma determinação fração em um determinado contexto histórico em função de dois fatores: a força econômica derivada do processo de acumulação de capital em curso e a capacidade política de mobilizar outros segmentos da população em torno de seu projeto/definição de interesse geral. A compreensão dessa interação entre as esferas econômicas e políticas exige uma abordagem histórica e internacional, justamente para entender a formação de classes sociais. Houve uma clara influência de Poulantzas, em particular da análise da fração de internacional de capital na Europa feita por este autor, e estabeleceu-se um diálogo com Gramsci, em particular com sua texto *Americanismo e o fordismo*.

Centro lockiano e Estados contendedores

Van der Pijl aperfeiçoou essa abordagem ao introduzir uma dicotomia que estruturará seus trabalhos futuros: identifica, de um lado, um **centro lockiano**, e, de outro, os **Estados contendedores**. A tendência de expansão global é representada pelo capital organizado em torno de um grupo de Estados unificados organicamente. Esta internacionalização do capital a partir do centro Lockiano tende a transformar o resto do mundo em periferia, provocando, porém, também a formação de Estados que tentaram resistir a uma subordinação aos interesses do capital internacional, usando o Estado como elo de organização da resistência. Assim, a estrutura da economia política internacional é interpretada como um processo de expansão do centro lockiano desafiado por sucessivas gerações de Estados contendedores. São tipologias que servem para analisar a realidade concreta e sua evolução histórica e devem ser entendidas como categorias da economia política mais do que da geografia.

A estruturação dos Estados contendedores é baseada na tentativa de se desenvolver a partir de seu espaço econômico nacional, enquanto o centro lockiano se organiza e expande sua influência a partir de vários modos de regulação, tendo sempre como objetivo a manutenção da sua posição privilegiada na divisão internacional do trabalho. Embora o autor não tenha usado a referência, há um diálogo claro com a noção de *Chutando a Escada* (CHANG, 2003), no caso entendendo o ato de tentar subir a escada (os Estados contendedores) e os conflitos em torno dos esforços de chutar a escada (o centro lockiano) como elementos estruturantes da política internacional. O centro lockiano precisa, para sua expansão, contar com “*open nation-states*”. Essa abertura significa limitar a soberania ao mesmo tempo em que a ideologia do sistema liberal global garante igualdade formal entre as soberanias. A doutrina Monrou e a política de portas abertas (*open door policy*) na China trilharam essa ideologia, que iria se consolidar na Pax Americana pós a Segunda Guerra Mundial. Mas essa abertura não se refere somente à soberania na esfera da política externa. Ele se refere também à organização do Estado e à disputa política com a organização do sistema político eleitoral nos moldes das práticas nos países do centro lockiano.

Os Estados contendedores acabaram se opondo à livre circulação do capital transnacional para defender seu espaço econômico-nacional. Esse padrão é identificado na França do século XVIII, durante o absolutismo dos Bourbons com o nacionalismo econômico de Colbert, depois na Alemanha (primeiro com Bismarck e depois no nazismo), no Japão, entre 1870 e 1945, e na União Soviética, de 1930 a 1991, tendo hoje como principal referência a China. A consolidação

do sistema internacional baseado em “*liberal global governance of open nation-states*” como a contrapartida política da globalização capitalista deu-se somente na Pax Americana, mas as ideias básicas foram desenvolvidas durante a Pax Britânica. Este sistema de controle abrangente significa a transição da dominação direta para a indireta ou a troca de um império formal por um informal. E este império informal ganha a conotação de “governança global” e impõe certo padrão de organização ao Estado contendedor. Nas palavras do autor:

The main external factor congealing the Hobbesian configuration is of course the existence of a more advanced state/ society complex, which by its transnational expansion has already occupied the international terrain commercially and culturally (VAN DER PIJL, 1998, p. 80).

Ou seja, o antagonismo com o ocidente gera uma dinâmica política própria. A postura antiocidental, característica dos Estados contendedores, deve ser entendida como resultado da frustração diante dos constrangimentos impostos para o seu desenvolvimento, ou seja, em termos de Chang: como reação ao chute da escada.

Desafiar a posição subalterna imposta pela divisão de trabalho organizado a partir do centro lockiano exige uma mistura de poder econômico e político que se juntam na estruturação de um Estado com um poder centralizador, que tende a deixar pouca autonomia para a sociedade civil. Nas palavras do autor: “*Uma proporção inevitável de autoritarismo foi sempre inerente ao contrato social nesses países*”³ (VAN DER PIJL, 2016, p. 77. Tradução própria). O padrão de organização do Estado contendedor seria hobbesiano, com o domínio por parte de uma “*state class*” cujo poder se dá pelo controle do aparato estatal e não tem uma base social que reproduza seu poder. A tragédia é que os direitos liberais da Revolução Francesa não podem ser universalizados no contexto do processo de expansão do capitalismo global e da dominação política militar do centro lockiano. Van der Pijl aplica essa noção de forma bastante rígida. Nas suas palavras:

How would an activist state that seeks to mobilize its own social base in order to engage in the catch-up effort while warding off the danger of being subordinated and/or penetrated ever be able to loosen its grip on society in this way? (VAN DER PIJL, 2014, p. 391).

Assim, a própria dicotomia se expressa em perspectivas diferentes sobre a relação entre Estado e direitos liberais. A perspectiva lockiana projeta a *protection from the state*, mas na lógica Estado/sociedade do Estado contendedor prevalece a proteção coletivo *by the state*. A classe dirigente em Estados contendedores percebe a comunidade sob sua jurisdição como *key asset* no esforço de abrir espaço para seu desenvolvimento com uma narrativa em torno do bem-estar coletivo. Há espaços para direitos como saúde, emprego e habitação, mas o Estado espera e exige em contrapartida a participação do indivíduo no esforço coletivo de desenvolvimento puxado por ele. São padrões lockianos e padrões contendedores. Não se trata do bem contra o mal, embora tenha se tornado uma bandeira poderosa da diplomacia ocidental, inclusive para justificar a

3 “Une proportion inévitable d’autoritarisme fut toujours inhérente au contrat social dans ces pays.”

desestabilização dos Estados contendores a partir de um apoio direto ou indireto, aberto ou oculto, à sociedade civil descontente. E esse descontentamento terá um potencial maior na medida em que os esforços para o desenvolvimento se frustrem ou se percam em lutas internas na classe que controla o Estado ou na apropriação indevida de ativos coletivos por parte dela.

Já nos países do centro lockiano, a classe dirigente organiza sua hegemonia a partir da sociedade e não a partir do Estado. É justamente a partir desse poder na sociedade que ela controla o Estado. Mas, embora o dinamismo venha da sociedade civil, o Estado lockiano é fundamental para sustentar o controle abrangente liberal no âmbito internacional. Não há nada de *laissez-faire*, mas um Estado forte no seu escopo de atuação para garantir o funcionamento da economia de mercado, em particular em relação à moeda. Além disso, o Estado lockiano foi fundamental para criar as vantagens competitivas que o colocaram no centro da divisão internacional de trabalho. Aqui, novamente, há uma coincidência com a leitura de Chang.

Nessa dinâmica, os estados contendores são levados a competir e confrontar-se também entre si, estimulados pelas políticas de balanço de poder, primeiro do Reino Unido e depois dos EUA. Nessa análise, Van der Pijl lança mão da teoria do “*active balancing*” de Teschke (2003). A exploração de divisões dentro da Europa por parte dos EUA para mantê-la unida, mas sob a liderança estadunidense, é um exemplo disso. Outra preocupação, durante e depois da Guerra Fria, era destruir a unidade ou possibilidade de formação de bloco por parte dos países do sul, isolando os países mais radicais, se necessário, por meio da guerra, e ao mesmo tempo absorvendo e integrando os Estados moderados. Há também uma compreensão de que possam conviver vários conceitos de controle e a permanência da influência de um legado do passado. O exemplo utilizado é o da França, que mesmo depois de ter sido incorporada ao centro lockiano, manteve traços do seu passado de Estado contendor que se expressam, por exemplo, na política externa gaullista e na tradição de apoio estatal às empresas de capital nacional.

Não pode haver dúvidas de que, embora a abordagem realista dos tomadores de decisão no centro lockiano possa levar a uma convivência pacífica com Estados contendores, o objetivo a longo prazo sempre será a sua incorporação como parte de um projeto universalista. Nas palavras do autor:

The strategic objective of the ruling classes of the heartland has all along been to dispossess the contender state classes and integrate the rival societies into the expanding West (VAN DER PIJL, 2014, p. 394).

Ele identifica três padrões para a destruição do Estado contendor e a incorporação do seu complexo Estado/sociedade enquanto periferia: a promoção da democracia provocando “*regime change*”; intervenções militares caracterizadas de uma forma ou outra como humanitárias; ou provocando processos de privatização de ativos estatais, impondo uma lógica de mercado e propriedade privada sobre todos os ativos estratégicos. Em todos esses casos há um esforço organizado para mobilizar e depois ajudar aquelas frações e grupos que identificam no ocidente o modelo para defender seus interesses.

Percebe-se, aqui, certa rigidez e um pessimismo da razão, porque essa análise implica que, enquanto o centro lockiano estiver no comando da economia e da política internacional, as periferias, com ou sem uma classe dominante hegemônica nacionalista, com pretensões de subir

a escada, não conseguem alterar sua posição na divisão internacional de trabalho sem provocar conflitos de ordem política e/ou militar. Estratégias de desenvolvimento por parte dos estados periféricos, ou em via de periferização, assumem, mais cedo ou mais tarde, o caráter de um confronto. Mas implica também que nessas sociedades a democracia será limitada de forma estrutural. Os Estados contendores exigem sacrifícios grandes da sua população e acabam facilmente envolvidos em lutas árduas entre frações pelo controle do aparelho estatal em busca de interesses parasitários. É utilizado o conceito de revolução passiva⁴ de Gramsci para identificar a atuação de frações capitalistas que aspiram uma autonomia e ruptura com a classe que controla o Estado e se tornam aliadas da classe dominante do bloco liberal global, cujo interesse é derrubar a elite estatal do Estado contendor.

A formação de uma classe dominante global

Pijl tem uma forte preocupação nas suas pesquisas em demonstrar, ou melhor, revelar, como se dá a formação de classes transnacionais com extenso levantamento e análise de redes, fóruns e grupos informais, dos quais o fórum anual de Davos se tornou o exemplo mais abrangente. Esse trabalho empírico sobre a organização do que chama de “*organised policy planning behind the scenes*” como forma de socialização da condução da luta de classes por parte da burguesia é muito rico. A importância desses grupos é a geração de um consenso de classe entre as elites, fornecendo uma coesão ideológica, e contribuir com o planejamento de longo prazo da ordem internacional a partir da reprodução da sua hegemonia. Além disso, seu papel também é integrar parte das elites capitalistas dos países contendores aos interesses do centro (*offshore alliances of capital*), lembrando que estes Estados se caracterizam pelo padrão de Estado forte, mas também uma classe econômica fraturada. A análise minuciosa, de pessoas e redes, pode ser confundida com as teorias de elite, quando, na verdade, Pijl pretende mostrar que classe não é uma entidade fixa, mas objeto de um processo histórico de formação e reorganização. Sobretudo a classe dominante se consolida ou transforma em um processo constante de constituição e reconstrução. E, nesse processo, uma das grandes contribuições do autor é justamente mostrar como a consciência da classe dominante é formada e os meios utilizados para o desenvolvimento da hegemonia. Além do mais, essa atenção, às vezes com excesso de detalhismo, se deve à convicção de que: “...*a Social Science which cannot identify who in the final analysis act to have their way against others resisting them, remain abstract*” (PIJL, 2012, p. xvii). Ao final, os agentes representam a estrutura em ação.

O autor identifica o Rhodes-Milner Group, na época do Império Britânico, como um dos primeiros exemplos destas articulações. O grupo surgiu como reação aos desafios à Pax Britânica por uma dupla rivalidade. De um lado, os Estados contendores e, de outro, a força política dos trabalhadores. O Rhodes-Milner Group estabeleceu contatos com as universidades de elite,

4 Gramsci desenvolveu o conceito de revolução passiva para caracterizar transformações de sociedades com vistas à objetivação do modo de produção capitalismo sem que seja necessária uma participação popular, tal como aquela ocorrida na Revolução Francesa (1789-1799).

como Oxford, e teve ainda a preocupação de cooptar parte da classe trabalhadora em torno de uma proposta de imperialismo chauvinista e racista. Pijl usa muitas referências a uma grande variação de estudos de caso e colocou estes dentro de um padrão. No caso do Rhodes-Milner Group, por exemplo, a principal referência é o livro do Quigley, escrito em 1949, mas publicado somente em 1981. Inúmeros outros grupos e redes iriam surgir para consolidar a hegemonia da classe dominante transnacional a partir do centro lockiano. A respeito da década de 1920, são explorados o surgimento da *Carnegie Endowment for International Peace*, do *Council on Foreign Relations* e o papel da Câmara Internacional de Comércio em Paris. Há uma expansão destas articulações depois da Segunda Guerra Mundial sob a Pax Americana. Pijl identifica o *Bilderberg Group*, criado em 1952, como “*the first truly North Atlantic planning body*” (PIJL, 1998, p.121), organizado para a defesa do liberalismo corporativo e garantia da participação de espectro político amplo e a cooptação de lideranças sindicais. Outro exemplo, criado pelo Deutsche Bank e Paribas, é o *European Society for Industrial Development*. A questão em relação a esses grupos não é tentar entender quais decisões foram tomadas lá. O ponto é analisá-los como espaços para as elites políticas e econômicas explorarem novas ideias, superar desconfianças, criar redes e preparar acordos. Pijl mostrou, por exemplo, ao longo de seus livros, o papel dessas estruturas para organizar a defesa da integração europeia e do fortalecimento da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). São todos meios para a formação de uma classe transnacional a partir de teias de contatos e financiamentos de pesquisa e formação de opinião. Uma referência utilizada para analisar o papel das redes de CEO’s e planning groups na reprodução da dominação da classe dominante do centro é Carroll (2010), que fez um extenso estudo empírico sobre isso.

O Estado dual

Outro conceito explorado é o que denomina de Estado dual, “*deep state*” ou “*shadow structures*”. Trata-se da hipótese de uma guerra política organizada e permanente com apoio de redes privadas *undercover*, sabotagem, guerra econômica e psicológica contínua, chamada “*domestic shadow government*”, cujo centro é o que o autor chama de “*permanent hidden national security apparatus*”. Essa hipótese é um objeto de análise importante nos trabalhos de Pijl e, mais tarde, usa também a classificação “*Nato underground*”. O objetivo é garantir a capacidade de uma ofensiva contrarrevolucionária que não esteja limitada ou subordinada às regras do jogo do Congresso, do Judiciário ou da opinião pública. Na prática, essas atividades contribuem com o objetivo de: “*defeat all contender formations and open them up for commodification and exploitation*” (PIJL, 2015, p.20). Os exemplos são muitos, a começar pelo *Irangate*, as conexões com Irã, Israel e o narcotráfico para financiar os contras na Nicarágua e as operações de apoio aos Mujahedeen no Afeganistão. Nestas operações, por exemplo, havia um envolvimento do Donald Rumsfeld e Dick Cheney, embora não tenham chegado a ocupar cargos oficiais no governo Reagan.

Modo de Relações exteriores

Em meados da década de 2000, Pijl começou a refletir sobre o limite de uma interpretação das relações internacionais exclusivamente a partir da política econômica da tradição marxista. Ele chegou à conclusão de que, na verdade, faltou nessa tradição uma tentativa de elaborar uma teoria sobre as relações exteriores em si. Para isso, explora as origens da relação de comunidades com o exterior, os modos de relacionamento e como eles o definem. Ao redefinir a história da política mundial em modos de relações exteriores, o ponto básico é que as comunidades teriam em comum a ocupação de um espaço social e considerarem as demais como externas. A ocupação, proteção e regulação dos intercâmbios com os demais seriam componentes universais.

A ideia central é que Estados são organizações recentes e que as relações exteriores são mais antigas que 1648. A autoridade pública não necessariamente tem a formação de Estado nacional na história, e pode, mesmo assim ser analisada no contexto da sociedade, da luta de classes e das ideologias dominantes.

No Vol. II da trilogia, ele estudou como as comunidades, sem exceção, usavam mitologia e religiões para dar sentido ao mundo externo. São esses os elementos que vão depois se confundir com o desenvolvimento do capitalismo global, mas mantiveram uma dinâmica própria, embora conectada com a expansão capitalista. Estudando as origens das relações entre sociedades, que se enxergavam como “estrangeiro”, implicou para Pijl automaticamente construir um entendimento da política mundial, que não só é não-economicista, mas também é não-eurocêntrica, não-modernizante e não-estadocêntrico. Sem dúvida, podemos aqui identificar uma inspiração do livro do Friedrich Engels *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, publicado em 1884, embora o objeto de pesquisa para Engels fosse a propriedade privada e o Estado. Para Pijl a trilogia, e, sobretudo, os primeiros dois volumes, pretendem explorar as origens das relações exteriores e, com isso, do sistema interestatal. O trabalho resultou em três livros publicados entre 2007 e 2014.

RI COMO DISCIPLINA DA SUPREMACIA OCIDENTAL

No terceiro volume da série sobre os modos de relações exteriores e economia política, *“The Discipline of Western Supremacy”* (2014), o autor sistematiza e completa sua análise sobre a formação e estruturação do próprio campo de estudo chamado RI, à qual ele já fizera referências em várias outras obras. O objetivo central do livro é demonstrar de que forma se constituiu o mainstream a partir de um conjunto de teorias que projetam a supremacia ocidental na forma de uma hegemonia intelectual funcional ao centro lockiano.

Nas palavras do autor: *“IR serves to discipline thinking about foreign relations in terms of the pre-eminence of the Western way of life”* (PIJL, 2014, p. vi) e, desta forma, obscurecer as relações de dominação e exploração implícitas no mundo liberal-democrático. Ele questiona o papel daqueles que levaram essa disciplina, nestes termos, adiante:

The discipline has instead assumed a mercenary quality and scholars have become ‘embedded intellectuals’ sustaining Westerns supremacy in the face of mounting challenges (PIJL, 2014, p. xiii).

O autor começa por analisar o processo de reorganização das universidades norte-americanas e a introdução das estruturas departamentais como parte da disciplina imposto pelo capital sobre o trabalho e não poupa detalhes e inúmeras referências para sustentar essa abordagem. A criação da disciplina dever ser vista, portanto, no contexto de um movimento mais amplo de fragmentação do conhecimento e da introdução de métodos padronizados para a pesquisa e o ensino superior em favor de interesses de classe. Aqui ele explora seu duplo significado ao enfatizar o objetivo disciplinador da organização social, e, em última instância, da própria luta de classes. Um processo bem mais sofisticado do que o controle externo por meio de monitoramento e coerção. Essa preocupação com a organização do processo disciplinar do pensamento o faz dialogar em vários momentos com Foucault, embora isso não o impede manter sua crítica a este e outros autores pós-modernos e pós-estruturalistas, que igualmente se preocuparam com a organização e controle do pensamento. Esta crítica se resume a duas questões. Primeiro, a falta de clareza das relações de poder. Nas palavras do autor: “*Of course, as with most of Foucault’s writings, who governs whom is largely left in the dark. But there is no doubt that “discipline”, his master concept, was prominently involved*” (VAN DER PIJL, 2012, p.7). E, segundo, não haveria nessas abordagens nenhuma relação direta com lutas sociais para a transformação.

Pijl enfatiza o papel do Woodrow Wilson, que deu aos objetivos de guerra dos EUA uma narrativa universal. Os princípios norte-americanos eram os mesmos da humanidade e deveriam prevalecer. Além disso, ao refletir sobre a falta de planejamento político na época anterior à entrada dos EUA na Primeira Guerra Mundial, criou, no mesmo ano de 1917, o grupo *Inquiry*, juntando 126 acadêmicos, entre os quais Walter Lippmann. O objetivo do grupo era elaborar uma visão abrangente do mundo e acabou, entre outros, por formular oito dos quatorze pontos. O grupo teve também um papel importante nas negociações de paz em Paris, em particular com suas propostas sobre a demarcação de fronteiras, formação de governos, direito internacional e a defesa das minorias. Em retrospectiva, Van der Pijl concluiu: “*The subordination of US scholarship to the state as providers of ‘intelligence’ has remained a characteristic of the discipline of IR for which the Inquiry paved the way*” (VAN DER PIJL, 2014, p. 70).

Ao proclamar a autodeterminação nacional como parte do desenho liberal para o mundo, Wilson reagiu, na verdade, ao internacionalismo da revolução russa. Os seus quatorze pontos seriam, nesse contexto, “*a counter-revolutionary copy of the Bolshevik programme*” (VAN DER PIJL, 2014, p. 35). RI teria surgido, portanto, para desconectar os fenômenos políticos dos processos político-econômicos aos quais estão atrelados, em particular as lutas de classes e o processo de acumulação de capital. Ou seja, a democracia dissociada da inequidade econômica e o capitalismo como o estado natural e superior das coisas. Coube à nova disciplina ofuscar e marginalizar o rico debate em curso, na época, sobre autodeterminação dos povos na perspectiva de uma crítica ao imperialismo. A nova disciplina iria enfatizar a igualdade soberana e a governança global. A contradição em termos entre a expansão capitalista e suas formas de exploração, de um lado, e a noção da soberania nacional, de outro, foi enfrentada com a ideia que os estados centrais seriam mais iguais que os demais por serem mais desenvolvidos. Pode-se fazer uma comparação com o *mainstream* na

economia, que organizou o debate para não discutir as relações de propriedade capitalista.

Em princípio, a proposta de Lippmann, com apoio do JP Morgan, era criar, a partir da American e British Round Table, um único *Institute of International Affairs*. Mas com a derrota temporária do universalismo wilsiano, surgiram dois centros em paralelo: o *Council on Foreign Relations* e no Reino Unido o *Royal Institute for International Affairs (Chatham House)*. O presidente honorário do Council on Foreign Relations era Elihu Root, ex-presidente do Carnegie Endowment, e o seu presidente-executivo John Davis, do J.P. Morgan. Essas estruturas de “*policy-planning bodies*” tinham como função operar como canais de contato entre os formuladores de política e a inteligência acadêmica, gerando inclusive a lógica das portas giratórias. Assim, o *Council on Foreign Relations* é analisado como uma generalização da experiência do grupo *Inquiry*, envolvendo a inteligência acadêmica em “*shaping and covering ruling class hegemony*”. A ciência social não existe para entender, mas para controlar, disciplinar. O mito de nascimento de RI é a ameaça de Estados não-liberais ao bem-estar das populações que deveriam ser protegidas ou libertadas pelo ocidente.

Van der Pijl mostra em detalhes a contribuição crucial da Fundação Rockefeller em financiar pesquisas na área. Em 1935, entrou no seu conselho John Foster Dulles, que seria mais tarde o ministro de Relações Exteriores de Eisenhower. O autor ainda descreve como exiliados da Alemanha deram uma contribuição importante para a consolidação de RI e menciona especificamente a influência do Carl Schmitt, que provocou o fortalecimento do contraponto realista ao universalismo idealista wilsoniano. Este processo foi reforçado com a chegada do Hans Morgenthau, em 1930. Outra reflexão diz respeito à suposta contraposição do universalismo dos idealistas (*the open world*) contra a limitação a uma área específica de influência dos realistas. Sobre isso, ele afirma:

...the ‘realist’ perspective is always premised on a return of the conditions favouring its ‘idealist’ opposite – a limited sphere-of-influence is only the temporary substitute for the projection of global governance (VAN DER PIJL, 2014, p. 92).

E, ao final, são duas faces da mesma moeda: “*Western supremacy always remains the presupposition*” (idem, p. 82). O mesmo veredito é expresso a respeito do tal segundo debate entre estudiosos das “relações internacionais científicas”, que procuram aperfeiçoar os métodos científicos de pesquisa na teoria das relações internacionais e aqueles que insistiam em uma abordagem mais histórica/interpretativa da teoria das relações internacionais (neo-kantiana, weberiana), que, para o autor, não passa de um: “*shadow-boxing match*” (idem, p.118). Naquele momento, o verdadeiro debate deveria ter sido a partir do discurso de despedida de Eisenhower, em janeiro 1961, sobre o poder do complexo industrial-militar. Lembrando que Eisenhower falou também do impacto do poder econômico sobre a academia:

a government contract becomes virtually a substitute for intellectual curiosity.... The prospect of domination of the nation’s scholars by Federal employment, project allocations, and the power of money is ever present-and is gravely to be regarded (Eisenhower, 1961).

Na prática: “*Realism is called for to legitimate aggression against contender states not submitting to the West’s benevolent guardianship*” (VAN DER PIJL, 2014, p.123).

No âmbito da ofensiva Marshall e da Guerra Fria, a disciplina de RI não só foi mobilizada para os esforços anticomunistas, mas também para dar o suporte ideológico à reorganização da dominação direta para uma indireta, do império formal da Pax Britânica para a informal da Pax Americana. O “império informal” ganharia o nome de “governança global”.

A década de 1970 foi marada por uma nova onda de *think-tanks*. Houve uma renovação das próprias chamadas teorias de RI para incorporar as tensões e acontecimentos da época, em particular a abertura para o estudo da economia internacional. Robert Keohane e Joseph Nye, do *Harvard’s Center for International Affairs*, lançaram o que chamaram de novo paradigma com uma conferência sobre relações transnacionais que resultou, em meados de 1971, em um número especial de uma das principais revistas de RI, *International Organization*. A ideia defendida, na maioria das contribuições, com exceção daquela de Robert Gilpin, era que os Estados nacionais estavam perdendo sua centralidade. Não se fazia uma ligação entre investimentos transnacionais e o neoimperialismo dos EUA. Para Kindleberger, baseado nos seus estudos sobre a década de 1930, a economia mundial precisava de uma liderança ativa do país mais poderoso. Ou seja, os EUA não deveriam atuar seguindo simplesmente o interesse econômico próprio, mas exercer sua força hegemônica em benefício da política econômica mundial. Assim, surgiu o conceito de “estabilidade hegemônica” como substituto para o debate sobre imperialismo norte-americano. Um papel benigno em torno do qual se poderia canalizar a economia política internacional como uma subdisciplina de RI e evitar o avanço de uma visão marxista ou inspirada no marxismo que recolocasse o imperialismo em pauta. Keohane teria até afirmado que não havia EPI até a década de 1970, ignorando completamente os trabalhos do André Gunder Frank, Harry Magdoff’s e tantos outros que já tinham desenvolvido uma abordagem crítica da economia política.

Stephen Krasner, de Standford, mais tarde diretor do *Policy Planning* do Ministério de Relações Exteriores, lançou, em 1985, a argumentação para uma limitação da soberania em seu *Structural Conflict: the Third World against global liberalism*, alertando para o risco de uma aliança de Estados contendores colocando em perigo o regime de livre mercado. Vários outros autores são destacados para entender a retomada da hegemonia estadunidense e do pensamento neoliberal. Entre estes o Samuel Huntington, que já em 1985 organizou uma conferência em Harvard sobre o terrorismo islâmico, dando a pista para a narrativa do inimigo externo pós queda do bloco soviético. Huntington lançou em um artigo no *Foreign Affairs*, em 1993, a ideia de *clash of civilization*, depois transformado em livro, em 1998. Seria o substituto da ideia do fim da história de Fukuyama e foi financiado pela mesma Fundação Olin e a CIA. O terrorismo islâmico e a China eram as duas ameaças para o Ocidente, apresentadas como inevitável choque de civilizações. Assim, ficaram mais uma vez fora da pauta de pesquisa as consequências da desestruturação de sociedades e classes pela globalização dos mercados econômicos com a polarização e concentração de poder e riqueza. Van der Pijl reconhece, porém, o mérito do Huntington. Apesar de não entender a expansão do capitalismo e do Ocidente como ataques a outras civilizações, ele, pelo menos, colocou o tema dos Estados e civilizações de volta.

Em seguida a guerra ao terror se tornaria a ideologia disciplinadora, nas palavras do autor: “*academics and journalists alike have become embedded in the War on Terror*” (VAN DER PIJL, 2014, p. 228). A ameaça da bomba atômica pela União Soviética foi substituída pelo risco

de um ataque terrorista com armas nucleares contra os EUA. A teoria estava pronta para transformar o 11 de setembro de 2001 no novo Pearl Harbour para justificar a guerra mundial contra o terror, com direito a invasão de países, derrubadas de governos e até limitação de direitos civis nos próprios EUA.

A análise crítica da constituição e do desenvolvimento da disciplina é extremamente rica, mas há lacunas importantes. Há uma ausência dos autores latino-americanos da teoria de dependência. Outra questão é que o foco é sobre a supremacia do pensamento anglo-saxão, e o elemento de supremacia racial, como também constitutivo da disciplina, é mencionado somente marginalmente. Assim, por exemplo, falta a referência ao *Journal of Race Development*, a primeira revista de RI nos EUA, que iria se fundir depois no *Foreign Affairs*, ligada ao Council of Foreign Relations. É verdade que o autor de referência, Robert Vitalis (2015), que analisou a criação da disciplina de RI desta perspectiva, publicou seu livro posteriormente ao de Van der Pijl.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas publicações, Van der Pijl assume uma visão bastante pessimista ao identificar uma radicalização do neoliberalismo, algo de fácil compreensão pelo leitor brasileiro pós 2015. Embora o centro lockiano, desde a Revolução Gloriosa, dominasse a economia política mundial, as margens para uma reorganização de compromissos de classes para sustentar um capitalismo democrático pareciam se esvaziar, o que levaria a um modo de controle abrangente de capitalismo autoritário. Esta visão foi exposta, por exemplo, no texto *Democratic Capitalism in the Last Stages?* de 2015. O autor identifica a tendência ao autoritarismo e a proliferação da violência no próprio centro lockiano como implícitos na ideologia de guerra ao terror, por exemplo, com a restrição dos direitos individuais pelo *Patriot Act* e as operações de espionagem em massa sobre as próprias populações, como foi revelado e denunciado pelo Snowden.

Contudo, a obra de Van der Pijl representa uma rica análise, ao longo de uma produção vasta e ainda objeto de expansão, a respeito dos conceitos abrangentes de controle e as tentativas de desafiar a divisão internacional de trabalho imposta pela classe dominante internacional. Mas existe certa falta de atenção com a realidade dos países periféricos nos quais as classes dominantes se aliam aos interesses da classe capitalistas transnacionais ancoradas no centro lockiano e o dilema para retomar uma estratégia de desenvolvimento nacional a partir de um Estado contendor. Pode-se até ficar com a impressão de que, por não precisar de um Estado forte para organizar um processo de desenvolvimento nacional, haveria espaço para maior desenvolvimento democrático político enquanto se mantém a condição periférica. De outro lado, os conceitos desenvolvidos pelo autor podem ser de grande utilidade para analisar a realidade brasileira a partir do início da década de 2000 e o fracasso da tentativa dos governos do PT em provocar uma reorganização das classes sociais que pudessem sustentar um projeto de desenvolvimento visando superar a condição periférica do país. Para isso, seria necessário remontar um Estado contendor com uma aliança de classes a partir da iniciativa do Estado com capacidade de organizar uma nova hegemonia. Lembrando a ênfase que Van der Pijl dá à noção de que as classes estão em constante formação e reorganização e que este processo está ligado diretamente aos

movimentos na arena internacional e à atuação do Estado. Outra contribuição importante são as análises das estruturas informais de articulação das elites. Os estudos do *deep state* correm, evidentemente, o risco de serem acusados de com teorias de conspiração. Por isso, o cuidado redobrado nas referências e na argumentação⁵. De outro lado, seria ingênuo acreditar que não haja intencionalidade e planejamento por parte dos grupos poderosos, utilizando-se das estruturas do Estado, formal e clandestina. Na verdade, considerando a quantidade de revelações comprovadas e até confessadas, como o apoio do governo dos EUA ao golpe no Brasil, o incidente no golfo de Tonkin, os negócios da CIA com traficantes do crack para financiar os contras na Nicarágua, os apoios clandestinos aos Mujahedins em Afeganistão que iriam, mais tarde dar luz ao Al Qaeda, entre muitas outras, a atenção deveria se voltar ao completo silêncio e a negação não só das hipóteses, mas mesmo dos fatos concretos nos estudos em RI. Por medo de serem acusados de teoria de conspiração ou de não serem aceitos no *mainstream*, há uma completa negação, e o filme do Oliver Stone sobre Edward Snowden veio para acusar esta omissão. No seu novo livro *The Downing of Flight MH17—A Political Economy of the New Cold War*, lançado em 2018, Van der Pijl explora a hipótese da derrubada do avião com quase 300 passageiros da Malaysian Airlines, voo MH17, em junho de 2014, no espaço aéreo da Ucrânia oriental, ter sido mais uma incidente de Tonkin. O objetivo teria sido para reorganizar a unidade dos países da OTAN contra a Rússia contendora de Putin e como parte de uma preparação para conter a China. Novamente há aqui uma abordagem que pode contribuir muito com a compreensão dos fatos que fizeram o projeto iniciado com Lula, em 2003, cair como um castelo de cartas, passando pela revelação da espionagem da Petrobras em 2013 e as manifestações, ditas espontâneas, em junho do mesmo ano. Van der Pijl mostra que estes estudos, embora válidos e importantes, exigem grande esforço de pesquisa empírica e muito cuidado na formulação das hipóteses. Mas, aqui, vale lembrar o embaixador Celso Amorim que, enquanto ministro de Estado, costumava dizer: “*não é porque sou paranóico que não há alguém me seguindo*”. E fora do governo foi mais diretamente ao assunto, corroborando com uma das hipóteses formuladas por Van der Pijl: “*Quem quiser que acredite em coincidências. Eu acredito na conspiração*”.

Referências

- AGLIETTA, Michel, *Régulation et crises du capitalisme*. Paris: Calmann-Levy, 1976.
- BODE, Ries. De Nederlandse bourgeoisie tussen de twee wereldoorlogen. *Cahiers voor de Politieke en Sociale Wetenschappen*. Vol 2 (4), 1979.
- CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada. A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.
- CARROLL, William. *Corporate Power in a Globalizing World*. London: Zed Books, 2010.
- COX, Robert W. *Production, Power and World Order. Social forces in the Making of History*. New York: Columbia University Press, 1987.

5 Às vezes Van der Pijl acabou, mesmo assim, se expondo demais, por exemplo, quando sugere que se o Kohl tivesse esticado mais ainda a corda com sua política de cooperar com a tentativa de Gorbachev tentativa de rejuvenescer a União Soviética, contra a política dos EUA, ele teria corrido o risco de seguir o caminho dos outros assassinatos políticos suspeitos e nunca esclarecidos.

- CROZIER, Michel; HUNTINGTON, Samuel P.; WATANUKI, Joji. *The Crises of Democracy: on the Governability of Democracies*. Nova York: New York University Press, 1975.
- GRAMSCI, Antonio. *Americanismo e Fordismo*. São Paulo: Hedra, 2008.
- JESSOP, Bob; OVERBEEK, Henk. *Transnational Capital and Class Fractions: The Amsterdam School Perspective Reconsidered*. London: Routledge, 2018.
- JESSOP, Bob. Regulation Theories in Retrospect and Prospect. *Economy and Society*, Vol 19 (2), Maio 1990.
- NYE, Joseph S; KEOHANE, Robert O. Transnational Relations and World Politics: An Introduction. *International Organization*. Vol. 25, Issue 3 Summer 1971
- POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- QUIGLEY, Carroll. *Anglo-American Establishment*. From Rhodes to Cliveden. New York: Books in Focus, 1981.
- STREECK, Wolfgang. *Re-forming Capitalism*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- TESCHKE, Benno. *The Myth of 1648. Class, Geopolitics and the Making of Modern IR*. London: Verso, 2003.
- VAN DER PIJL, Kees. *Flight MH17, Ukraine and the new Cold War*. Prism of disaster. Manchester: Manchester University Press, 2018.
- _____. Le Transnational et le National dans la formation de la classe capitaliste. *Actuel Marx*, 2016/2, N° 60, 2016.
- _____. *Democratic Capitalism in the Last Stages? Capital as agency in Wolfgang Streeck's Analysis of the Crisis*. Paper apresentado na Fundação Rosa Luxemburgo, Berlim, dezembro 2015a.
- _____. *Handbook of the International Political*. Cheltenham / Northampton: Edward Elgar, 2015b
- _____. *The Discipline of Western Supremacy. Modes of Foreign Relations and Political Economy*, Vol. III. London: Pluto Press, 2014.
- _____. *The Making of an Atlantic Ruling Class*. New Edition. London/New York: Verso, 2012.
- _____. The Wage of Discipline: Rethinking International Relations as a Vehicle of Western Hegemony. *Spectrum: Journal of Global Studies*. Vol. 4. N° 1, 2012.
- _____. China's challenge to the West in the 21st Century. *Centre for Global Political Economy*. WP n° 01, April, 2008.
- _____. *Nomads, Empires, States. Modes of Foreign Relations and Political Economy*, Vol. I. London: Pluto Press, 2007.
- _____. *Global Rivalries. From the Cold War to Iraq*. London: Pluto Press, 2006.
- _____. *Transnational Classes and International Relations*. London: Routledge, 1998.
- VITALIS, Robert. *White World Order, Black Power Politics: the Birth of American International Relations*. Ithaca: Cornell University Press, 2015.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. Academic Press, 1974.

As relações de trabalho no processo de desenvolvimento da Coreia do Sul: os limites da abordagem desenvolvimentista

Labor relations in South Korea's development process: the limits of the developmentalist approach

DANIEL NOGUEIRA SILVA | ddaniel.ns@gmail.com

Professor do curso de Economia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Doutorando pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

RONALDO HERRLEIN JUNIOR | ronaldoh@ufrgs.br

Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Recebimento do artigo Janeiro de 2019 | **Aceite** Junho de 2019

Resumo A análise heterodoxa sobre o desenvolvimento econômico nos países do Leste Asiático oferece importantes contribuições acerca dos elementos que levaram a superação do subdesenvolvimento nesses países. Contudo, o foco central dessas análises é dado principalmente ao Estado, visto como o principal responsável pelo desenvolvimento. A pouca ênfase que é colocada sobre os demais atores sociais, especialmente os trabalhadores e suas organizações, é justificada por dois motivos principais: a autonomia do Estado e a fraqueza da sociedade civil. Diante disso, o artigo analisa esses dois argumentos com base na experiência histórica da Coreia do Sul, apresentando os seus principais fundamentos e limites. Para isso, além de uma breve revisão da literatura desenvolvimentista, também são apresentadas algumas evidências históricas com base na evolução das relações de trabalho nesse país no período que vai do início do século XX até a década de 1980. **Palavras-Chave** Desenvolvimentismo; Relações de Trabalho; Coreia do Sul.

Abstract The heterodox analysis of economic development in East Asian countries provides important contributions on the elements that led to overcoming underdevelopment in these countries. However, the central focus of this analysis is given primarily to the State, seen as the main responsible for the development. The little emphasis is placed on other social actors, especially workers and their organizations, is justified for two main reasons: the autonomy of the state and the weakness of civil society. Thus, the article analyzes these two arguments based on historical experience of South Korea, with its main foundations and limits. For this, apart from a brief review of the developmental literature, they are also presented some historical evidence based on the evolution of labor relations that country in the period from the early twentieth century until the 1980s. **Keywords** Developmentalism; Work relationships; South Korea.

Introdução

A maior parte da literatura desenvolvimentista que analisa o processo de transformação da economia sul-coreana no período do milagre econômico (1940-1980) confere pouca ênfase ao papel desempenhado pelos trabalhadores e suas instituições no desenvolvimento desse país. Segundo Chang (2009), boa parte dos fatos sobre as relações sociais de trabalho e a luta dos trabalhadores na história da Coreia do Sul tem sido sistematicamente desconsiderada ou removida na literatura desenvolvimentista. Como consequência, são poucos trabalhos que, ao analisarem o desenvolvimento sul-coreano, focam seus estudos no papel desempenhado pelos trabalhadores. As justificativas para essa ausência são diversas e baseiam-se, principalmente, em um conjunto de argumentos que buscam caracterizar o regime de relações de trabalho nesse país como expressão da fraqueza da sociedade civil, em um contexto de elevada autonomia do Estado (LEFTWICH, 1995).

A ênfase dada pelos teóricos desenvolvimentistas ao papel do Estado no processo de subordinação da força de trabalho nos países do Leste Asiático é um elemento bastante criticado na literatura que estuda as relações de trabalho. A forma como é descrito o protagonismo do Estado por parte dos desenvolvimentistas esconde, em diversos momentos, o papel central dos capitalistas em reprimir os trabalhadores e impor a eles determinadas condições de trabalho. Autores como Kim (1993, 1997 e 1999), Singh (2014), Kuruvilla e Erickson (2002), Kwon (1997) e Kwon e O'Donnell (2001) vão argumentar que, no caso específico da Coreia do Sul, os *chaebols* cumpriram um papel central no desenvolvimento histórico das relações de trabalho no país. De acordo com eles, a literatura desenvolvimentista ao enfatizar o papel dominante do Estado, subestima a atuação desses conglomerados, o que limita as análises sobre as relações de trabalho que são construídas por essa literatura.

Partindo desses elementos apresentados acima, o objetivo desse artigo é analisar as bases teóricas que fundamentam a análise desenvolvimentista da relação do Estado com os trabalhadores e as suas instituições, apontando alguns limites dessa abordagem. Para alcançar esse objetivo, além desta introdução e da conclusão em que são sintetizados os principais argumentos do trabalho, na primeira seção é feita uma discussão sobre a concepção de Estado presente nos trabalhos que analisam o desenvolvimento do Leste Asiático, especialmente a Coreia do Sul. Essa discussão é central para os propósitos desse trabalho porque, partindo da concepção de Estado dentro da análise desenvolvimentista, tornam-se mais claros os papéis desempenhados pelos atores que compõem a sociedade. Como nessa literatura assume-se, em geral, a ideia de autonomia relativa do Estado, essa seção busca também fazer uma distinção entre as abordagens de autores neoinstitucionalistas e neomarxistas acerca dessa discussão. Na segunda seção é apresentada uma breve revisão de trabalhos que analisam o processo histórico do desenvolvimento sul-coreano, buscando identificar como esses trabalhos caracterizam o modo de atuação dos trabalhadores no desenvolvimento da Coreia do Sul. Além disso, com base em autores que analisam questões ligadas ao trabalho na Coreia do Sul, são apresentadas algumas das limitações da abordagem desenvolvimentista sobre as relações de trabalho.

O Conceito de Estado na Literatura Desenvolvimentista

O modo como o Estado Desenvolvimentista (ED) atuou no Leste Asiático diante dos interesses dos diversos grupos que compõem a sociedade, precisamente, os capitalistas, os proprietários rurais, e os trabalhadores urbanos e do campo, é um aspecto fundamental para entender o desenvolvimento desses países. Além de destacar as especificidades de cada experiência histórica, a literatura desenvolvimentista aponta para um conjunto de componentes que definem um modelo de ED. Segundo Johnson (1999, p. 43), essa forma de Estado existe “[...] in time and space in East Asia and also exists as an abstract generalization about the essence of the East Asian examples [...]”. Entre as diversas características que formam o ED, conforme Leftwich (1995), duas delas têm uma relevância especial por contribuírem para compreender a forma como os trabalhadores e suas organizações são tratados na literatura desenvolvimentista: a primeira é a autonomia relativa do Estado e a segunda é a fraqueza e a subordinação da sociedade civil¹. Nessa seção, a primeira característica é analisada e na próxima seção são discutidos os principais fundamentos para a segunda.

Para diversos autores, todos os casos de sucesso de industrialização tardia estão associados à intervenção do Estado (ONIS, 1991). O argumento central presente nos diferentes trabalhos que analisam o processo de *catching-up* é de que o Estado cumpriu um papel estratégico em “[...] taming domestic and international market forces and harnessing them to international ends.” (ONIS, 1991, p.110). Nesse sentido, entende-se que é possível, a partir do Estado, governar o mercado através de métodos específicos, tais como: promover políticas de incentivo em setores estratégicos, guiar as empresas privadas, controlar o mercado financeiro (WADE, 1990). Contudo, nem todos os Estados conseguem promover o desenvolvimento econômico; ao contrário, em algumas circunstâncias eles podem ser um empecilho para promover o desenvolvimento. É necessário, portanto, que o Estado tenha um conjunto de características e desempenhe algumas funções para alcançar seus objetivos (ONIS, 1991).

Na abordagem desenvolvimentista, a principal característica do Estado que promove o desenvolvimento econômico é que ele seja forte e capaz de disciplinar e guiar o setor empresarial (CHANG, 2009). Nesse sentido, Onis (1991) argumenta que para garantir que o Estado desempenhe plenamente suas potencialidades guiando a economia para outro patamar de desenvolvimento é necessário que esse Estado seja autônomo. Essa autonomia é materializada por intermédio de uma elite burocrática qualificada e movida por interesses próprios. Na visão desse autor, não é possível falar de um Estado que tenha força para propor e alcançar seus objetivos sem assumir que o mesmo também tenha certo grau de autonomia. Os dois aspectos vinculam-se, permitindo compreender como o poder estatal se comporta frente aos interesses e a ações do setor empresarial e dos demais grupos sociais. Para compreender de forma mais precisa o que significa a autonomia do Estado é fundamental diferenciar as diversas abordagens sobre esse conceito.

1 Além dessas duas, Leftwich (1995) lista outras quatro características que compõem o modelo do Estado Desenvolvimentista: uma elite desenvolvimentista determinada, uma burocracia competente, um controle efetivo dos interesses econômicos não estatais e a legitimidade mediante desempenho.

Segundo Ianoni (2013), o conceito de autonomia relativa do Estado pode ser analisado com base em duas visões teóricas específicas: a neomarxista e a neoinstitucionalista histórica. A primeira é uma abordagem sociocêntrica e apresenta-se conceitualmente como autonomia relativa do Estado, fonte de um rico debate entre diversos autores neomarxistas, como Poulantzas, O'Connor, Offee Milliband². A segunda abordagem, também chamada de estadocêntrica, é um desenvolvimento das contribuições originais de Weber, e que tem no capítulo escrito de Rueschemeyer e Evans (1985) um marco para o debate desenvolvimentista sobre a Autonomia Relativa do Estado. Apesar das diferenças metodológicas que existem entre elas, para Ianoni (2013), as duas abordagens são compatíveis e podem, conjuntamente, contribuir para a compreensão do ED. Contudo, há uma diferença importante entre essas duas abordagens. A sociocêntrica é aplicada para todo e qualquer Estado capitalista, enquanto a estadocêntrica é específica para os Estados Desenvolvimentistas.

Como destacado por Leftwich (1995), a autonomia relativa do Estado é um dos componentes que definem o ED. Contudo, essa autonomia relativa não é considerada nos termos propostos por Poulantzas (2000). Para esse último, a autonomia do Estado é entendida em um contexto de relações de classe e não meramente como uma autonomia organizacional frente aos atores sociais. A autonomia referida por Leftwich se aproxima mais da contribuição de Peter Evans, presente em seus diversos trabalhos (EVANS, 1987, 1989, 1995, 1996). Para Evans (1989), a autonomia existente no Leste Asiático é diferente da que ocorre em alguns países, como o Zaire. Nesse último caso, a autonomia do Estado é materializada através de um Estado predatório, movido apenas pelos interesses particulares dos governantes. A autonomia que ocorre nas experiências asiáticas é caracterizada, segundo Evans (1995), por uma burocracia eficiente e meritocrática, que possui uma coerência interna. Aliado a isso, essa burocracia precisa estar enraizada (*embeddedness*) na sociedade de modo a formular um projeto de desenvolvimento e guiar os diversos grupos sociais na sua direção.

De modo resumido, na literatura desenvolvimentista, a autonomia pode ser definida como: “[...] simply to mean that the state has been able to achieve relative independence [...] from the demanding clamour of special interests [...] and that it both can and does override these interests in the putative national interests.” (LEFTWICH, 1995, p. 408). Essa independência não pode ser confundida com isolamento. Segundo Evans (1989), o conceito de autonomia inserida ou enraizada (*embedded autonomy*) é o que melhor consegue descrever a relação entre o ED e a sociedade. Assim, apesar de existir um alto nível de poder e autonomia da burocracia estatal, existe um conjunto de complexas relações entre o Estado e os demais atores sociais. Através dessas relações, o Estado torna-se capaz de coordenar a economia e implementar os seus objetivos.

Apesar de existir essa relação complexa entre o Estado e a sociedade, com base na abordagem desenvolvimentista, em nenhum momento as classes dominantes e organizações sociais detêm papel ativo ou influência dominante sobre o aparelho do Estado. Essa é a diferença chave entre o ED e Estados fortes, autoritários, mas que não são desenvolvimentistas, como em algumas experiências históricas da América Latina (JENKINGS, 1991; LEFTWICH, 1995; VIEIRA, 2013). O comportamento do ED diante das pressões e demandas dos diversos grupos que

2 Como apontado por Nash e Rich (1975), entre as diversas discussões sobre a autonomia relativa do Estado dentro do Neomarxismo, destaca-se o rico debate entre Poulantzas (1974) e Milliband (1973), que também envolve outros autores, sobre o papel do Estado e a sua Autonomia Relativa.

compõem a sociedade é um traço que diferencia as experiências do Leste Asiático de outras experiências históricas. Nesse sentido, segundo Evans (1989), as condições históricas em que se estabeleceu a autonomia relativa do Estado impõem certos limites de atuação para os atores sociais. Isso explica, em parte, os motivos que levam a exclusão da ação dos trabalhadores na maior parte das análises da literatura desenvolvimentista (CHANG, 2009).

Para compreender os fundamentos e limites do conceito de autonomia relativa do Estado é necessário tornar explícito qual o conceito de Estado que fundamenta a abordagem desses autores. Segundo Ianoni (2013), a análise desenvolvimentista, também chamada por ele de neoinstitucionalismo histórico, tem como principal referência à abordagem weberiana sobre o Estado³, apesar de também possuir influência da visão de Marx. Para Weber (1964), poder e dominação são duas categorias centrais para construir o conceito de Estado. Enquanto o poder é uma categoria mais ampla, a dominação é um caso especial de poder e por isso é mais utilizado por Weber para explicar o Estado. Em síntese, o Estado é uma empresa com caráter de instituição política que tem através do seu quadro administrativo a capacidade de reivindicar “[...] com êxito o monopólio legítimo da coação física para realizar as ordens vigentes.” (WEBER, 1964, p. 34).

Mesmo sendo a base para as abordagens desenvolvimentistas sobre o Estado, vários autores criticam e ampliam a análise proposta por Weber. Lee (1997, p. 6) vai falar de duas abordagens principais de Estado dentro da perspectiva desenvolvimentista. A primeira delas está mais relacionada com a categoria weberiana original de Estado e está presente em uma parte dos trabalhos sobre o Estado Desenvolvimentista. Chalmers Jonhson, pioneiro na análise do ED, baseia seus argumentos nessa perspectiva de Estado (LEFTWICH, 1995; ONIS, 1991). Em seu trabalho, Jonhson (1982) busca diferenciar a orientação desenvolvimentista do Estado japonês daquele estabelecido pela União Soviética. No primeiro, haveria um planejamento racional, enquanto no segundo, o planejamento seria ideológico⁴. A questão que ele coloca não é se o Estado intervém na economia, pois todos fazem isso, a questão é como ele faz isso e para que propósito. O ED intervém no sistema econômico com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico por intermédio da industrialização.

A segunda abordagem de Estado está relacionada com as análises de Peter Evans e a sua abordagem de teoria das redes. Evans parte da contribuição de Gerschenkron (1962), que discute a importância do Estado no desenvolvimento de países europeus atrasados como a Alemanha, Áustria e Rússia, e outros autores desenvolvimentistas para analisar o papel do Estado em promover o desenvolvimento no Leste Asiático. De modo geral, suas contribuições ampliam a perspectiva weberiana sobre o Estado e sua burocracia. Evans considera que o Estado, apesar de ser autônomo, não está plenamente dissociado das estruturas sociais, o que torna a sua autonomia apenas relativa e não absoluta, como na primeira abordagem. A abordagem de Peter Evans é também chamada de Autonomia Inserida, como comentado anteriormente.

3 Segundo Bianchi (2014), apesar do conceito weberiano de Estado já ter sido amplamente discutido nas pesquisas e análises da obra de Weber, nas últimas décadas novas abordagens trouxeram questionamentos em diversos aspectos teóricos e metodológicos de seu pensamento, levando a retomada do debate sobre o Estado dentro dessa perspectiva.

4 Ao diferenciar o planejamento do Estado Japonês daquele feito pela União Soviética, Chalmers Jonhson (1982, p. 18) caracteriza o sistema soviético da seguinte forma: “[...] state ownership of the means of production, state planning, and bureaucratic goal-setting are not rational means to a developmental goal (even if they may once have been); they are fundamental values in themselves, not to be challenged by evidence of either inefficiency or ineffectiveness.”.

Com base nos elementos apresentados acima, torna-se mais claro o papel do Estado sul-coreano em promover o desenvolvimento. Nesse sentido, dentro do arcabouço teórico desenvolvimentista, o trabalho de Amsden (1989) é uma das principais contribuições para entender o desenvolvimento da Coreia do Sul. A análise feita por essa autora possui diversos paralelos com a abordagem de Johnson (1982) e de Wade (1990) (ONIS, 1991). Alguns dos argumentos de Amsden para explicar o papel do Estado sul-coreano podem ser sintetizados da seguinte forma: primeiro, o mercado não foi o condutor do desenvolvimento da Coreia, ao contrário, em todo processo ele foi guiado pelo Estado e teve sua racionalidade estrangida diante das prioridades da industrialização. Segundo, o governo cumpriu um papel estratégico no controle das forças internas e das influências internacionais. Terceiro, a política voltada para a industrialização foi um elemento mais importante do que a maximização da lucratividade com base nas vantagens comparativas.

A industrialização tardia da Coreia do Sul é um exemplo que revela a importância e a efetividade da intervenção estatal, o que indica a necessidade de uma forma específica de Estado para promover o desenvolvimento, segundo a literatura desenvolvimentista. Nesse sentido, a relação existente entre o Estado e a sociedade civil, especialmente os trabalhadores e suas organizações, é mais bem compreendida a partir das características do Estado. A existência de um Estado autônomo possibilita que os interesses estatais se sobreponham aos demais interesses presentes na sociedade. Isso não significa que os grupos que compõem a sociedade civil não tenham capacidade de propor ou de serem beneficiados por determinadas decisões. O ponto principal aqui é de que a resposta final sobre a direção das políticas econômicas foi sempre do Estado.

Ao tratar da autonomia do Estado, alguns autores desenvolvimentistas como Skocpol (1985) argumentam que apenas no nível particular é possível tratar do ED (CHANG, 2009). Para essa autora, a generalização que é feita nas abordagens neomarxistas como a de Poulantzas seria equivocada porque a autonomia relativa do Estado não é algo que ocorre em qualquer Estado capitalista e sim em experiências específicas. Contudo, quando outros teóricos do desenvolvimento tentam teorizar o ED eles transformam a especificidade em um caso geral sem levar em consideração os contextos históricos específicos que permitem que o ED ocorra. Como argumenta Chang (2009, p.20):

[...] the specificity of state autonomy which she [Scopcol] initially emphasized in opposition to the neo-Marxist concept of state autonomy, eventually changed into the *universality* of the concept in essence since she abstracted the state and other social categories by abstracting the social groups as actors from specific social relations of capitalist production.

Ao fazer isso, a abordagem desenvolvimentista abstrai o Estado da sociedade e tende a desconsiderar o contexto histórico e social específico em que o Estado atua. Chang (2009), mesmo reconhecendo a importante contribuição que a literatura desenvolvimentista trouxe para o entendimento do papel do Estado em promover o desenvolvimento, crítica essa abordagem em relação ao Estado. Ele argumenta que a ausência de debates sobre o papel da classe trabalhadora na literatura desenvolvimentista é provocada pela concepção de como ocorre a relação dos atores sociais com o Estado, utilizada nessa literatura. Por assumirem certa forma de autonomia do poder estatal, boa parte dos trabalhos sobre o desenvolvimento sul-coreano terminam por excluir de suas análises o papel desempenhado pela classe trabalhadora.

Chang (2009) também crítica a abordagem da Autonomia Inserida de Evans. Mesmo reconhecendo que essa análise é um grande avanço quando comparada com a de autores desenvolvimentistas pioneiros, ela cometeria alguns equívocos. O principal avanço é considerar que há uma relação complexa entre o Estado e a sociedade em que ele está inserido, o que faz com que ele não seja plenamente autônomo, sua autonomia seria apenas relativa. Contudo, em última instância, são as características organizacionais da burocracia estatal que definem o grau de sua autonomia, e isso independe do contexto histórico e social. O Estado aqui aparece como sendo internamente coerente e externamente isolado dos outros grupos sociais, mas essas críticas não parecem plenamente justificadas. Primeiro porque a proposição de Evans nega claramente a ideia de um isolamento do Estado, em favor da ideia de inserção (ou enraizamento) (Evans, 1993). Em segundo lugar, porque se reconhece que a capacidade organizativa do Estado (suas coerência interna e capacidades técnicas e gerenciais) é um elemento distinto da sua autonomia política frente às classes sociais (RUESCHEMEYER; EVANS, 1985).

Apesar da sua contribuição para indicar a exclusão da classe trabalhadora nas análises desenvolvimentistas, a crítica de Chang (2009) possui ainda outras limitações. Uma delas é não perceber que parte da literatura desenvolvimentista está mais interessada em descrever as características do Estado Desenvolvimentista do que em fazer suposições sobre como ele deveria ser. Mesmo reconhecendo que esta autonomia é uma variável fundamental no desenvolvimento desses países, ela não é imutável durante o tempo e a sua configuração irá depender de um conjunto de fatores sociais e econômicos. Assim, mais do que uma “suposição” sobre a configuração estatal, assumir a autonomia do Estado é uma constatação baseada em evidências históricas. Outro problema da análise de Chang (2009) é que, apesar de apresentar os pontos principais da sua crítica, o autor não coloca de forma clara uma teoria de Estado alternativa à abordagem desenvolvimentista. Segundo ele, mesmo a abordagem neomarxista, em geral, também incorre nos mesmos erros, o que impede que ela seja uma alternativa teórica para analisar as experiências do Leste Asiático.

Participação dos Trabalhadores no Desenvolvimento da Coreia do Sul

Na literatura desenvolvimentista sobre o Leste Asiático, a fraqueza da sociedade civil é apontada com uma das principais características do ED (LEFTWICH, 2000). A sociedade civil é definida nesses trabalhos como “[...] the web all privately-organized interests and groups, above the family level but below that of state [...]” (LEFTWICH, 2000, p. 415). Sendo assim, estão incluídos nessa categoria tanto os sindicatos e outros grupos que representam os trabalhadores quanto às organizações ligadas aos interesses dos capitalistas e do setor agrário. Essa característica do ED aparece em diversos trabalhos que analisam as experiências desenvolvimentistas no Leste Asiático. Amsden (1989), analisando Taiwan, aponta para a fraqueza da organização dos trabalhadores e dos capitalistas como condição da dominação do Estado sobre a sociedade. Johnson (1982) também aponta para essa fraqueza como sendo uma das condições para que a dominação do Estado fosse bem sucedida. Weis e Hobson (1995) não consideram a questão social do trabalho em sua análise, ao descreverem a sociedade civil como fraca.

A subordinação da sociedade civil aos interesses impostos pelo Estado também foi um elemento fundamental para que o Estado coreano conseguisse levar a diante seus objetivos, segundo essa literatura. Contudo, isso não significa que alguns grupos não tenham se beneficiado das políticas de desenvolvimento. A diferença é que essas vantagens não se constituíram em força política capaz de questionar a subordinação (JONHSON, 1999). Para ilustrar, Amsden (1989) argumenta que no início do processo de desenvolvimento da Coreia do Sul a classe trabalhadora era pequena, a classe capitalista era altamente dependente do Estado e a aristocracia havia sido dissolvida através da reforma agrária.

Juntamente com a essas características da sociedade civil, e em certa medida como consequência delas, havia um Estado forte e autônomo, o que fez com que durante certo tempo os grupos sociais que compunham a sociedade fossem mantidos sob controle. Todavia, alguns autores apontam problemas nesse argumento. Um deles é a generalização que ocorre quando se coloca a sociedade civil como se fosse um grupo que responde da mesma forma ao ser afetado pelas intervenções do Estado (KIM, 1993). Mesmo que a suposição sobre a fraqueza dos diferentes grupos que compõem a sociedade civil da Coreia do Sul seja correta, é importante considerar que a intervenção do Estado pode levar com que determinados grupos se fortaleçam em detrimento de outros. Como a sociedade é formada por grupos que possuem necessidades e demandas diferenciadas, em vários momentos eles se encontram em posições antagônicas. Esse argumento fica mais claro quando se utiliza a contribuição de outros arcabouços teóricos.

Na tradição marxista, a luta de classes é um elemento central para entender a dinâmica capitalista (MARX, 1983). A disputa entre salários e lucros leva os trabalhadores e os capitalistas, na maioria das vezes, a estarem em polos opostos. Dessa forma, o enfraquecimento de uma determinada classe pode significar o fortalecimento de outra. Isso também ocorre em algumas análises ligadas ao *mainstream*, como nas abordagens novo-keynesianas de barganha salarial. Nos modelos com base nesse arcabouço ortodoxo, os conflitos internos à sociedade civil conduzem determinados grupos a obter vantagens em relação a outros grupos. Um exemplo é a disputa salarial entre os trabalhadores sindicalizados e empresários. Nesse caso, a vantagem que os trabalhadores possuem por participarem de um sindicato melhora a correlação de forças com os patrões, quando comparada aos trabalhadores que estão fora do sindicato (CARLIN, SOSKICE, 1990).

Diferente do argumento desenvolvimentista, autores como Singh (2014), Kwon (1997) e Chang (2009) vão discordar da ideia de que a sociedade civil era fraca na Coreia do Sul. Eles argumentam que havia uma aliança entre os *chaebols* e o Estado, que os levavam a excluir os trabalhadores das decisões econômicas e políticas do período desenvolvimentista. Assim, ao invés de uma sociedade civil fraca, havia um grupo capitalista que foi se fortalecendo ao longo do tempo (KIM, 1997, 1999) e um movimento trabalhista que era forte e foi enfraquecido pela atuação conjunta do Estado e dos capitalistas, em um contexto de ditadura e forte repressão (KWON, 1997).

Deyo (1987), ao tratar das experiências de desenvolvimento no Leste Asiático, afirma que uma parte da repressão sofrida pelos trabalhadores ocorria dentro da fábrica e era responsabilidade direta dos empresários e não do Estado. Enquanto o governo era responsável por controlar a participação dos trabalhadores na sociedade, no ambiente da fábrica, a gestão do conflito ficava sob a responsabilidade dos patrões. A natureza das relações de emprego é uma das causas que explicam o enfraquecimento dos trabalhadores. Assim, a repressão sofrida pelos trabalhadores no Leste Asiático não era responsabilidade apenas do Estado, seja ele em que país fosse. Os capi-

talistas atuavam diretamente na luta contra a participação maior dos trabalhadores nas decisões políticas e nos ganhos econômicos. Havia, dessa maneira, um interesse comum em manter os trabalhadores excluídos do processo de desenvolvimento, envolvendo o Estado e os capitalistas.

Tratando precisamente da experiência sul-coreana, o principal motivo que explica a exclusão dos trabalhadores era porque o governo considerava a organização independente dos trabalhadores um empecilho para o desenvolvimento econômico do país (DEYO, 1989; SINGH, 2014). Segundo Deyo (1987), a disciplina e o baixo custo do trabalho foi um pré-requisito para o desenvolvimento dos países no Leste Asiático. Por causa disso, no caso da Coreia do Sul, o governo buscou subordinar o movimento dos trabalhadores de várias formas: por intermédio da criação de sindicatos ligados ao Estado; pela política de repressão que era imposta através de leis, decretos e a criação de agências como a KCIA;⁵ e pelo *chaebols*,⁶ que submetiam os trabalhadores dentro da fábrica a um ambiente altamente repressivo e hierarquizado, que em muitos momentos fazia lembrar uma organização militar (KWON, 1997; KWON, O'DONNELL, 2001). Além disso, os *chaebols* estavam no centro da política desenvolvimentista e cumpriram um papel fundamental no projeto político e econômico da Coreia do Sul. Não só como executores das políticas industriais que eram propostas pelo Conselho de Planejamento Econômico (EPB), mas como empresários que souberam aproveitar os incentivos tanto políticos quanto de mercado (KIM, 1997).

Para tornar mais claro esse argumento, alguns fatos na história das relações de trabalho na Coreia do Sul tornam explícito o modo como o Estado e os *chaebols* se uniram contra os trabalhadores. Seguindo a divisão proposta por Kwon (1997), a análise sobre o desenvolvimento das relações de trabalho na Coreia do Sul pode ser dividida em quatro momentos históricos específicos: o primeiro começou em 1896 e foi até 1945, período da dominação japonesa; o segundo vai de 1945 a 1960, incluindo o governo de Syngman Rhee; o terceiro é o período que abrange a ditadura do general Park Chung Hee, entre 1961 e meados dos anos de 1980, momento em que a Coreia do Sul passa pelo período de maior crescimento; por fim, a quarta fase histórica tem início no final de 1980 com o processo de redemocratização. Para os objetivos propostos nessa seção, a análise se concentra somente nos três primeiros períodos⁷. Cabe destacar que a partir da década de 1990, com a disseminação do neoliberalismo, o modelo desenvolvimentista do estado sul-coreano se esgota, ficando apenas algumas políticas industriais em alguns setores de alta tecnologia (EVANS, 1993).

Antes de sua colonização pelo Japão em 1910, a Coreia era um reino feudal de Chosun, governado pela dinastia Yi desde o século XIV. Os primeiros indícios de uma classe trabalhadora assalariada foram no final do século XVIII, quando a estrutura feudal começou a ruir. O desenvolvimento da classe trabalhadora acelerou-se a partir da abertura da Coreia para o Japão em 1896 e sua anexação militar em 1910. A Coreia era fundamental para os interesses do Japão porque ele a utilizava para complementar um déficit crescente de produtos primários necessários para abastecer a sua economia que estava em processo de industrialização mais avançada. A Coreia também foi utilizada na produção militar para o Japão. Como consequência, o desenvolvimento

5 A KCIA (*Korean Central Intelligence Agency*) foi criada em 13 de junho de 1961, com três mil servidores que se transformaram em 370 mil em 1964 (KIM, 2010, p. 104). Durante 20 anos foi um dos principais instrumentos utilizado pelo presidente Park Chung Hee (1961-1979) para suprimir qualquer tipo de movimento que fosse suspeito de ligação com a Coreia do Norte ou com o Comunismo, inclusive o movimento estudantil.

6 Como destacado por Kwon (1997), os *chaebols* eram responsáveis por empregar parte considerável dos trabalhadores sul-coreanos. Além disso, eles influenciavam as demais empresas a estabelecerem relações de trabalho parecidas com as que eles adotavam.

7 Para uma análise mais completa sobre as condições das relações de trabalho na Coreia do Sul a partir de 1980 até o início do século XXI, ver Zhang e Traub-Merz (2010).

das relações de trabalho na Coreia do Sul foi diretamente influenciado pelos interesses japoneses no início do século XX (AMSDEN, 1989).

As condições precárias de trabalho e os baixos salários foram os principais incentivos para a criação dos primeiros sindicatos. Os dois principais grupos políticos que atuavam apoiando os sindicatos eram os nacionalistas e os socialistas (KWON, 1997). Os primeiros reivindicavam principalmente uma equiparação da condição de vida dos trabalhadores coreanos com os japoneses. Isso porque durante o período de dominação do Japão, os trabalhadores coreanos recebiam salários sistematicamente inferiores aos dos japoneses. Por outro lado, a principal pauta dos socialistas era a libertação da Coreia do domínio do Império Japonês. Apesar de terem interesses diferentes e da discriminação racial feita entre os trabalhadores coreanos e japoneses, as duras condições de trabalho eram elementos que unificavam a luta desses dois grupos. No período entre 1920 a 1935 houve um aumento considerável nas lutas sindicais, o que se refletiu no aumento das greves. Contudo as diferenças entre os nacionalistas e socialistas provocaram um racha no movimento sindical, sendo que os japoneses apoiavam mais os nacionalistas porque esses últimos defendiam a resolução dos conflitos dentro da fábrica, enquanto os socialistas propunham mudanças mais radicais (KWON, 1997). Mesmo após o fim da dominação japonesa essas diferenças provocaram conflitos entre os dois grupos e, conseqüentemente, a divisão do movimento sindical coreano.

O segundo período (1945-1960) tem início com a libertação da Coreia do domínio japonês e o fim da Segunda Guerra Mundial. Com a derrota japonesa na guerra, o norte da Coreia passou a ser ocupado pela União Soviética e o sul pelos Estados Unidos, o que levou à divisão da península em dois países e um pouco mais adiante (no ano de 1950), à guerra entre as duas Coreias. Na Coreia do Sul, a política econômica foi marcada pela escolha de algumas empresas, que anos mais tarde se tornaram os grandes conglomerados nacionais (*chaebols*), como sendo o principal agente privado para o desenvolvimento econômico. Os incentivos do Estado coreano e as ajudas financeiras vindas do exterior e distribuídas pelo governo Rhee (presidente eleito em 1948), permitiram a esses grupos acumular capital adicional e promover as suas atividades produtivas e comerciais de bens de consumo. Kwon (1997) afirma que, a partir desse momento, todo o desenvolvimento da Coreia do Sul facilitou a subordinação do movimento sindical aos interesses do capitalismo monopolista e do Estado coreano. Kuruvila e Erickson (2012) descrevem as relações de trabalho desse período como sendo paternalistas e autoritárias, seguindo, em parte, o modelo japonês.

Em 1945 houve um aumento considerável do movimento sindical de esquerda e um re-credenciamento do conflito industrial. Nesse mesmo ano os socialistas criaram o Chun Pyung (Conselho Nacional de Sindicatos), em estreita associação com o Partido Comunista e adesão inicial de 180.000 trabalhadores que em dois meses passou para 553.438, segundo Kwon (1997). Entre 1945-1948 foram organizadas mais de 3.000 greves. Esse aumento representou um desafio para os interesses políticos e econômicos do Governo Militar dos EUA (AMG) e Coreia,⁸ bem como para os capitalistas.

8 Também conhecido como *United States Army Military Government in Korea* - USAMGIK ou, de forma simplificada, AMG. Esse era o corpo governante oficial da parte sul da península da Coreia no período que foi de 08 de Setembro de 1945 até 15 de Agosto de 1948.

Para conter o avanço desses sindicatos com perspectivas mais radicais, a estratégia desempenhada pelo Estado coreano e pelos capitalistas foi restringir as atividades políticas desses grupos sindicais de esquerda e ao mesmo tempo promover os sindicatos de direita. Os métodos aplicados a partir daí tinham como objetivo, segundo Kuruvila e Erickson (2002), lidar com o conflito industrial que podia ameaçar os interesses do Estado e seus objetivos econômicos. Além da repressão direta através do uso da força, o Estado também controlava o conselho de gestão do trabalho em cada empresa, introduzindo comissões tripartidas a nível provincial para resolver as disputas.

Em 1946, o AMG restringiu a atividade de todos os sindicatos sob a retórica de cultivar o sindicalismo econômico, como exemplificado pelos sindicatos americanos. Em março de 1947, grupos contrários ao Chung Pyung, formados por políticos de direita e por capitalistas, organizaram a Federação Geral dos Sindicatos da Coreia do Sul (também conhecida como GFKTU). Em 1947, o Chung Pyung foi banido do país e só o GFKTU se manteve como sindicato legalmente nacional. Isto marcou o início do movimento operário incorporado a um Estado autoritário na Coreia do Sul. As funções do GFKTU foram limitadas a apoiar os interesses econômicos e políticos do Estado e do capitalismo coreano. Os dirigentes sindicais do GFKTU tornaram-se membros do governo Rhee e a federação passou a ser utilizada como uma aliada do governo. A partir desse momento, deixou de haver um movimento trabalhista independente, pois todos os trabalhadores tinham que estar subordinados ao GFKTU.

O terceiro período vai de 1960 até meados de 1980, momento em que a Coreia do Sul viveu sob uma ditadura militar. Nesse intervalo de tempo foram elaborados e implementados quatro planos econômicos (1962-1966, 1967-1971, 1972-1976, 1977-1981) que, juntamente com outros fatores históricos, foram responsáveis pelo salto econômico de desenvolvimento da Coreia do Sul. Nesse sentido, é fundamental destacar o papel do contexto internacional nesse período. Diante do avanço do socialismo e da Revolução Chinesa, os Estados Unidos passaram a atuar no sentido de ampliar a sua influência econômica e política na região. Isso ocorreu a partir de diferentes estratégias, entre elas: expansão dos investimentos dos EUA (e Japão) na região via transferência de tecnologia e expansão do financiamento externo (GRINBERG, 2014; MEDEIROS, 1997). A influência da conjuntura geopolítica foi central para garantir as condições econômicas que possibilitaram o *upgrading* do parque industrial da Coreia do Sul e a sua forte inserção no comércio internacional (WADE, 1990).

Segundo Erickson e Kuruvila (2007) e Kim (1993) em todo esse período o poder estava voltado em favor dos empregadores. Os *chaebols* foram instrumentos fundamentais para alcançar as metas do governo de industrialização. No processo de desenvolvimento, esses empreendimentos foram transformados de pequenas e médias empresas em grandes conglomerados que produziam em grande escala na década de 1970. A estratégia desses grupos em relação aos trabalhadores era baseada em baixos salários e na repressão e controle sobre os sindicatos, subordinando-os à política de rápida industrialização.

Segundo Deyo (1987), mesmo com a repressão e as medidas tomadas pelo governo ditatorial de Park, um movimento trabalhista politizado e com raízes nas lutas contra a dominação japonesa ameaçou as elites e os rumos do desenvolvimento. Como resposta, o presidente Park proibiu completamente as greves, tirando o registro de vários sindicatos e prendendo vários líderes sindicais. Após destruir a oposição sindicalista em 1961, o governo procurou renovar a sua legitimidade política estabilizando o governo civil e liberalizando a legislação trabalhista. Além

disso, também assegurou a emergência de sindicatos “dóceis”, com a criação de uma organização do trabalho guarda-chuva (*Federation Korean Trade Unions* - FKTU), que reativou a afiliação nos sindicatos e substituiu a GFKTU. O principal papel desempenhado pela FKTU era moderar as demandas dos trabalhadores, disciplinando a rebeldia no local de trabalho, o que auxiliava no cumprimento das políticas do governo (KWON, 1997). Apenas os dirigentes sindicais que o governo considerava leais ao regime ditatorial foram autorizados a permanecer.

Com a lei marcial em 1961, o general Park buscou ampliar o controle político e a repressão sobre os sindicatos e as organizações dos trabalhadores, após iniciar a sua política de industrialização voltada para as exportações (DEYO, 1987, 1989). Essa ênfase na produção voltada para o exterior alterou as relações de trabalho e impôs barreiras ainda maiores para as demandas dos trabalhadores. Segundo Kwon (1997), as estratégias de crescimento dos *chaebols* impactaram diretamente nas práticas de gestão de trabalho e no movimento sindical. A transformação dos *chaebols*, implantando indústrias pesadas e químicas na década de 1970, trouxe uma mudança no ambiente de trabalho. Como resultado da reestruturação, indústrias pesadas tornaram-se os principais locais de trabalho. O emprego passou de 25.000 em 1972 para 154.000 em 1981, nos 12 maiores *chaebols*.

Como argumentado por Kim (1997), o rápido crescimento da Coreia do Sul esteve aliçado em uma aliança entre o Estado e os capitalistas. Entre outros objetivos, essa aliança foi fundamental para reprimir os trabalhadores e, em parte, excluí-los de desfrutar os frutos do crescimento econômico até o início dos anos 1980, quando finda a ditadura⁹. A coexistência de um Estado forte e de poderosos grupos econômicos privados coloca em questão aos argumentos desenvolvimentistas de autores como Wade (1990) e Amsden (1989). Esses estudos baseiam-se no argumento de que o Estado era forte e a sociedade civil era fraca, incluindo os capitalistas. Contudo, o caso da Coreia demonstra que o Estado forte não significou a fraqueza dos grupos econômicos capitalistas, apesar de levar ao enfraquecimento da classe trabalhadora.

Conclusão

A literatura desenvolvimentista tem trazido várias contribuições para a compreensão do papel do Estado em promover a superação do subdesenvolvimento, especialmente no Leste Asiático. Ao criticar as análises ortodoxas que enfatizam o papel dos mercados, essa literatura oferece uma alternativa teórica para compreender o fenômeno do desenvolvimento. Contudo, essa abordagem também apresenta algumas limitações. Uma delas é a dificuldade em incorporar os trabalhadores e suas instituições dentro das análises que ela se propõe a construir, especialmente nos trabalhos de alguns autores desenvolvimentistas. Além disso, ela enxerga o Estado como sendo homogêneo sem possuir internamente conflitos e tensões, sugerindo uma grande harmonia entre Estado Nacional e sociedade civil, o que nem sempre ocorreu (KIM, 1997). Em uma breve revisão da literatura, com base em Amsden (1989), Jonhson (1982), Wade (1990)

9 Cabe destacar que durante os anos de 1970 e início de 1980 os sindicatos e o movimento operário cresceram na Coreia do Sul, mesmo que ilegalmente. Eles foram fundamentais, juntamente com os movimentos estudantis, na luta pela democratização e mudança social nos anos 1980 (KIM, 1997).

entre outros autores ficam evidentes os motivos para a pouca ênfase que é dada aos trabalhadores e suas organizações.

Como argumentado nesse artigo, assumir uma determinada forma de autonomia do Estado e também considerar que a sociedade civil é fraca nesses países são fundamentos teóricos que tendem a reduzir a importância da organização dos trabalhadores dentro da análise desenvolvimentista. A existência de um Estado autônomo frente às demandas dos grupos sociais impede que o poder estatal seja “capturado” pelos interesses de determinados setores da sociedade. Assim, o Estado pode colocar em prática os seus objetivos sem ter que se submeter às exigências de grupos específicos. Além disso, a fraqueza da sociedade civil faz com que os instrumentos de pressão desses grupos sociais sejam menores do que em outros contextos de sociedade forte. É a junção de um Estado autônomo com uma sociedade civil fraca que justificaria o pouco protagonismo dos trabalhadores na análise desenvolvimentista. De acordo com essa literatura, por mais que o Estado seja autônomo, em contextos em que a sociedade civil seja muito forte e organizada, essa autonomia tende a ser enfraquecida.

Essas duas suposições apresentam alguns problemas. Kim (1999) argumenta que a perspectiva do Estado Desenvolvimentista falha em perceber que o poder do Estado muda ao longo do tempo e difere entre os setores da sociedade. Nesse sentido, mesmo que haja um grau de autonomia do poder estatal em um determinado momento histórico, não se pode assumir, segundo Kim (1999), que isso não se altere no decorrer do tempo. E isso é o que ocorre na história da Coreia do Sul. Mesmo que se reconheça um nível elevado de autonomia do Estado coreano logo após o fim da dominação japonesa em 1945, na medida em que o desenvolvimento foi se aprofundando, esse grau de autonomia foi alterado. Isso ocorreu, entre outros motivos, porque novos atores, tais como os *chaebols*, passaram a ter também um papel crucial no desenvolvimento econômico. Nesse sentido, o Estado, além de agente, também é objeto do processo de desenvolvimento (KIM, 1993).

Apesar da relevância, a generalização da crítica de Kim (1993, 1999) acaba limitando o seu argumento. Alguns autores desenvolvimentistas importantes como Chang (1994, 2004) e Amsden (1985) colocam de modo evidente as transformações do Estado ao longo do tempo, diferente do que argumenta Kim (1999). Além disso, apesar da força econômica que os *chaebols* conquistaram com sua contínua expansão, eles estiveram submetidos ao poder discricionário do Estado, responsável por estabelecer as condições mais favoráveis para essa expansão, em sintonia com sua estratégia nacional de desenvolvimento.

Observando o desenvolvimento das relações de trabalho na Coreia do Sul durante parte do século XX, várias evidências apontam para uma aliança entre o Estado e os *chaebols* contra os trabalhadores. Havia uma convicção, por parte do grupo dirigente do Estado e da classe capitalista dominante coreana, de que era necessário controlar os trabalhadores para garantir que os objetivos de desenvolvimento econômico fossem alcançados. Nesse sentido, não somente o Estado foi responsável por reprimir os trabalhadores, pois os *chaebols* tiveram um papel fundamental na definição da forma como se estabeleceram as relações de trabalho. Em termos marxistas, pode-se dizer que no seio da sociedade coreana operava a luta de classes, sendo que o Estado foi responsável por influenciar essa luta em favor dos capitalistas. O fato peculiar, no caso do desenvolvimento sul-coreano, é a forma como o Estado conseguiu apoiar e manter sob controle a classe capitalista, favorecendo a máxima acumulação (em detrimento do consumo dessa classe) em setores estrategicamente selecionados pelo próprio Estado.

Referências

- AMSDEN, A. The State and the Taiwan's economic development. In EVANS, P.; RUESCHMEYER, D.; SKOCPOL, T. (Eds.) (1985). *Bringing the State back in*. Cambridge, Cambridge University Press, 1985.
- _____. *Asia's next giant: South Korea and late industrialization*. Oxford, Oxford University Press, 1989.
- BIANCHI, A. O conceito de Estado em Max Weber. *Lua Nova*, v. 92, p. 79-104, 2014.
- CARLIN, W.; SOSKICE, D. *Macroeconomics and the Wage Bargain: A Modern Approach to Employment, Inflation and the Exchange Rate*. New York: Oxford University Press, 1990.
- CHANG, D. *Capitalist Development in Korea: Labour, Capital and the Myth of Developmental State*. New York: Routledge, 2009.
- CHANG, H. *The political economy of industrial policy*. London, MacMillan Press, 1994.
- _____. *Industrial policy in action – the case of Korea*. (SEM DATA)
- _____. *Globalisation, economic development and the role of the State*. Penang, TWN; New York, Zed Books, 2004.
- DEYO, F. C. Labor and Development Policy in East Asia. *Annals of The American Academy of Political and Social Science*, v. 505, p. 152-161, sept. 1989.
- _____. State and Labor: Modes of political exclusion in East Asian development, in DEYO, F. C. (ed.) *The Political Economy of the New Asian Industrialism*, Ithaca, NY: Cornell University Press, 1987.
- EVANS, P. Class, State and Dependence in East Asia: Lessons for Latin Americanists, in DEYO, F. C. (ed.) *The Political Economy of the New Asian Industrialism*, Ithaca, NY: Cornell University Press, 1987.
- _____. Predatory, Developmental, and Other Apparatuses: A Comparative Political Economy Perspective on the Third World State. *Sociological Forum*, v. 4, n. 4, p. 561-587, Dec. 1989.
- _____. O Estado como problema e solução. In: *Lua Nova*, n.28-29, 1993.
- _____. *Embedded Autonomy: States and Industrial Transformation*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1995.
- _____. Government Action, Social Capital and Development: Reviewing the Evidence on Synergy', *World Development*, v. 24, n. 6, p.1119–32. 1996.
- GRINBERG, N. From Miracle to Crisis and Back: The Political Economy of South Korean Long-Term Development. *Journal of Contemporary Asia*, v. 44, n. 4, p. 711-734, 2014.
- IANONI, M. Autonomia do Estado e Desenvolvimento no Capitalismo Democrático. *Revista de Economia Política*, v. 33(4), out./dez. 2013.
- JENKINS, R. The Political Economy of Industrialization: A Comparison of Latin American and East Asian Newly Industrializing Countries. *Development Change*, v. 22, p. 197-231, 1991.
- JONHSON, C. *MITI and the Japanese Miracle: the growth of industrial policy, 1925 1975*. Stanford, Stanford University Press, 1982.
- _____. The Developmental State: The Odyssey of Concept, In: WOO-CUMMINGS, M (ed.) *Developmental State*, London: Polity, 1999.

- KIM, E. M. Contradictions and Limits of a Developmental State: With Illustrations from the South Korean Case. *Social Problems*, v. 40, n. 2, p. 228-249, may, 1993.
- _____. *Big Business, Strong State: Collusion and Conflict in South Korean Development, 1960-1990*. New York: State University of New York Press, 1997.
- _____. Special Issue on the Dynamics of Northeast Asia and the Korean Peninsula. *Asian Perspective*, v. 23, n.2, p. 35-55, 1999.
- _____. Limits of the authoritarian developmental state of South Korea. In EDIGHEGI, Omano. (Ed.). *Constructing a democratic Developmental State in South Africa*. Cape Town, HSRC Press, 2010.
- KURUVILLA, S.; ERICKSON, C. L. Change and Transformation in Industrial Relations. *Industrial Relations*, n. 41, p. 171-228, April 2002. Disponível em: <http://digitalcommons.ilr.cornell.edu/cbpubs/36/>.
- KWON, S. *Industrial Relations in South Korea: An Historical Analysis*. City: The University of New South Wales. July 1997 (Working Paper n. 112).
- KWON, S.; O' DONNELL, M. *The Chaebol and Labour in Korea: The Developmental of Management Strategy in Hyundai*. London: Routledge, 2001.
- LEE, Y. *The State, Society and Big Business in South Korea*. New York: Routledge, 1997.
- LEFTWICH, A. Bringing politics back in: towards a model of Developmental State. *The Journal of Development Studies*, v. 32, n. 3, p. 400-427, feb. 1995.
- _____. *States of Development: On the Primacy of Politics in Development*. Oxford: Blackwell, 2000.
- MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Vol. II, São Paulo: Abril Cultural (Coleção os Economistas), 1983. v. 2.
- MEDEIROS, C. A. Globalização e a inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina. In: TAVARES, Maria C.; FIORI, José L. (Org.). *Poder e dinheiro*. Uma economia política da globalização. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- MILIBAND, R. Poulantzas and the Capitalist State. *New Left Review*, n. 82, p. 83-92, 1973.
- NASH, E.; RICH, W.. The Specificity of the Political: Around the Poulantzas-Miliband Debate. *Economy and Society*, v. 5, n. 1, p. 87-110, Feb. 1975.
- ONIS, Z. The Logic of the Developmental State, *Comparative Politics*, v. 24, n. 1, p.109-26, 1991.
- POULANTZAS, N. *Fascism and Dictatorship*. London: London, 1974.
- _____. *O Estado, o Poder, o Socialismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- RUESCHEMEYER, D; EVANS, P. The State and economic transformation: toward an analysis of the conditions underlying effective intervention. In EVANS, P.; RUESCHEMEYER, D.; SKOCPOL, T. (Eds.) (1985). *Bringing the State back in*. Cambridge, Cambridge University Press, 1985.
- SKOCPOL, T. Bringing the State Back In: Strategies of Analysis in Current Research', in EVANS, P., RUESCHEMEYER, D. AND SKOCPOL, T. (eds.) *Bringing the State Back*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- SINGH, A. Political Economy of Labour Reforms in South Korea. *International Journal of Interdisciplinary and Multidisciplinary Studies (IJIMS)*, v. 1, n. 5, p. 73 -95. 2014.
- TOMAZETTE, M. A Contribuição Metodológica de Max Weber para a Pesquisa em Ciências Sociais. *Revista Universitas Jus*, v. 17, jul./dez. 2008.

- VIEIRA, V. R. Invisible Legacies: Brazil's and South Korea's Shift from ISI Towards Export Strategies Under Authoritarian Rule. *Journal of International Relations and Development*, p. 1-34, 2013.
- WADE, R. *Governing The Market: Economic Theory and the Role of Government in East Asian Industrialisation*, Princeton, NJ: Princeton University Press. 1990.
- WEBER, M. *Economia y Sociedad*. México. Fondo de Cultura Económica, 1964.
- _____. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1974.
- WEISS, L.; HOBSON, J. M. *States and Economic Development: A Comparative Historical Analysis*. Cambridge: Polity Press. 1995.
- ZHANG, J.; TRAUB-MERZ, R. *Comparative Industrial Relations: China, South Korea and Germany/Europe*. Beijing: China Social Sciences Press, 2010.

O protagonismo do Brasil na integração da Sul-americana: uma análise das relações comerciais 2000-2018¹

Brazil's leading role in the South American integration: an analysis of trade relations 2000-2018

SOFÍA ESCOBAR SAMURIO | sofia.samurio@ipea.gov.br
Bolsista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

PEDRO SILVA BARROS | pedro.barros@ipea.gov.br
Pós-doutorando Universidade de São Paulo (USP), pesquisador Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

LUCIANO WEXELL SEVERO | luciano.severo@unila.edu.br
Professor na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), bolsista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Recebimento do artigo Abril de 2019 | **Aceite** Maio de 2019

Resumo As relações comerciais do Brasil com os países da América do Sul têm se transformado ao longo do tempo. Nos últimos 18 anos, o comércio regional do Brasil apresentou dois movimentos contrastantes. Entre 2000 e 2011, houve forte expansão das exportações e importações brasileiras com seus vizinhos. Nos últimos anos, porém, a América do Sul tem perdido importância relativa no comércio exterior brasileiro. Parte-se do diagnóstico que há elementos estruturais fundamentais para o baixo comércio intrarregional na América do Sul: a organização desfavorável das cadeias globais de valor; a infraestrutura deficiente; e a falta de instrumentos adequados para o financiamento e garantias das exportações regionais. Este artigo apresenta e avalia a dinâmica do comércio regional do Brasil desde 2000, debate seus principais determinantes, os esforços para desconstruir as assimetrias, e propõe uma agenda de pesquisa sobre o protagonismo do Brasil para a integração econômica regional da América do Sul. Trata-se de um primeiro texto de uma pesquisa de dois anos que se iniciou há cinco meses. Os eventuais resultados aqui apresentados serão mais bem debatidos e validados nos próximos meses. **Palavras-Chave** Comércio Intrarregional; Integração Econômica Regional; Política Externa Brasileira; América do Sul; China.

Abstract Brazil-South America trade relations have changed significantly over time. In the last 18 years, these trade flows have been subject of two contrasting movements. Between 2000 and 2011, there was a strong expansion of Brazilian exports and imports with its neighbors whereas in recent years South America has lost relative importance in Brazil's foreign trade. This article has two main objectives. Firstly, it aims to evaluate Brazil-South America trade dynamics since 2000 and to discuss main trade determinants. Secondly, it proposes a research agenda on the role of Brazil in South American regional economic integration so to support public policies aimed to reduce regional asymmetries. Our main argument is that there are key underlying structural elements for this recent change: an unfavorable organization of global value chains; poor national and regional infrastructure; and lack of adequate instruments for regional export financing and guarantees. This is the first article of two-year research, which began five months ago. Results presented here will be better discussed and validated in the coming months. **Keywords** Intra-regional trade; Regional Economic Integration; Brazilian Foreign Policy; South America; China.

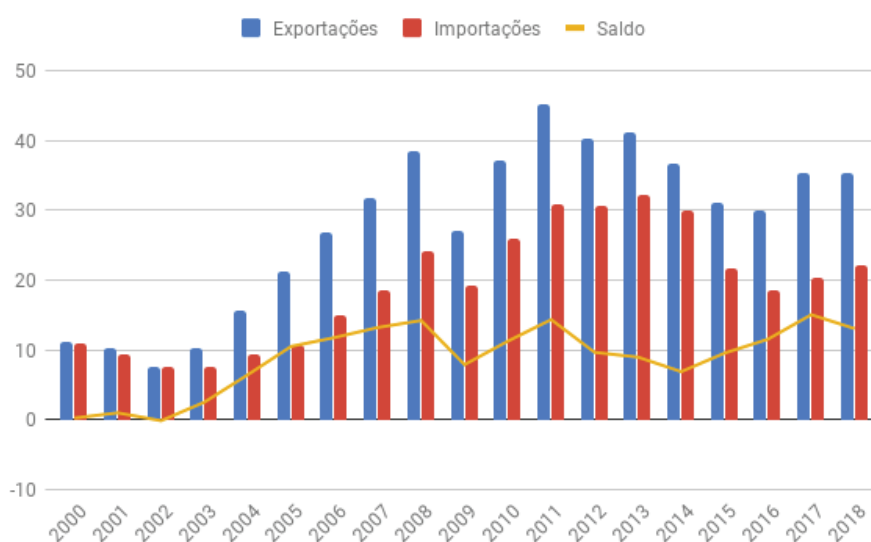
¹ Este artigo foi apresentado durante o III Encontro de Economia Política Internacional (ENEPI), realizado entre os dias 29 e 30 e 31 de maio de 2019, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Introdução

O comércio intrarregional do Brasil com os países da América do Sul apresenta saldo positivo para Brasil desde 2003 e teve seu período de auge entre 2007 e 2011, atingindo US\$ 76,1 bilhões de corrente de comércio, em 2011. A partir de 2012, contudo, o fluxo de trocas comerciais com os países da região tem apresentado uma tendência decrescente. Em 2018, a participação de América do Sul nas exportações totais do Brasil foi de 14,7% (US\$ 35,2 bilhões); já em relação às importações totais atingiu apenas 12,3% (US\$ 22,1 bilhões)².

O Gráfico I expõe a balança comercial do Brasil com América do Sul entre 2000 e 2018. É possível identificar dois grandes movimentos: no primeiro, entre 2003 e 2011, o comércio do Brasil com os vizinhos apresentou uma tendência crescente, com exceção de 2009, por motivo da crise financeira internacional. O segundo movimento, a partir de 2012, é descendente, com leve recuperação entre 2017 e 2018. O saldo comercial é positivo para o Brasil durante todo o período, sendo acima de US\$ 10 bilhões anuais, com exceção de 2009 e entre 2012 e 2014.

Gráfico I: Balança comercial do Brasil com América do Sul em bilhões de dólares entre 2000 e 2018.



Fonte: UN COMTRADE. Elaboração dos autores

A diminuição relativa dos fluxos comerciais com a região responde a fatores estruturais, circunstanciais e políticos. Como fatores estruturais identificam-se: a inserção nas Cadeias Globais de Valor (CGV) como fornecedores de bens de baixo valor agregado, a deficiência de infraestrutura física e a insuficiência dos instrumentos de financiamento e de garantias às exportações³. O *superciclo* das commodities, entre 2003 e 2013, e a crise financeira internacional, a partir de maio de 2008, foram as duas principais variáveis conjunturais. O projeto, o ativismo ou omissão dos governos para fomentar a integração regional correspondem à dimensão política.

² Estatísticas de comércio exterior, página do Ministério de Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

³ BARROS, 2018, p. 50.

Quais seriam os motivos para o forte incremento absoluto das trocas comerciais entre 2003 e 2012 e a subsequente estagnação ou leve declínio que permanece até o momento (2019)?

Aventa-se a hipótese de que houve avanços apesar de terem sido insuficientes com relação às propostas desenhadas na década de 2000. A condição histórica de inserção internacional da América do Sul baseada em exportações de bens primários, que havia sido amenizada entre as décadas de 1950 e 1980, sobretudo no comércio intrarregional, foi acentuada devido às características do aumento da demanda do Leste da Ásia, especialmente da China, região que dinamizou o comércio internacional nas duas últimas décadas.

O comércio intrarregional na América do Sul cresceu, mas as assimetrias não se reduziram consideravelmente e o ativismo brasileiro apresentou debilidades em sua formulação, execução e acompanhamento. O crescimento da presença brasileira nos países vizinhos nas últimas duas décadas estava concentrado em empresas de construção civil, que foram fortemente afetadas pela Operação Lava-Jato, a partir de 2014. Desde então, diminuíram fortemente a quantidade de obras executadas por empresas brasileiras na região e, conseqüentemente as exportações de insumos e serviços brasileiros para os países vizinhos associados a esses projetos de infraestrutura.

O objetivo deste trabalho é apresentar uma agenda de pesquisa a partir da análise dos dados do comércio intrarregional do Brasil, entre 2000 e 2018, e do conjunto das iniciativas brasileiras para a integração econômica regional.

Os objetivos específicos são:

- a) apresentar um diagnóstico das barreiras estruturais para à integração na América do Sul no contexto da dinâmica do comércio internacional;
- b) analisar os dados das relações comerciais do Brasil com os países da América do Sul no período referido, entendendo sua dinâmica e especificidades com cada um dos países vizinhos.

Para responder ao problema de pesquisa o primeiro passo é o levantamento dos dados de comércio exterior do Brasil com os demais países da América do Sul. A análise quantitativa do comércio exterior do Brasil foi realizada a partir da Base de Dados Estadísticos de Comercio das Nações Unidas (Comtrade/UNCTAD), por meio do WITS, e do Ministério da Economia do Brasil (Comexstat – que substituiu o AliceWeb/MDIC). Para a análise das relações comerciais brasileiras com os países da América do Sul, especificamente, são estudadas as informações disponibilizadas pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Este artigo é um primeiro texto de uma pesquisa que se iniciou recentemente. Os resultados ainda são muito preliminares e outras variáveis serão incorporadas. Os conteúdos apresentados nas próximas seções são, portanto, mais uma agenda de pesquisa do que considerações definitivas.

Barreiras estruturais para a integração e a dinâmica contemporânea do comércio internacional

A análise das relações comerciais inter-regionais contemporâneas do Brasil com os países do continente corrobora a presença de três obstáculos, de natureza estrutural, à integração:

- I. A inserção nas Cadeias de Valor, bem como suas características globais e regionais;
- II. A logística deficiente e a escassez de investimentos em infraestrutura; e
- III. A carência de instrumentos adequados para o financiamento e as garantias das exportações regionais.

De acordo com o estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) “Fábricas Sincronizadas: A América Latina e o Caribe na Era das Cadeias Globais de Valor” (2014), os novos padrões de organização internacional da produção fragmentam o processo em tarefas, fazendo com que a concorrência exterior se dê a um nível de maior desagregação. Ao mesmo tempo, boa parte do comércio de insumos, associado às Cadeias Globais de Valor (CGV), acontece intra-firma. Faz-se necessário duas considerações: por um lado, torna-se mais difícil estimar o impacto da abertura comercial quando o *offshoring* é permitido; por outro, a liberalização do comércio não garante o acesso dos países em desenvolvimento às redes internacionais de produção.

O documento compara a América Latina com a Europa do Leste e a Ásia. Estes últimos tiveram uma inserção mais exitosa nas CGV ao conseguirem se industrializar mais rapidamente e com esforço exportador, o que permitiu diversificar as vendas externas e reduzir os riscos da deterioração dos termos de troca ao mesmo tempo em que se beneficiaram da transferência de tecnologia e da difusão de aprendizado. A inserção nas CGV, contudo, requer de condições específicas para se concretizar; existem dificuldades na transmissão de conhecimento assim como o risco de *reshoring*, o que implica que é preciso sustentar as capacidades que permitiram a inserção inicial (BLYDE, 2014, p. 13).

Ainda de acordo com este autor, a América Latina apresenta uma baixa participação relativa nas CGV. O processo de produção dos países da região está voltado para produtos primários, com escasso valor agregado nas exportações. Por esse motivo a participação nas CGV se restringe muitas vezes aos estágios iniciais das cadeias produtivas, como fornecedores de insumos. Os países centro-americanos e, principalmente, o México apresentam maior participação nos segmentos finais das cadeias como montadores de peças importadas.

De acordo com Baldwin (2012), embora todo comércio seja consideravelmente regional, o que se verifica nas ditas CGV, é ainda mais regionalizado. Por este motivo, o autor defende que não se trata de Cadeias Globais, mas sim de Cadeias Regionais de Valor (CRV). A matriz de trocas é muito esparsa, com escassos fluxos globais e destaque predominante dos Estados Unidos, China e Alemanha. Essas CRV norte-americanas, europeias e asiáticas, concentram os maiores fluxos de comércio e produção de valor. Ainda segundo o referido autor, o comércio da cadeia de suprimentos também apresenta um padrão *hub-and-spoke* em torno dos quatro gigantes industriais: Estados Unidos, China, Alemanha e Japão. Estes quatro países constituem os *headquarters* dirigindo direta ou indiretamente as redes de produção, enquanto as economias fábricas procuram atrair empregos e investimentos *offshore* (BALDWIN, p. 5-7, 2018).

Por sua localização geográfica, a América do Sul encontra-se afastada dessas cadeias de valor, o que faz da infraestrutura um fator decisivo, tanto para viabilizar sua participação nas grandes articulações produtivas como para fomentar a integração comercial intrarregional. Por se tratar de uma região fortemente dependente da exportação de recursos naturais, a razão entre peso e valor tende a ser muito alta. Considerando que os custos de transporte são diretamente proporcionais à relação entre peso e valor, as deficiências nessa área impactam diretamente nos

custos de exportação. Além disso, aumentam os riscos de incerteza associados ao atraso na entrega, o que dificulta a inserção em cadeias produtivas *just-in-time*.

Segundo Lardé (2016, p.5), os maiores coeficientes de investimento em infraestrutura na região ocorreram na década de 1980, atingindo 3,6% do PIB, em média, somando os investimentos públicos e privados. Entre 1990 e 2001, descendem para 2,2% e se mantêm nesse nível até 2013. Esta diminuição nos investimentos, particularmente os públicos, estaria relacionada às restrições fiscais e ao serviço da dívida. Embora o investimento privado tenha apresentado um certo dinamismo na década de 1980, passando de 0,5% para 1,2% do PIB, foi insuficiente para compensar a queda.

Na década de 1990, as concessões de projetos de obras públicas deram impulso para a incorporação do capital privado no setor de infraestrutura. Entre 2003 e 2013, se observou, segundo os autores, uma recuperação nos investimentos totais de infraestrutura, atingindo um pico de 2,9% do PIB em 2010. Nas últimas décadas, contudo, os investimentos públicos e privados em infraestrutura foram muito baixos em toda a América Latina, em média 1,2% o investimento público e 1,1% o investimento privado. O investimento em infraestrutura, tanto público como privado, tem sido baixo nos últimos 30 anos, principalmente em comparação com outras economias do mundo, como a China (8,5% do PIB), o Japão (5%) e a Índia (4,7%).

O relatório do *Banco Mundial, Doing Business 2019*⁴, apresenta os dados relativos à eficiência da logística e infraestrutura para o transporte de mercadorias de 190 economias. No ranking de facilidade relativa para o comércio internacional, a média para América Latina e o Caribe é de 105, sendo que os países do Caribe estão melhor posicionados do que os sul-americanos. Com relação à quantidade de horas que demora o transporte das mercadorias, a média para América Latina e o Caribe encontra-se entre as mais elevadas, com 61,9 horas, similar à média do Sul da Ásia (62,9 horas) e da Oceania (54,7 horas), em contraste com os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (12,5 horas) e a União Europeia (8,1 horas).

Os países do Caribe uma vez mais estão à frente da América do Sul e a Venezuela completamente defasada em relação ao restante dos países. Por fim, na estimação do custo global médio de exportação (*border compliance*) para cada país, em dólares, a média da região é a mais elevada (US\$ 529,8), o Leste da Ásia e Pacífico US\$ 382,2 e Europa e Ásia Central US\$ 157,5. Os países da OCDE US\$ 139,1 e a União Europeia US\$ 85,2. A ausência ou a limitação dos mecanismos de garantias são um dos principais entraves aos intercâmbios comerciais e aos fluxos de investimentos dentro da América do Sul.

4 Relatório do Banco Mundial que faz uma análise comparativa sobre a facilidade de se fazer negócios nos 190 países selecionados, apresentando classificações (ranking) e estimativas dos custos, prazos e trâmites requeridos para concretizar a compra-venda internacional.

As relações comerciais da América do Sul com a China e suas implicações nas relações comerciais do Brasil com América do Sul

Além da reconfiguração da organização da produção internacional de bens, uma das maiores mudanças dos anos 2000 é o imponente crescimento do comércio internacional impulsionado pela China e a sua consolidação como potência econômica e geopolítica. A China se tornou o principal parceiro comercial dos países desenvolvidos, o segundo parceiro da União Europeia e dos Estados Unidos; e de algumas economias em desenvolvimento, com especial destaque para América Latina e o Caribe, por ser um importante importador de matérias-primas (CEPAL, 2014). A forte demanda e os processos especulativos elevaram os preços destas mercadorias a seus máximos históricos (CEPAL, 2014, p. 40).

No documento *Explorando nuevos espacios de cooperación entre América Latina y el Caribe y China* (2018), a CEPAL destaca que o comércio entre a China e a América Latina e o Caribe teria apresentado uma leve melhora a partir de 2016, ainda longe do máximo histórico registrado em 2013, de US\$ 268 bilhões, que coincidiu com o fechamento do *superciclo* das matérias primas. Em 2017, a China representou 10% das exportações totais e 18% das importações totais da América Latina e o Caribe. No entanto, o padrão comercial da região não é homogêneo, existe uma marcada diferenciação entre América do Sul, de um lado, e o Caribe, América Central e, especialmente o México, de outro.

De acordo com o Observatório de Complexidade Econômica do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), a América do Sul representou o 3,6% (US\$ 85,2 bilhões) das exportações totais e 6,1% (US\$ 95 bilhões) das importações totais da China em 2017. A composição das exportações sul-americanas à China consiste maioritariamente em bens primários. Por sua vez, o México, possui uma especialização produtiva baseada em bens industriais e mantém um crescente déficit comercial global com a China (CEPAL, 2018, p. 40).

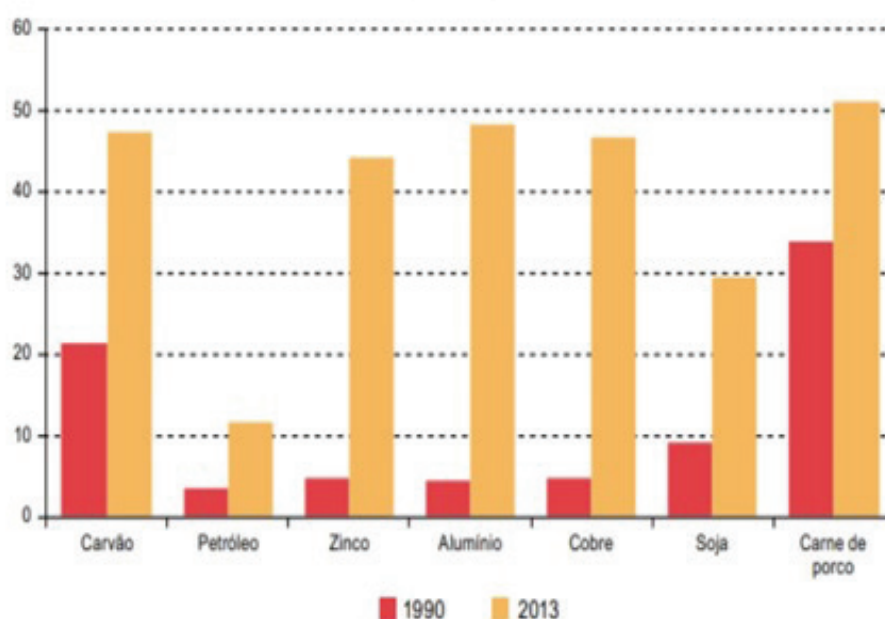
Esse estudo da CEPAL sinaliza que o comércio da China com a região se caracteriza pela troca de matérias-primas por bens industriais, em maiores proporções do que com o resto do mundo⁵. Os principais países da região com os quais China tem déficit comercial são Brasil, Chile e Venezuela, e a pauta exportadora desses países se concentra em petróleo, soja, minério de ferro e minério de cobre, os quais representaram 70% das compras totais da China oriundas de América Latina e do Caribe em 2016.

Com relação às importações sul-americanas originárias da China, os bens de capital que em 2003 representavam cerca de 30% se estabilizam na casa dos 45% depois de 2006. Os bens de consumo apresentam leve queda e os intermediários se mantêm estáveis durante todo o período. Em síntese, pode-se dizer que as exportações da América do Sul para China são de matérias-primas e de bens intermediários; enquanto as importações, de bens de capital, bens de consumo e bens intermediários.

5 Os produtos primários representaram 72% das exportações totais para China em contraste com 27% para o resto do mundo. As manufaturas de baixa, média e alta tecnologia representam apenas 8% das exportações à China e 57% ao resto do mundo. Por outra parte, a importação de produtos de baixa, média e alta intensidade proveniente da China constituiu o 91 % das importações totais deste país para ALC.

No gráfico II, extraído do documento *Horizonte 2030*, é possível identificar a participação relativa da China no consumo mundial de Carvão, Petróleo, Zinco, Alumínio, Cobre, Soja e Carne de Porco entre 1990 e 2013. Ainda segundo a CEPAL, a China se transformou num centro de produção e distribuição mundial de empresas transnacionais, e impulsionou o crescimento dos países exportadores de matérias-primas⁶ mediante Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE) em economias que podem vir a tornar-se fortes competidores da América Latina e do Caribe em importantes mercados agrícolas e de minerais.

Gráfico II: Participação relativa da China no consumo mundial de produtos selecionados entre 1990 e 2013



Fonte: CEPAL⁷

Na relação da América do Sul com a China verifica-se um forte crescimento da participação das exportações entre 2000 e 2018, como se pode observar na Tabela I. No início do período, com uma participação média de 2%⁸, em 2010 com 12%, e em 2017 pouco mais de 18%⁹. Entre 20% e 25% das exportações de Chile, Peru, Brasil e Uruguai tem como destino a China.

6 Particularmente em Afeganistão, Equador, Guiné, Níger, Serra Leoa e Zimbábue, aonde os IDE superam o 50% do total.

7 Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Base de dados estatísticos substantivos da Organização (FAOSTAT); Escritório Mundial de Estatísticas do Metal; Administração de Informação Energética dos Estados Unidos e Associação Mundial do Aço.

8 Sem contar Suriname por falta de dados.

9 Sem contar Venezuela por falta de dados.

Tabela I: Participação relativa da China nas exportações dos países da América do Sul entre 2000 e 2018

	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	Guiana	Paraguai	Peru	Suriname ¹⁰	Venezuela ¹¹	Uruguai ¹²
2000	3,03	0,38	1,97	4,95	0,22	1,20	0,18	0,27	6,99	-	0,31	-
2001	4,22	0,37	3,27	5,68	0,16	0,20	0,24	0,45	6,24	-	0,58	5,09
2002	4,25	0,56	4,17	7,03	0,23	0,29	0,33	0,81	7,80	-	0,60	5,57
2003	8,28	0,70	6,21	8,82	0,63	0,22	0,08	1,33	7,50	-	2,17	4,40
2004	7,61	1,04	5,65	10,42	0,82	0,65	0,23	1,44	9,78	-	1,85	3,91
2005	7,86	0,71	5,75	11,66	1,12	0,07	0,87	2,11	10,87	-	2,23	3,53
2006	7,47	0,84	6,10	8,67	1,85	1,53	2,38	0,55	9,55	-	4,30	4,23
2007	9,26	1,16	6,71	15,32	2,62	0,26	1,31	1,16	10,83	-	3,66	3,58
2008	9,08	1,88	8,35	13,21	1,18	2,06	1,50	1,51	11,94	-	11,61	2,92
2009	6,59	2,47	13,73	23,49	2,91	0,90	1,39	0,69	15,25	1,67	6,48	4,34
2010	8,51	3,00	15,24	24,36	4,98	1,88	0,81	0,53	15,18	0,72	7,35	5,54
2011	7,27	3,68	17,31	22,88	3,53	0,86	0,64	0,39	15,03	0,44	12,38	9,32
2012	6,34	2,68	17,02	23,17	5,55	1,64	0,94	0,58	16,92	0,36	16,53	11,62
2013	7,26	2,62	19,02	24,84	8,67	2,28	0,53	0,60	17,28	0,60	-	15,74
2014	6,52	3,38	18,05	24,23	10,50	1,89	1,96	0,51	18,22	1,79	-	16,47
2015	9,11	5,34	18,62	26,15	6,34	3,94	1,68	0,36	21,95	1,03	-	18,30
2016	7,66	6,68	18,97	28,64	3,63	3,91	1,24	0,25	23,39	0,93	-	16,12
2017	7,41	5,11	21,81	27,58	5,29	4,04	1,49	0,32	26,28	-	-	22,38
2018	-	-	26,76	33,50	-	6,92	1,49	0,29	-	-	-	21,64

Elaborado pelos autores.

Fonte: UN Comtrade

Por sua vez, Rocha e Bielschowsky (2018) avaliam que houve uma reconfiguração das relações centro-periferia na qual a América Latina estaria cada vez mais subordinada. A China seria um novo vínculo de dependência entre a periferia e as economias centrais e sua estratégia estaria centrada no IDE. Para tal, analisam as diferentes modalidades que o país utiliza para obter o acesso e controle de alguns produtos básicos: o petróleo, o ferro, o cobre e a soja.

No caso do petróleo, trata-se da aquisição de direitos de empresas já estabelecidas na região por meio de empresas públicas e via financiamentos com pagamentos em barris de petróleo, por bancos públicos¹³. No caso do ferro e do cobre, mediante IDE e importação. A América do Sul (especialmente Brasil, Peru e Chile) é a segunda região de origem das importações dessas mercadorias, depois da Oceania. A estratégia em relação à soja consiste na aquisição de empresas que possuem uma infraestrutura logística na região para comercializá-la, bem como o arrendamento de terras produtoras de soja por fundos de investimento estrangeiros.

Hiratuka (2018) demonstra estar de acordo com a avaliação de que as relações entre a China e a América Latina tem ganhado um novo formato, de majoritariamente comercial para financeiro, com um forte aumento de IDE nos projetos de infraestrutura e em setores da indústria

¹⁰ Não tem dados disponíveis pela UN Comtrade.

¹¹ Dados declarados pela China.

¹² Participação calculada a partir dos dados extraídos do portal Uruguay XXI. Estes dados não incluem os dados relativos às Zonas Francas.

¹³ Entre 2001 e 2013 a China iniciou 23 projetos de investimento no setor petrolífero na América Latina. Em 2015, 13% das importações de petróleo e 8% do consumo interno da China, têm procedência latino-americana; 91% teve origem em Venezuela; Brasil e Colômbia.

manufatureira. Esta mudança teria relação com o padrão de desenvolvimento chinês implementado após a crise financeira internacional de 2007/2008:

(...) o forte crescimento baseado na expansão dos investimentos, impulsionados pela articulação entre urbanização e industrialização, acabou resultando em excesso de capacidade em vários setores industriais chineses, acelerando a pressão pela saída de capitais e por mudanças em direção a uma economia menos dependente da realização de investimentos no mercado interno. (HIRATUKA, 2018, p. 2).

Essa reconfiguração das relações entre as duas regiões apresenta oportunidades e desafios. De um lado, a complementariedade entre a estrutura de exportações da América do Sul e a demanda chinesa e os fluxos de investimento chinês em infraestrutura e na indústria manufatureira. Por outro lado, a competição da indústria chinesa com o setor manufatureiro sul-americano, o crescente atrelamento das economias da região aos ciclos econômicos chineses, cujos efeitos foram sentidos em 2012 com a desaceleração da economia chinesa, e seus efeitos nos preços das commodities.

O fluxo comercial da América do Sul com a China se caracteriza pela assimetria: por um lado, exportações muito concentradas em poucas commodities cujo financiamento e comercialização estão crescentemente controlados pela própria China, e, por outro lado, importações diversificadas de manufaturas de média e alta intensidade tecnológica (CEPAL, 2016, p. 43), com uma tendência à deterioração dos termos de troca (MEDEIROS, 2015 p. 39). Esse padrão se apresenta como uma dinâmica de médio e longo prazos nas relações China-América do Sul, tendo em consideração que o país se tornou o principal sócio comercial da maioria das economias do continente¹⁴. O cenário conduz às seguintes conclusões:

- I. A China, ao mesmo tempo em que impulsiona a economia da região nos momentos ascendentes de seu ciclo econômico, age como fator desagregador da integração comercial e produtiva da América do Sul;
- II. Nas duas últimas décadas, tanto durante o *superciclo* das commodities como em conjunturas menos favoráveis, não houve avanços significativos no desenvolvimento de novas cadeias regionais, acentuando a ambiguidade da relação com a China;
- III. Fragmentação das organizações criam obstáculos para a negociação conjunta com terceiros. No caso das relações entre América do Sul e China, estimulariam que as iniciativas fossem tratadas apenas bilateralmente, o que, em tese, aumenta a possibilidade de reforçar as características desintegradoras dos projetos de infraestrutura.

14 Tabela 1: Posição da China e valor do comércio exterior com países da ALADI em 2015. (HIRATUKA, 2018, p. 11).

Análise das relações comerciais entre o Brasil e América do Sul entre 2000 e 2018

A presente seção consiste em uma primeira análise descritiva e na apresentação de algumas hipóteses sobre as relações comerciais do Brasil com o mundo e com a América do Sul, entre 2000 e 2018. Nas tabelas a seguir apresentam-se os parceiros comerciais do Brasil em 2000, 2010 e 2018. Em 2000, o principal parceiro comercial do Brasil eram os Estados Unidos, destino de 24% das exportações brasileiras totais. Essa participação cai em 2015 para 9,6% e recupera-se levemente em 2018. A China, por sua vez, passou da décima primeira posição em 2000, respondendo por somente 2% das vendas brasileiras, para a primeira posição em 2010, com o 15%, chegando a 27%, em 2018.

A Argentina continua entre os principais parceiros comerciais do Brasil, porém diminuiu a sua participação de 11% em 2000 para 6% em 2018. O Chile, por outro lado, apresentou uma pequena melhora: de 2% em 2010 para 3% em 2018. Os países europeus que apareciam entre os principais parceiros foram o destino de 23% das exportações brasileiras em 2000, 13,5% em 2010 e 10% em 2018. No caso da Europa, o bloco representou, em 2000, 30,7% (US\$ 16,8 bilhões) das exportações totais do Brasil, passou para 25,5% (US\$ 51,5 bilhões) em 2010 e caiu para 20% (US\$ 48,3 bilhões) em 2018¹⁵.

Tabela II: Exportações do Brasil ao mundo entre 2000, 2010 e 2018 em valores absolutos (US\$) e relativos (%).

	Países	2000 (USD)	%		Países	2010 (USD)	%		Países	2018 (USD)	%
1	Estados Unidos	13.160.699.765	23,92	1	China	30.747.553.704	15,24	1	China	64.205.647.058	26,76
2	Argentina	6.229.543.769	11,32	2	Estados Unidos	19.300.906.943	9,56	2	Estados Unidos	28.774.085.275	11,99
3	Países Baixos (Holanda)	2.794.779.576	5,08	3	Argentina	18.507.273.060	9,17	3	Argentina	14.951.216.908	6,23
4	Alemanha	2.524.701.057	4,59	4	Países Baixos (Holanda)	10.225.857.321	5,07	4	Países Baixos (Holanda)	13.068.031.040	5,45
5	Japão	2.471.254.287	4,49	5	Alemanha	8.134.386.646	4,03	5	Chile	6.389.093.370	2,66
6	Itália	2.142.988.525	3,90	6	Japão	7.140.402.276	3,54	6	Alemanha	5.214.589.691	2,17
7	Bélgica	1.778.417.889	3,23	7	Reino Unido	4.625.093.694	2,29	7	Espanha	5.147.307.782	2,15
8	França	1.729.729.489	3,14	8	Chile	4.256.776.051	2,11	8	México	4.505.139.699	1,88
9	México	1.709.783.257	3,11	9	Itália	4.232.361.792	2,10	9	Japão	4.334.337.058	1,81
10	Reino Unido	1.496.503.491	2,72	10	Rússia	4.147.690.633	2,06	10	Índia	3.909.881.517	1,63

Fonte: MDIC e UN COMTRADE

Elaboração dos autores

Em 2000, 23% das importações totais do Brasil eram originadas nos Estados Unidos, em 2010 esse percentual caiu para 15% e em 2018 ficou em 16%. A China, por sua vez, que sequer aparecia entre as principais importadoras do Brasil no ano 2000, dobrou sua participação como

15 Estatísticas de comércio exterior, página do Ministério de Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

origem das compras totais brasileiras entre 2010 (10%) e 2018 (19%). Argentina, principal parceiro comercial na região, reduziu pela metade a sua participação nas importações do Brasil, de 12% em 2000 para 6% em 2018. Europa em 2000 representava 29% (US\$ 16,3 bilhões) das compras brasileiras; em 2010 cresceu em termos absolutos, porém diminuiu sua participação relativa, para 25,4% (US\$ 46,4 bilhões), e em 2018 caiu em valores absolutos e relativos, para 23,3% (US\$ 42 bilhões).

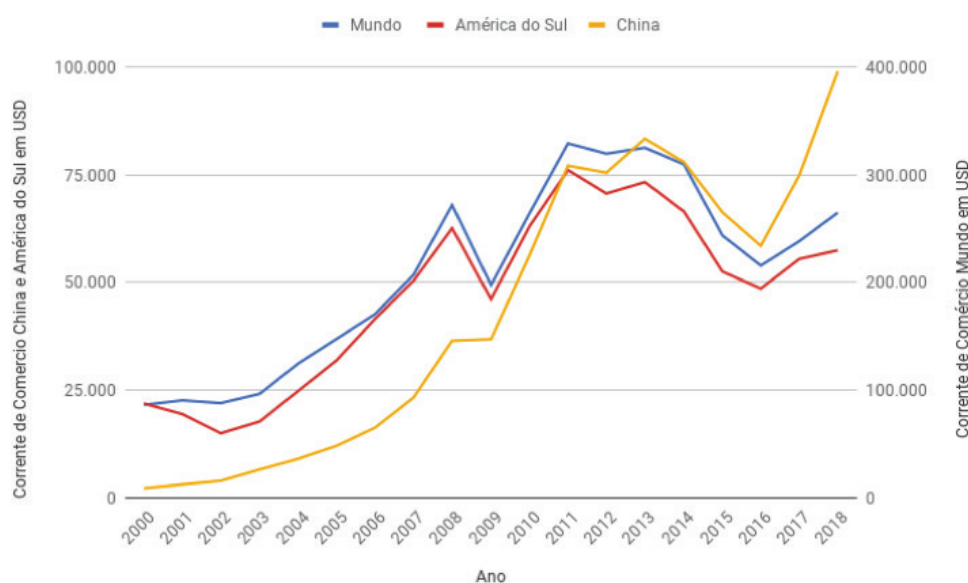
Tabela III: Importações do Brasil ao mundo entre 2000 e 2018 em valores absolutos (US\$) e relativos (%)

	Países	2000 (US\$)	%		Países	2010 (US\$)	%		Países	2018 (US\$)	%
1	Estados Unidos	12.906.099.243	23,09	1	Estados Unidos	27.038.687.487	15,24	1	China	34.730.027.163	19,16
2	Argentina	6.849.829.801	12,26	2	China	25.591.460.070	9,56	2	Estados Unidos	28.967.774.648	15,98
3	Alemanha	4.445.211.380	7,95	3	Argentina	14.433.416.651	9,17	3	Argentina	11.051.062.743	6,10
4	Japão	2.970.860.904	5,32	4	Alemanha	12.553.495.025	5,07	4	Alemanha	10.557.304.641	5,83
5	Itália	2.171.362.283	3,88	5	Coreia do Sul	8.425.993.375	4,03	5	Coreia do Sul	5.380.880.392	2,71
6	França	1.858.380.051	3,33	6	Japão	6.979.711.623	3,54	6	México	4.909.339.537	2,49
7	Argélia	1.508.469.854	2,70	7	Nigéria	5.925.152.202	2,29	7	Itália	4.513.271.911	2,40
8	Coreia do Sul	1.439.468.186	2,58	8	Itália	4.837.793.744	2,11	8	Japão	4.355.617.849	2,18
9	Venezuela	1.327.901.894	2,38	9	França	4.800.675.893	2,10	9	França	3.941.976.427	2,02
10	Reino Unido	1.223.307.927	2,19	10	Índia	4.243.145.061	2,06	10	Índia	3.662.823.569	2,02

Fonte: MDIC e UN COMTRADE Elaboração dos autores

No gráfico III, observa-se a corrente de comércio do Brasil com o mundo, América do Sul e China, entre 2000 e 2018, em milhões de dólares. A tendência geral do comércio do Brasil com o mundo foi crescente entre 2000 e 2011, com uma queda em 2008 e 2009, como reflexo do cenário internacional. O comércio com a China teve um crescimento pronunciado entre 2009 e 2011, o que confirma que a relação com aquele país se fortaleceu após a crise, manteve-se entre 2011 e 2013, sofreu forte queda entre 2013 e 2016, seguido de fortíssima retomada do crescimento em 2017 e 2018. No caso de América do Sul, percebe-se um forte crescimento de 2000 a 2008, queda em decorrência da crise internacional, retomada do crescimento até 2011, estagnação entre 2011 e 2013, seguidos de queda de 2014 a 2016. Registrou-se uma recuperação entre 2017 e 2018, no entanto menor do que as relações com a China e resto do mundo.

Gráfico III: Corrente de comércio do Brasil com o Mundo¹⁶, América do Sul e China entre 2000 e 2018 em milhões de US\$



Fonte: MDIC. Elaboração dos autores.

A tabela IV apresenta a participação relativa da América do Sul nas exportações do Brasil, entre 2000 e 2018. Com exceção de 2000, o período em que o país mais exportou para a região foi entre 2005 e 2011 – cerca de 19% das vendas totais – e se manteve estável entre 2012 e 2017, em torno de 16%. Todos os países oscilam bastante, porém, pode-se constatar algumas tendências. Percebe-se que a alguns deles registram um aumento das compras neste período, seguido por uma diminuição, particularmente: Argentina, Equador, Venezuela. Outros aumentaram a sua participação no período, mas conseguiram manter, como Peru, Colômbia e Bolívia. Por fim, alguns apresentaram tendência de aumento, como Paraguai e Uruguai.

Ao considerar a participação da América do Sul nas importações do Brasil, identifica-se uma tendência decrescente a partir de 2006. A Argentina é o país que apresenta maior redução ao longo do período. Já a participação de Bolívia e Chile caem a partir de 2006, mas se recuperam nos últimos anos. Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai aumentaram a sua participação em termos relativos.

¹⁶ Sem América do Sul e sem China.

**Tabela IV: Participação relativa da América do Sul¹⁷
no total das exportações brasileiras entre 2000 e 2017**

ANO	Argentina	Bolívia	Chile	Colômbia	Equador	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela	TOTAL
2000	11,32	0,66	2,26	0,94	0,24	1,51	0,64	1,21	1,37	20,15
2001	8,60	0,57	2,32	1,04	0,36	1,24	0,49	1,10	1,88	17,61
2002	3,88	0,70	2,42	1,06	0,64	0,93	0,73	0,68	1,32	12,36
2003	6,24	0,50	2,58	1,03	0,49	0,97	0,67	0,55	0,83	13,85
2004	7,64	0,56	2,64	1,08	0,51	0,90	0,66	0,69	1,52	16,21
2005	8,38	0,49	3,06	1,19	0,55	0,8	0,79	0,72	1,88	17,87
2006	8,52	0,51	2,84	1,55	0,64	0,90	1,10	0,73	2,59	19,3
2007	8,97	0,53	2,65	1,46	0,41	1,03	1,03	0,80	2,94	19,82
2008	8,89	0,57	2,42	1,16	0,44	1,26	1,16	0,83	2,60	19,34
2009	8,36	0,60	1,74	1,18	0,42	1,10	0,97	0,89	2,36	17,61
2010	9,17	0,58	2,11	1,09	0,48	1,26	1,00	0,76	1,91	18,36
2011	8,87	0,59	2,12	1,01	0,36	1,16	0,88	0,85	1,79	17,63
2012	7,42	0,61	1,90	1,17	0,37	1,08	1,00	0,90	2,08	16,52
2013	8,10	0,63	1,85	1,06	0,34	1,24	0,89	0,86	2,00	16,97
2014	6,34	0,72	2,21	1,06	0,37	1,42	0,81	1,31	2,06	16,29
2015	6,70	0,78	2,08	1,11	0,35	1,29	0,95	1,43	1,56	16,24
2016	7,24	0,77	2,20	1,21	0,35	1,20	1,05	1,48	0,69	16,20
2017	8,09	0,69	2,31	1,15	0,38	1,22	1,03	1,08	0,22	16,17

Fonte: CEPAL. Elaboração dos autores.

**Tabela V: Participação relativa da América do Sul¹⁸
no total das importações brasileiras entre 2000 e 2017**

ANO	Argentina	Bolívia	Chile	Colômbia	Equador	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela	TOTAL
2000	12,25	0,25	1,73	0,74	0,03	0,63	0,38	1,08	2,38	19,48
2001	11,16	0,46	1,52	0,34	0,03	0,54	0,41	0,90	1,34	16,71
2002	10,04	0,84	1,37	0,23	0,03	0,81	0,46	1,03	1,34	16,15
2003	9,67	1,08	1,70	0,20	0,04	0,98	0,49	1,11	0,57	15,84
2004	8,86	1,14	2,23	0,23	0,13	0,47	0,56	0,83	0,32	14,76
2005	8,48	1,34	2,37	0,19	0,12	0,43	0,62	0,67	0,35	14,58
2006	8,82	1,59	3,14	0,27	0,03	0,32	0,86	0,68	0,65	16,35
2007	8,63	1,33	2,87	0,35	0,03	0,36	0,83	0,65	0,29	15,33
2008	7,66	1,65	2,28	0,48	0,02	0,38	0,55	0,59	0,31	13,94
2009	8,83	1,29	2,09	0,44	0,03	0,46	0,38	0,97	0,46	14,96
2010	7,94	1,23	2,30	0,59	0,03	0,34	0,50	0,87	0,46	14,26
2011	7,47	1,27	2,01	0,61	0,04	0,32	0,61	0,78	0,56	13,66
2012	7,37	1,54	1,87	0,57	0,06	0,44	0,58	0,81	0,45	13,68
2013	6,87	1,68	1,80	0,61	0,06	0,43	0,74	0,74	0,49	13,42
2014	6,17	1,67	1,75	0,75	0,06	0,53	0,75	0,84	0,51	13,02
2015	6,00	1,46	1,99	0,69	0,07	0,52	0,73	0,71	0,40	12,57
2016	6,60	0,98	2,10	0,66	0,10	0,89	0,90	0,93	0,30	13,46
2017	6,26	0,85	2,29	0,96	0,09	0,75	1,07	0,88	0,26	13,41

Fonte: CEPAL. Elaboração dos autores

17 Sem Guiana e Suriname.

18 Sem Guiana e Suriname.

Tabela VI: Assimetrias comerciais do Brasil com países da América do Sul de 2000 a 2018

ARGENTINA						BOLÍVIA						CHILE						COLÔMBIA						ECUADOR					
A	B	A+B	A-B	A/B		A	B	A+B	A-B	A/B		A	B	A+B	A-B	A/B		A	B	A+B	A-B	A/B		A	B	A+B	A-B	A/B	
2000	6,2	6,8	13,1	-0,6	0,91	2000	0,4	0,1	0,5	0,2	2,60	2000	1,2	1,0	2,2	0,3	1,29	2000	0,5	0,4	0,9	0,1	1,24	2000	0,1	0,0	0,2	0,1	7,19
2001	5,0	6,2	11,2	-1,2	0,81	2001	0,3	0,3	0,6	0,1	1,31	2001	1,4	0,8	2,2	0,5	1,61	2001	0,6	0,2	0,8	0,4	3,22	2001	0,2	0,0	0,2	0,2	12,02
2002	2,3	4,7	7,1	-2,4	0,49	2002	0,4	0,4	0,8	0,0	1,07	2002	1,5	0,6	2,1	0,8	2,26	2002	0,6	0,1	0,7	0,5	5,89	2002	0,4	0,0	0,4	0,4	26,11
2003	4,6	4,7	9,2	-0,1	0,98	2003	0,4	0,5	0,9	-0,2	0,70	2003	1,9	0,8	2,7	1,1	2,30	2003	0,8	0,1	0,9	0,7	7,63	2003	0,4	0,0	0,4	0,3	18,89
2004	7,4	5,6	13,0	1,8	1,33	2004	0,5	0,7	1,3	-0,2	0,76	2004	2,6	1,4	4,0	1,2	1,83	2004	1,0	0,1	1,2	0,9	7,28	2004	0,5	0,1	0,6	0,4	5,98
2005	9,9	6,2	16,2	3,7	1,59	2005	0,6	1,0	1,6	-0,4	0,59	2005	3,6	1,7	5,4	1,9	2,08	2005	1,4	0,1	1,5	1,3	10,25	2005	0,6	0,1	0,7	0,6	7,07
2006	11,7	8,1	19,8	3,7	1,46	2006	0,7	1,4	2,1	-0,7	0,48	2006	3,9	2,9	6,8	1,0	1,37	2006	2,1	0,2	2,4	1,9	8,63	2006	0,9	0,0	0,9	0,8	28,87
2007	14,4	10,4	24,8	4,0	1,39	2007	0,9	1,6	2,5	-0,8	0,53	2007	4,3	3,5	7,7	0,8	1,23	2007	2,3	0,4	2,8	1,9	5,48	2007	0,7	0,0	0,7	0,6	21,85
2008	17,6	13,3	30,9	4,3	1,33	2008	1,1	2,9	4,0	-1,7	0,40	2008	4,8	4,0	8,7	0,8	1,21	2008	2,3	0,8	3,1	1,5	2,77	2008	0,9	0,0	0,9	0,8	20,62
2009	12,8	11,3	24,1	1,5	1,13	2009	0,9	1,6	2,6	-0,7	0,56	2009	2,7	2,7	5,3	0,0	0,99	2009	1,8	0,6	2,4	1,2	3,17	2009	0,6	0,0	0,7	0,6	15,40
2010	18,5	14,4	33,0	4,1	1,28	2010	1,2	2,2	3,4	-1,1	0,52	2010	4,3	4,2	8,4	0,1	1,02	2010	2,2	1,1	3,3	1,1	2,04	2010	1,0	0,1	1,0	0,9	17,20
2011	22,7	16,9	39,6	5,8	1,34	2011	1,5	2,9	4,4	-1,4	0,53	2011	5,4	4,5	10,0	0,9	1,19	2011	2,6	1,4	4,0	1,2	1,86	2011	0,9	0,1	1,0	0,8	9,80
2012	18,0	16,4	34,4	1,6	1,09	2012	1,5	3,4	4,9	-2,0	0,43	2012	4,6	4,2	8,8	0,4	1,10	2012	2,8	1,3	4,1	1,6	2,24	2012	0,9	0,1	1,0	0,8	6,75
2013	19,6	16,5	36,1	3,2	1,19	2013	1,5	4,0	5,6	-2,5	0,38	2013	4,5	4,3	8,8	0,2	1,04	2013	2,6	1,5	4,0	1,1	1,75	2013	0,8	0,1	1,0	0,7	5,82
2014	14,3	14,1	28,4	0,1	1,01	2014	1,6	3,8	5,4	-2,2	0,42	2014	5,0	4,0	9,0	1,0	1,24	2014	2,4	1,7	4,1	0,7	1,39	2014	0,8	0,1	1,0	0,7	5,76
2015	12,8	10,3	23,1	2,5	1,24	2015	1,5	2,5	4,0	-1,0	0,59	2015	4,0	3,4	7,4	0,6	1,17	2015	2,1	1,2	3,3	0,9	1,78	2015	0,7	0,1	0,8	0,5	5,65
2016	13,4	9,1	22,5	4,3	1,48	2016	1,4	1,3	2,8	0,1	1,06	2016	4,1	2,9	7,0	1,2	1,42	2016	2,2	0,9	3,1	1,3	2,46	2016	0,7	0,1	0,8	0,5	4,54
2017	17,6	9,4	27,1	8,2	1,87	2017	1,5	1,3	2,8	0,2	1,17	2017	5,0	3,5	8,5	1,6	1,46	2017	2,5	1,4	4,0	1,1	1,74	2017	0,8	0,1	1,0	0,7	6,37
2018	15,0	11,1	26,0	3,9	1,35	2018	1,5	1,6	3,1	-0,2	0,89	2018	6,4	3,4	9,8	3,0	1,89	2018	2,8	1,7	4,5	1,1	1,63	2018	0,9	0,1	1,0	0,8	8,06

PARAGUAI						PERU						URUGUAI						VENEZUELA						AMÉRICA DO SUL					
A	B	A+B	A-B	A/B		A	B	A+B	A-B	A/B		A	B	A+B	A-B	A/B		A	B	A+B	A-B	A/B		A	B	A+B	A-B	A/B	
2000	0,8	0,4	1,2	0,5	2,37	2000	0,4	0,2	0,6	0,1	1,68	2000	0,7	0,6	1,3	0,1	1,11	2000	0,8	1,3	2,1	-0,6	0,57	2000	11,1	10,9	22,0	0,2	1,02
2001	0,7	0,3	1,0	0,4	2,40	2001	0,3	0,2	0,5	0,1	1,25	2001	0,6	0,5	1,1	0,1	1,28	2001	1,1	0,7	1,8	0,3	1,47	2001	10,2	9,3	19,5	1,0	1,10
2002	0,6	0,4	0,9	0,2	1,46	2002	0,4	0,2	0,7	0,2	2,01	2002	0,4	0,5	0,9	-0,1	0,85	2002	0,8	0,6	1,4	0,2	1,26	2002	7,4	7,6	15,1	-0,2	0,98
2003	0,7	0,5	1,2	0,2	1,49	2003	0,5	0,2	0,7	0,3	2,09	2003	0,4	0,5	0,9	-0,1	0,75	2003	0,6	0,3	0,9	0,3	2,21	2003	10,1	7,7	17,8	2,5	1,32
2004	0,9	0,3	1,2	0,6	2,93	2004	0,6	0,3	1,0	0,3	1,82	2004	0,7	0,5	1,2	0,1	1,28	2004	1,5	0,2	1,7	1,3	7,38	2004	15,6	9,3	24,9	6,3	1,68
2005	1,0	0,3	1,3	0,6	3,02	2005	0,9	0,5	1,4	0,5	2,04	2005	0,9	0,5	1,3	0,4	1,73	2005	2,2	0,3	2,5	2,0	8,70	2005	21,3	10,7	32,0	10,6	1,98
2006	1,2	0,3	1,5	0,9	4,17	2006	1,5	0,8	2,3	0,7	1,92	2006	1,0	0,6	1,6	0,4	1,64	2006	3,6	0,6	4,2	3,0	6,03	2006	26,7	14,9	41,6	11,8	1,79
2007	1,6	0,4	2,1	1,2	3,80	2007	1,6	1,0	2,7	0,6	1,64	2007	1,3	0,8	2,1	0,5	1,64	2007	4,7	0,3	5,1	4,4	13,66	2007	31,8	18,6	50,4	13,3	1,71
2008	2,5	0,7	3,1	1,8	3,78	2008	2,3	1,0	3,3	1,3	2,40	2008	1,6	1,0	2,7	0,6	1,61	2008	5,2	0,5	5,7	4,6	9,56	2008	38,3	24,3	62,6	14,0	1,58
2009	1,7	0,7	2,3	1,0	2,56	2009	1,5	0,5	2,0	1,0	3,07	2009	1,4	1,2	2,6	0,1	1,10	2009	3,6	0,5	4,1	3,1	6,70	2009	26,9	19,2	46,1	7,8	1,40
2010	2,5	0,6	3,1	2,0	4,35	2010	2,0	0,9	2,9	1,1	2,23	2010	1,5	1,6	3,1	0,0	0,97	2010	3,9	0,6	4,4	3,3	6,63	2010	37,1	25,9	63,0	11,1	1,43
2011	3,0	0,6	3,6	2,4	4,86	2011	2,3	1,4	3,6	0,9	1,65	2011	2,2	1,8	3,9	0,4	1,24	2011	4,6	0,8	5,4	3,8	5,51	2011	45,2	30,9	76,1	14,3	1,46
2012	2,6	0,7	3,3	1,9	3,66	2012	2,4	1,3	3,7	1,1	1,88	2012	2,2	1,8	4,0	0,4	1,20	2012	5,1	1,3	6,3	3,8	3,99	2012	40,0	30,6	70,6	9,4	1,31
2013	3,0	1,0	4,0	2,0	2,88	2013	2,1	1,8	3,9	0,4	1,21	2013	2,1	1,8	3,8	0,3	1,17	2013	4,8	1,2	6,0	3,7	4,11	2013	41,1	32,2	73,3	8,9	1,28
2014	3,2	1,2	4,4	2,0	2,64	2014	1,8	1,7	3,5	0,1	1,06	2014	2,9	1,9	4,9	1,0	1,54	2014	4,6	1,2	5,8	3,5	3,95	2014	36,6	29,8	66,5	6,8	1,23
2015	2,5	0,9	3,4	1,6	2,80	2015	1,8	1,3	3,1	0,6	1,45	2015	2,7	1,2	3,9	1,5	2,24	2015	3,0	0,7	3,7	2,3	4,39	2015	31,0	21,5	52,6	9,5	1,44
2016	2,2	1,2	3,4	1,0	1,82	2016	1,9	1,2	3,2	0,7	1,58	2016	2,7	1,3	4,0	1,5	2,14	2016	1,3	0,4	1,7	0,9	3,07	2016	30,0	18,5	48,6	11,5	1,62
2017	2,6	1,1	3,8	1,5	2,34	2017	2,2	1,6	3,9	0,6	1,39	2017	2,3	1,3	3,7	1,0	1,77	2017	0,5	0,4	0,9	0,1	1,20	2017	35,2	20,2	55,5	15,0	1,74
2018	2,9	1,2	4,1	1,8	2,55	2018	2,2	1,8	4,0	0,3	1,19	2018	3,0	1,2	4,2	1,8	2,59	2018	0,6	0,2	0,7	0,4	3,38	2018	35,2	22,2	57,4	13,0	1,59

Fonte: MDIC. Elaboração dos autores.

A Tabela VI apresenta a intensidade da assimetria comercial por meio da razão entre as exportações e as importações, a partir de dados fornecidos do MDIC. Observam-se as relações comerciais do Brasil com outras nove economias sul-americanas (todas, exceto Guiana e Suriname). As colunas representam as exportações (A), as importações (B), o saldo comercial (A-B), a corrente de comércio (A+B) e a cobertura ou assimetria comercial (A/B)¹⁹.

A assimetria comercial do Brasil com a Argentina alcançou um nível máximo em 2005 (1,59) e, desde então, foi diminuindo paulatinamente, em um cenário de ampliação das transações, até o mínimo em 2014 (1,01). Já depois de 2014, percebe-se um claro movimento no sentido contrário: redução do comércio binacional (queda de 35% nas vendas e nas compras) e aumento do saldo a favor do Brasil. A assimetria comercial chegou a 1,87 em 2017 e a 1,35 em 2018. Com a Bolívia, mantém-se o único déficit periódico do Brasil, com exceção de 2016 e 2017, graças às importações de gás natural por meio do gasoduto GASBOL²⁰. Tanto as vendas como as compras foram bastante ampliadas no período analisado.

19 As exportações, as importações, o saldo e a corrente de comércio estão expressados em dólares. A cobertura é medida por uma unidade que é a razão entre exportações e importações. A este número resultado da divisão de A por B pode-se chamar de intensidade da assimetria comercial. Construído entre 1997 e 2010, o Gasoduto Brasil-Bolívia (GASBOL) conecta o território boliviano com Corumbá, Campo Grande e Campinas, antes de bifurcar-se para o Sul (Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre) e para o Sudeste (São Paulo, Santos, Belo Horizonte e Rio de Janeiro). Possui 3150

Com o Chile, depois de 2003 (2,30), nota-se uma marcada redução das disparidades. Em 2009, o Brasil inclusive chegou a ser deficitário e, depois disso, a situação se aproximou muito da simetria comercial em 2013 (1,04). Novamente, apesar do aumento dos intercâmbios, observa-se uma marcada piora na cobertura nos anos recentes, sendo 1,89 em 2018. As relações com a Colômbia demonstram um cenário satisfatório depois de 2005 (10,25), com a intensificação das relações e a diminuição das assimetrias. O mínimo de 1,39 em 2014 deu lugar ao 1,63 de 2018. O caso do Equador é parecido, apesar dos valores serem inferiores. Mesmo com a grande assimetria atual, a ampla vantagem brasileira foi reduzida depois de 2006 (28,87), alcançando o mínimo em 2016 (4,54), voltando a subir para 8,06, em 2018.

O comércio brasileiro com o Paraguai revela pico de aumento da assimetria em 2011 (4,86), com melhoras nos anos seguintes e mínima em 2016 (1,82). Seguindo a tendência generalizada, em 2018 a cobertura chegou a 2,55. O balanço dos intercâmbios com o Peru aponta contínuo avanço após 2009 (3,07), praticamente alcançando o equilíbrio das relações comerciais em 2014 (1,06). O quadro de crescente comércio também teve ampliação das assimetrias comerciais, mas se manteve satisfatório até 2018 (1,19). Com o Uruguai, o auge do desequilíbrio comercial brasileiro havia sido em 2005 (1,73). Desde então, houve melhoras até 2013 (1,17), chegando até a ocorrer um déficit para o Brasil, em 2010. No entanto, os números retrocederam para o atual quadro de alto desequilíbrio em 2018 (2,59).

Por fim, as assimetrias comerciais entre o Brasil e a Venezuela caíram fortemente a partir de 2007 (13,66), alcançando o nível mais baixo em um ambiente de expansão das relações em 2012 (3,99). Nos anos seguintes, em um cenário de drástica diminuição dos intercâmbios (a corrente de comércio caiu de US\$ 6 bilhões em 2013 para US\$ 700 milhões em 2018), a assimetria manteve-se elevada.

É possível reafirmar, portanto, que o saldo brasileiro com os países da América do Sul até 2014 caiu. Isto ocorreu, inclusive, em termos nominais. O saldo em 2014 (US\$ 6,8 bilhões) foi o mais baixo desde 2004 (US\$ 6,3 bilhões). No mesmo ano, a assimetria com a região foi a menor desde 2003. O Brasil jamais havia importado tanto de Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai. Ao mesmo tempo, nota-se que em 2014 as assimetrias com Argentina, a Colômbia, o Equador, o Peru e a Venezuela eram as menores nos últimos 12 anos. Depois disso, o quadro claramente apresentou retrocesso na maioria dos casos. Essa piora ocorreu em um cenário de diminuição do comércio em termos absolutos (puxado principalmente pelas fortes quedas dos intercâmbios com Argentina e Venezuela).

Considerações finais

Neste artigo foram compilados dos dados do comércio entre o Brasil e a América do Sul desde 2000. Pode-se verificar que houve forte crescimento no período 2003-2011, que coincidiu com a maior parte do *superciclo* das *commodities*.

km de extensão. A operadora no Brasil é a Transportadora Brasileira Gasoduto (TBG), sociedade anônima com participação acionária da Petrobras (51%), da inglesa British Petroleum e da anglo-australiana BHP Billiton (29%) – a maior mineradora do mundo –, da privada boliviana Transredes (12%), da estadunidense Enron (4%) e da anglo-holandesa Shell (4%).

Os próximos passos de pesquisa em andamento debaterão outros fatores não discutidos nesse primeiro artigo, como o protagonismo da política externa brasileira e as políticas públicas que tiveram como objetivo dinamizar o comércio intrarregional e diminuir as assimetrias em relação aos países vizinhos (o Programa de Substituição Competitiva das Importações - PSCI, o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul - FOCEM, entre outros).

Mesmo a título de conclusões preliminares, pode-se afirmar que a diminuição de US\$ 18,7 bilhões da corrente de comércio entre o Brasil e a América do Sul entre 2011 (US\$ 76,1 bilhões) e 2018 (US\$ 57,4 bilhões) foi consequência da queda das trocas do país com apenas dois parceiros, Argentina e Venezuela. O total comércio bilateral do Brasil com a Argentina passou de US\$ 39,6 bilhões em 2011 para US\$ 26 bilhões em 2018 (diminuição de US\$ 13,6 bilhões). No caso da Venezuela, passou de 5,4 bilhões em 2011 para apenas US\$ 700 milhões em 2018 (queda de US\$ 4,7 bilhões). A redução acumulada pelos dois países no período correspondeu a US\$ 19 bilhões, enquanto o comércio do Brasil com os países da América do Sul, exceto Argentina e Venezuela, apresentou um pequeno crescimento de US\$ 300 milhões.

Em contraste com períodos anteriores, nos quais aconteceram crises internas na Argentina e na Venezuela, com o conseqüente encolhimento do comércio brasileiro com esses parceiros, como em 2002 e 2003, atualmente não tem havido por parte do Brasil uma clara definição de políticas conjuntas para a recuperação do comércio e dos investimentos, prevalecendo um quadro de omissão. Na próxima etapa da pesquisa também serão analisadas as formulações da política externa brasileira para a região e será revisada a bibliografia sobre a conceitualização de América do Sul. Igualmente será debatida a institucionalidade da integração regional, via ações como a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), o Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan) e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

Referências

- BANCO MUNDIAL. DOING BUSINESS 2019, *Training for Reform*. Washington DC, 2019. Disponível em: <<http://portugues.doingbusiness.org/>> Acesso em: 01/05/2019.
- BALDWIN, R. WTO 2.0: *Global Governance of Supply-chain Trade*. London: CEPR, 2012.
- BARROS, Pedro S. Financing strategies from UNASUR: An assessment. In: BARROWCLOUGH, D.; GOTTSCHALK, R. (Org.) *Solidarity and the South new directions in long-term development finance*. Disponível em: <https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/gdsmdp2017d2_en.pdf>. Acesso em: 01/05/2019.
- BLYDE, Juan S. *Fábricas Sincronizadas: A América Latina e o Caribe na Era das Cadeias Globais de Valor*. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), 2014. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/F%C3%A1bricas-sincronizadas-A-Am%C3%A9rica-Latina-e-o-Caribe-na-era-das-Cadeias-Globais-de-Valor.pdf>>. Acesso em: 01/05/2019.
- CEPAL. *Integración regional: Hacia una estrategia de cadenas de valor inclusivas*. CEPAL: Santiago de Chile, 2014.

- _____. *Horizontes 2030 A igualdade no centro do desenvolvimento sustentável*. CEPAL: Cidade do México, 2016.
- _____. *Explorando nuevos espacios de cooperación entre América Latina y el Caribe y China*. CEPAL: Santiago de Chile, 2018.
- HIRATUKA, C. *Mudanças na estratégia chinesa de desenvolvimento no período pós-crise global e impactos sobre a AL*. Texto para discussão, IE/Unicamp, nº 339, 2018.
- LARDÉ, Jeannette, Situación y desafíos de las inversiones en infraestructura en América Latina. In: *Boletín FAL* (347), nº 3, CEPAL, 2016.
- MEDEIROS, C. A.; CINTRA M. R. V.P. Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos. *Revista de Economia Política*, v. 35, n. 1 (138), jan - mar, 2015.
- ROCHA, F. F. BIELSCHOWSKY, R. La búsqueda de China de recursos naturales en América Latina. *Revista de la CEPAL*, nº126, dic., 2018.

Bases de dados consultadas

ALADI. <<http://www.aladi.org/sitioAladi/index.html>>

CEPALSTAT. <<http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/portada.html>>

MINISTÉRIO DE ECONOMIA, COMEX STAT. <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>>

WORLD INTEGRATED TRADE SOLUTIONS. <<https://wits.worldbank.org/>>

OBSERVATÓRIO DE COMPLEXIDADE ECONÔMICA DO MIT.

<<https://atlas.media.mit.edu/en/>>

Dissenso ao contrassenso do novo consenso de Lara-Resende: a alternativa da macroeconomia da demanda efetiva

A dissent to the new consensus model and its non-consensual amendments by Lara-Resende: the alternative of macroeconomics of effective demand

RICARDO SUMMA | ricardo.summa@ie.ufrj.br

Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)¹.

FRANKLIN SERRANO | franklinserrano@gmail.com

Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)¹.

Recebimento do artigo Maio de 2019 | **Aceite** Junho de 2019

Resumo O debate sobre a validade das ideias da Modern Money Theory (MMT) ganhou bastante repercussão no debate nos EUA, e no Brasil recentemente com Lara Resende, que endossou algumas principais teses do MMT como (i) o Estado não quebra em sua própria moeda; (ii) a criação de moeda na economia é endógena e (iii) a taxa de juros é exogenamente fixada pelo Banco Central e (iv) não há relação de causalidade de algum agregado monetário para a inflação. Apesar de ver como salutar a discussão dessas ideias em meios de comunicação mais amplos por economistas mais influentes, iremos mostrar que as conclusões mais conservadoras em termos de política econômica de Lara Resende vêm de sua base teórica neoclássica. Mostraremos que é possível combinar as premissas teóricas do MMT com um arcabouço alternativo fundamentado na abordagem do excedente de Sraffa e Garegnani com outros dois pontos centrais: (a) a validade da demanda efetiva de longo prazo; (b) na abordagem da inflação de custo e conflito distributivo e mostrar que resultados diferentes do proposto por Lara Resende podem ser obtidos a partir já junção de algumas ideias da MMT com esse arcabouço teórico alternativo. **Palavras-Chave** MMT, Lara Resende, Taxa de juros exógena, Inflação de custo, Crescimento Liderado pela Demanda.

Abstract The debate about the validity of Modern Money Theory (MMT) ideas has gained resonance in the debate in the US, and in Brazil recently with Lara Resende, who endorsed some of the main theses of the MMT such as (i) the State cannot be forced to default in its own currency; (ii) money creation is endogenous (iii) the interest rate is exogenously set by the Central Bank, and (iv) there is no causal relation from any monetary aggregate to inflation. While we see the discussion of these ideas in broader media by more influential economists as extremely valuable, we will show that the more conservative conclusions in terms of economic policy by Lara Resende come from his neoclassical theoretical basis. We will show that it is possible to combine the theoretical premises of the MMT with an alternative framework based on the surplus approach on the tradition of Sraffa and Garegnani with its two core principles: (a) the validity of effective demand in the long run; (b) the cost-push and conflict inflation and show that different results from those proposed by Lara Resende can be obtained by combining MMT ideas with this alternative theoretical framework. **Keywords** MMT, Lara Resende, Exogenous interest rate, Cost-push Inflation, Demand-led Growth.

¹ Os autores agradecem, sem implicar nos erros e omissões remanescentes, os comentários feitos por André Lourenço. Os autores são pesquisadores PQ do CNPq e agradecem ao apoio a pesquisa.

Introdução

O debate sobre a validade das ideias da Modern Money Theory (MMT) ganhou bastante repercussão no debate nos EUA recentemente, com a difusão das ideias propagadas por Stephanie Kelton e encampada pelos políticos mais progressistas do partido Democrata dos EUA (Bernie Sanders e Alexandria Ocasio-Cortez). A resposta crítica de economistas ligados ao *mainstream* e ao *establishment* do Partido Democrata, como Summers e Krugman, ampliou a visibilidade dessas ideias.

Aqui no Brasil ganharam reverberação os artigos de Lara Resende (2019a, 2019b, 2019c)², que endossou algumas principais teses do MMT como (i) o Estado não quebra em sua própria moeda; (ii) a criação de moeda na economia é endógena e (iii) a taxa de juros é exogenamente fixada pelo Banco Central e (iv) não há relação de causalidade de algum agregado monetário para a inflação.

Primeiramente, cabe dizer que vemos como salutar a discussão dessas ideias em meios de comunicação mais amplos por economistas mais influentes que há tempos atrás tratavam tais proposições teóricas como blasfêmias econômicas (e/ou as ignoravam). Porém, iremos mostrar que as conclusões mais conservadoras (HALUSKA, 2019, VERNENGO, 2019) em termos de política econômica do próprio Lara Resende vêm de sua adoção de uma série de outras suposições teóricas adicionais sobre o funcionamento da Macroeconomia baseada no Novo Consenso e de outros elementos ecléticos adicionados à essa análise. E por fim, iremos mostrar que é possível combinar as mesmas premissas teóricas do MMT com um arcabouço teórico alternativo, fundamentado na abordagem do excedente, retomada da forma proposta por Sraffa e Garegnani. Nossa versão de arcabouço teórico alternativo se organiza em três pontos centrais, a saber: (a) a validade da demanda efetiva de longo prazo; (b) na abordagem da inflação de custo e conflito distributivo e (c) na abordagem da taxa de juros exógena para chegar a conclusões bem diferentes.

Na verdade, a junção das ideias das finanças funcionais e de parte da MMT – que nós chamamos de c) a “abordagem da taxa de juros exógena” com os itens a) e b) acima é a base do curso optativo de Macroeconomia da Demanda Efetiva da pós-graduação do IE-UFRJ que vem sendo ministrado há mais de duas décadas, gerando diversas dissertações, teses e artigos. Assim, o objetivo do presente artigo é divulgar os resultados dessa ampla linha de pesquisa e mostrar que resultados diferentes do proposto por Lara Resende podem ser obtidos a partir da junção de algumas ideias da MMT com esse arcabouço teórico. É importante assinalar que nosso objetivo não é fazer uma análise geral da abordagem da MMT em todos seus aspectos. Seus proponentes dão muita importância a outros temas polêmicos como a teoria do investimento de Minsky e a proposta do Estado ser um empregador de última instância, que não serão tratadas aqui (ver WRAY (2019)). Para nossos propósitos apenas a parte ligada a Finanças Públicas Funcionais e a fixação das taxas de juros pelo Banco Central nos importam.

2 Economista da tradição da PUC-RJ, um dos formuladores dos Planos Cruzado e Real e ex-presidente do BNDES no governo FHC.

A ANÁLISE DE LARA RESENDE

Primeiramente, é necessário enfatizar que o texto mais amplo de Lara Resende (2019a) não faz um esforço de elaborar um modelo formal e fechado para derivar suas propostas de política econômica, mas sim um apanhado de ideias e citações de autores que, a partir das ideias desses autores e do texto de Lara Resende tentaremos reconstruir um arcabouço coerente entre si.

Basicamente, o artigo de Lara Resende trata da determinação do produto e da inflação e o papel do Banco Central que determina a taxa de juros da economia e depois, após acrescentar outros elementos na análise, tenta tirar uma implicação de regra de política desejável compatível com um custo fiscal baixo e maior bem-estar da economia. Iremos, portanto, tratar dessas duas questões.

A Macroeconomia de Lara Resende, o Novo Consenso e as Finanças Funcionais de Lerner

Com relação à macroeconomia proposta por Lara Resende, esta não parece muito diferente dos chamados modelos do Novo Consenso (TAYLOR, 2000; BLANCHARD, 2016). A referência que o autor faz a Woodford nesse contexto nos permite entender que para Resende:

- (1) existe um produto de pleno emprego determinado por fatores de oferta e não sensível à demanda agregada (“a restrição da realidade”: capacidade, ou produto potencial);
- (2) a demanda agregada afeta produto efetivo no curto prazo (devido a alguma rigidez nominal)
- (3) a taxa real de juros afeta a demanda agregada e assim o produto efetivo (uma curva IS) primordialmente através da elasticidade juros do investimento das empresas;
- (4) a inflação depende do excesso de demanda medido pela distancia do produto efetivo em relação ao produto de pleno emprego e da inflação esperada, que é totalmente incorporada ou repassada a inflação efetiva.
- (5) que o Banco Central controla a taxa de juros, cabendo a ele fechar o hiato do produto para atingir a taxa natural de juros (suposta única) e estabilizar a inflação
- (6) A taxa natural de juros seria aquela que compatibiliza a demanda agregada com o produto de pleno emprego, ou a poupança de pleno emprego e o investimento. Nesse tipo de modelo, há uma relação inversa entre consumo (das famílias ou do governo) e investimento das empresas, e a taxa natural de juro será resultante dessa composição dos gastos. Um aumento no consumo do governo, por exemplo, levará no longo prazo, a uma elevação da taxa natural de juros que terá um efeito *crowding-out* completo do investimento.

Dessa maneira, o que Lara Resende chama a atenção, ainda que aceitando o modelo do Novo Consenso, é deixar claro que não haveria nenhuma restrição **monetária** tanto para o Banco Central fixar a taxa de juros no patamar desejado nem para o Governo realizar política fiscal. Obviamente, dizer que não há restrição monetária não quer dizer que dentro deste modelo o governo não enfrenta consequências econômicas de, por exemplo, fixar a taxa de juros diferente da natural e experimentar uma (hiper)inflação ou deflação. Outro ponto importante que Lara Resende traz para a discussão é o caráter endógeno da criação de moeda e a evidente ausência de causalidade de algum agregado monetário sobre a inflação.

De alguma forma, este tipo de ideias já foi defendido dentro da visão *mainstream* da economia. Woodford (2001, p. 31) já havia reconhecido que não há possibilidade ‘técnica’ do governo não honrar seus compromissos em sua própria moeda e, portanto, os limites de endividamento do setor público são muito distintos do privado. A ideia de que a taxa de juros é fixada pelo Banco Central é utilizado nesses modelos desde a década de 90 (TAYLOR, 1993; ROMER, 2000). Diversos macroeconomistas pragmáticos ligados a instituições financeiras e Bancos Centrais atualmente reconhecem o caráter da moeda criada endogenamente pelos bancos e a não relação de causalidade dos agregados monetários para a inflação (SHEARD, 2013; MCLEAY et al 2014)³.

Alguma semelhança pode ser apontada em relação ao pioneiro de algumas ideias centrais do que hoje é chamada MMT, Abba Lerner (1951), que defendia a ideia que as finanças públicas deveriam ser funcionais, no sentido de evitar situações de desemprego ou excesso de demanda e inflação, não importando seu resultado em termos de quantidade de dívida ou base monetária gerada para atingir essa finalidade. Lerner seguia o consenso da época, a síntese neoclássica, e assim a ideia de que o governo em uma economia monetária, que não tende automaticamente ao produto de pleno emprego dos fatores de produção, por causa da baixa ou nula elasticidade juros do investimento observada empiricamente, poderia (e deveria) por meio da política fiscal (principalmente) e monetária gerar um nível de gasto agregado capaz de levar a economia a esse produto de Pleno Emprego.

Aliás, na mesma linha, não há indícios, por exemplo, em Friedman que o Estado quebre na própria moeda, pelo contrário. Em Friedman, o Banco Central sempre aumenta (exogenamente) a quantidade de moeda de forma a tornar o produto acima do nível de pleno emprego dos fatores de produção (ou em suas palavras, o desemprego abaixo de sua taxa natural). O Governo em Friedman, por mais irracional que seja (segundo ele) ao nunca aprender que esse tipo de política monetária levará apenas a hiperinflação, **não enfrentará restrições em sua própria moeda** e é justamente por isso que deve ser contido por uma imposição de regra monetária, na visão do autor.

Assim podemos retomar o texto de Lara Resende dentro do contexto dessa macroeconomia do Novo Consenso. O mérito do texto é limpar o terreno nas questões monetárias e fiscais. Obviamente isso já é um grande avanço em relação ao debate brasileiro sobre este tema. Mas Lara Resende não se desvencilha da base neoclássica do modelo do Novo Consenso e de suas implicações e como mostraremos na subseção seguinte, os avanços são acompanhados de retrocessos e inconsistências devido a elementos ecléticos que adiciona à sua análise.

As implicações de política de Lara Resende

Este avanço de Lara Resende em apresentar o modelo do Novo Consenso livre das usuais restrições ‘sobrenaturais’ de elementos fiscais e monetários que estão presentes no debate brasileiro infelizmente é seguido de um retrocesso quando este parte para propor e justificar sua regra de política econômica. A proposta de Lara Resende é a de que a taxa de juros real (r) deve ser menor que a de crescimento do produto (g) e o resultado primário deve ser equilibrado, o que levaria a uma queda na relação Dívida/PIB. Esta proposta de Lara Resende não deriva de nenhuma

3 Aqui no Brasil, a ideia de que o governo não tem restrição financeira foi aceita por Samuel Pessoa (2019) em concordância com Lara Resende.

das conclusões do modelo do Novo Consenso nem da MMT. Aliás, um dos precursores da MMT, Lerner, que é citado por Lara Resende, tinha justamente a ideia de que as finanças deveriam ser **funcionais** para a obtenção do pleno emprego e que as variáveis de resultado, como tamanho da dívida ou estoque de moeda não deveriam ser levadas em consideração (em suas palavras, metas para estas variáveis seriam disfuncionais para a economia)⁴.

A justificativa para a regra de Lara Resende depende de três elementos adicionais acrescidos com uma forte dose de ecletismo⁵:

- (1) Se $r > g$, eventualmente a economia passaria a operar segundo a visão da Teoria Fiscal do Nível de Preços, a curva de Phillips desapareceria, a inflação dependeria de variáveis fiscais e haveria custo fiscal do aumento da dívida;
- (2) Esse custo fiscal poderia ser ainda maior, pois poderia levar a aumentos endógenos do prêmio de risco por conta de argumentos do tipo dominância fiscal *a la Blanchard*;
- (3) Situações de $r > g$ seriam indesejáveis do ponto de vista do bem-estar intertemporal em um modelo de gerações sobrepostas *a la Samuelson* gerando ineficiência alocativa dinâmica para a sociedade.

O problema com o ponto (1) sobre uma suposta mudança para um regime onde valeria a curiosa Teoria Fiscal do Nível de Preços, é que ele contradiz a própria ideia de que o Banco Central controla a taxa de juros, pois parece supor que em algum momento o crescimento do tamanho da dívida interna força o governo a monetizá-la.

Já o ponto (2) sobre dominância fiscal também contradiz a ideia central de que o governo não quebra na própria moeda. Pois qual seria o motivo para que o aumento da dívida pública na moeda nacional levasse o mercado a cobrar um prêmio de risco crescente de *default* (que supostamente teria efeitos no *spread* soberano em moeda estrangeira tanto para o setor privado quanto para o público), se o governo não quebra na sua própria moeda, como supõe Lara Resende?⁶

Por último, o ponto (3) sobre ineficiência alocativa dinâmica diz respeito a uma sequência de equilíbrios de pleno emprego na qual a taxa de juros natural da economia estar maior que a taxa de crescimento é sinal de que a taxa de poupança de pleno emprego está acima da ótima, implicando em mais sacrifício do consumo presente em relação ao futuro do que o necessário. Assim a taxa de poupança a pleno emprego deveria ser reduzida para reduzir a taxa de juros real natural uma sequência intertemporal de consumo de pleno emprego Pareto superior, que maximizaria o consumo da sociedade através do tempo (ao seguir “a regra de ouro” de Phelps). Tal análise pressupõe que a taxa real de juros é determinada pela propensão a poupar e pela produtividade marginal do capital e evidentemente contradiz a ideia de que é o Banco Central que fixa a taxa real de juros, mesmo no longo prazo, como na MMT.

Porém, mesmo deixando de lado estas hipóteses adicionais ecléticas, ficando coerentemente dentro do contexto do modelo do Novo Consenso, para implementação da regra $g=r$ proposta por Lara Resende, também seria necessário diminuir a taxa natural de juros, e isto seria possível com a redução da relação entre consumo do governo e produto de pleno emprego, por

4 HALUSKA, 2019.

5 VERNENGO, 2019.

6 Para uma crítica a incoerência da noção de dominância fiscal aplicada ao caso brasileiro ver Serrano e Pimentel (2016).

exemplo⁷. Justamente por esse motivo que Lara Resende defende políticas fiscais restritivas (o oposto do que defende a MMT), para diminuir a taxa natural de juros e assim levar a economia a uma trajetória de redução da dívida pública.

Um último comentário, em entrevista posterior ao artigo, Lara Resende (2019c) justificou sua regra com a ideia de que taxas de juros menores levariam a maiores taxas de crescimento do produto, aparentemente se referindo ao produto de pleno emprego. Como um aumento deste último depende, dentro da visão neoclássica seguida por Lara Resende, do aumento da dotação e produtividade do trabalho e do aumento da poupança de pleno emprego, que aumentaria o investimento e o estoque de capital, não haveria nenhuma justificativa para algum aumento do nível do produto de pleno emprego a longo prazo. Dentro desse modelo, algum efeito de aumento do investimento e do produto efetivo de curto prazo ocorreria, supondo adicionalmente que a economia está abaixo do produto de pleno emprego e a taxa real de juros esteja acima da taxa natural, mas não sobre a trajetória de longo prazo do produto de pleno emprego.

A conclusão inevitável é que faz muito pouca diferença entender que a taxa de juros real é determinada no curto prazo pelo Banco Central e que o governo não tem restrições financeiras internas, se se supõe a existência de uma taxa natural de juros de pleno emprego e uma taxa natural de desemprego. No caso uma política de juros bem mais baixos necessariamente teria que ser compensada por uma política fiscal bem mais contracionista, que garantisse a queda da taxa natural de juros. Se isso não ocorrer, mantida esta perspectiva teórica, haverá uma contínua aceleração da inflação sem ganhos permanentes no nível do produto.

O problema de Lara Resende é que mesmo adotando agora uma visão bem mais realista sobre taxa de juros e as condições de financiamento do governo, ele se mantém dentro do quadro conceitual do Novo Consenso (mesmo que ignoremos os ecléticos pontos 1 a 3 acima) no que diz respeito ao lado real da economia (ao contrário dos proponentes da MMT).

Mas a noção de uma taxa natural de juros depende de uma série de hipóteses altamente irrealistas. Em particular a noção de taxa natural de juros e do *trade-off* de longo prazo entre consumo e investimento e o associado *crowding-out* total do gasto público depende crucialmente da hipótese de alta elasticidade juros do investimento que cria capacidade para as empresas. Esta hipótese nunca teve bons fundamentos empíricos nem nas economias centrais onde os juros caíram a níveis irrisórios na última década sem nenhuma reação significativa do investimento. E também não parece ter fundamento no caso da economia brasileira.⁸ A rigor isso não deveria surpreender pois a base teórica para uma relação inversa de longo prazo entre investimento e juros, baseada na noção de substituição entre capital e trabalho e o chamado aprofundamento do capital, já havia sido amplamente criticada por Garegnani (1978-9) e outros seguidores de Sraffa desde a década de sessenta do século passado, devido as dificuldades lógicas encontradas na tentativa de fundamentar tal conceito num mundo onde o capital é heterogêneo e os preços relativos mudam de forma complexa diante de mudanças de variáveis distributivas.

Mas se o investimento não é regularmente elástico em relação à taxa de juros real, não há porque existir uma taxa natural de juros (como autores como Lerner se davam conta). Além disso, numa economia onde o produto efetivo se afasta, mesmo que no curto prazo, do nível de

7 Esse ponto foi levantado por Pessoa (2019) ao criticar o artigo de Lara Resende como não trazendo nada de muito novo.

8 Braga (2020) e Dos Santos et al (2016) mostram que no Brasil o investimento é basicamente induzido pela demanda.

pleno emprego, o investimento das empresas se tornam necessariamente induzido pois sua demanda por trabalho e capital dependem dos níveis de produto que de fato se espera vender. Isso conforme apontado recentemente por Petri (2015) significa que a “posição” da função investimento neoclássica fica instável, tornando a suposta taxa natural de juros endógena. Assim, tanto a inclinação quanto a posição da função investimento neoclássica tem sérios problemas teóricos e conceituais, além de sua pouca aderência empírica.⁹

Além disso, como veremos a seguir a hipótese de uma taxa natural de desemprego depende também, não apenas do problemático conceito de substituição entre os fatores capital e trabalho, mas também da hipótese extrema de que a inflação esperada é sempre totalmente incorporada a inflação corrente, que também não é uma hipótese razoável nem a nível teórico nem empírico.

A MMT E A MACROECONOMIA DA DEMANDA EFETIVA

Iremos mostrar nesta seção que é possível, entretanto, combinar essa visão das finanças funcionais/MMT com outro tipo de abordagem para a determinação do (crescimento do) produto de plena capacidade e da inflação.

A Macroeconomia da Demanda Efetiva

A Macroeconomia da Demanda Efetiva que iremos abordar depende de três pilares teóricos: e da abordagem da Taxa de juros exógena, a ideia da validade do princípio da demanda efetiva de longo prazo e da inflação de custo e do conflito distributivo;

As ideias que Lara Resende apresenta como os pilares da MMT elencados na introdução desse artigo constituem o que nós denominamos de “a abordagem da taxa de juros exógena” (SERRANO, SUMMA, 2013). Esta abordagem parte do princípio que o governo não quebra em sua própria moeda, que o banco central como monopolista no mercado de reservas consegue fixar a taxa básica de juros, que a taxa de juros de longo prazo dos títulos públicos refletem primordialmente as expectativas sobre a trajetória da taxa de juros do Banco Central no futuro e de que os bancos privados não são obrigados a emprestar, e portanto, a moeda é endógena. Este princípio é válido inclusive em economias abertas¹⁰.

O segundo pilar teórico é a validade do princípio da Demanda efetiva a longo prazo, que dentro de nossa visão se baseia na abordagem clássica do excedente (GAREGNANI, 2015[1962]; MOREIRA & SERRANO, 2018a) no qual os fatores de produção são complementares e não substitutos e que a restrição de capacidade por conta do capital ocorre antes do trabalho (desemprego

9 Para críticas teóricas mais detalhadas ao conceito de taxa natural de juros, ver Moreira & Serrano (2018c) e Serrano, Summa e Moreira (2019). Para a crítica das estimativas empíricas da taxa natural de juros, ver Levrero (2018).

10 Ainda que nestes casos exista uma assimetria, pois a taxa internacional acrescida do spread soberano e das expectativas de variação cambial acaba sendo um piso para a taxa doméstica (Serrano e Summa (2015), Summa (2015)). Para uma aplicação para a Argentina no regime de Conversibilidade, ver De Lucchi (2013).

estrutural). Em uma economia monetária de produção, o total de gastos agregados medidos ao preço de produção (ou de oferta)¹¹ – financiados por rendas contratuais derivadas da produção (o consumo induzido dos salários) e por criação autônoma de poder de compra monetário (os gastos autônomos) – irão determinar o nível de produto corrente da economia¹². Esse nível mais persistente de demanda efetiva agregada e produto, por sua vez, deve ser avaliado em relação a capacidade produtiva, medido pelo estoque de capital, no qual a busca de um grau normal de utilização de capacidade é imposta pela concorrência aos empresários, e portanto desvios mais persistentes do grau efetivo de utilização em relação ao grau normal ou planejado induzem a ajustes no tamanho do estoque de capital. O investimento das empresas privadas que cria capacidade – compra de máquinas e equipamentos e estruturas – é uma demanda derivada que só faz sentido quando é necessário adequar a capacidade produtiva ao nível (esperado) de demanda agregada e produto ao longo da vida útil do equipamento. Essa é a base para os modelos de crescimento liderado pela demanda no qual o crescimento dos gastos autônomos que não criam capacidade e mudanças na propensão marginal a consumir puxam o crescimento do produto e da capacidade produtiva no longo prazo, pela operação do mecanismo do acelerador (flexível) – o chamado Supermultiplicador Sraffiano (SERRANO 1995, CESARATTO, STIRATI, SERRANO, 2003; FREITAS, SERRANO 2015, SERRANO E FREITAS, 2017)¹³.

Note que, dentro desta perspectiva, se reconhece que gastos em consumo e em investimento residencial em geral tem sim alguma sensibilidade a taxa de juros. Mas esta sensibilidade é complexa e potencialmente instável pois é mediada por vários fatores institucionais e financeiros. De qualquer maneira uma sensibilidade destes gastos finais aos juros pode fazer com que o investimento das empresas acabe aumentando se a taxa real de juros for reduzida, mas isso ocorreria apenas porque o consumo ou o investimento residencial das famílias e, portanto, o mercado final se expandiu. Desta forma isso configura uma relação positiva e não inversa entre consumo e investimento, pois é a expansão do último que induz o aumento do investimento e da capacidade produtiva da economia, o oposto do que diz o Novo Consenso (SERRANO; SUMMA e MOREIRA, 2019).

O terceiro pilar teórico é a abordagem da Inflação de custo e conflito distributivo. Esta visão está intimamente relacionada com a ideia de demanda efetiva de longo prazo e a existência de desemprego estrutural da abordagem clássica do excedente. Casos de inflação de demanda podem ocorrer se a produção está suficientemente acima da utilização normal capacidade produtiva. Porém, no caso de aumentos temporários de demanda, a própria inflação gerada é capaz de reduzir a demanda efetiva e corrigir esse excesso de demanda, não sendo usual este tipo de inflação permanentemente. Por outro lado, se o aumento da demanda for persistente, dentro de amplos limites, o próprio investimento induzido tenderá a ampliar a capacidade para se ajustar a este nível maior de demanda (ASPROMOURGOUS, 2007; SERRANO 2019). A inflação permanente ocorre devido aos aumentos dos custos de produção, e estes podem ocorrer numa economia capitalista, onde o mercado de trabalho, na prática nunca realmente opera em pleno

11 Aquele preço que induz a produção, cobrindo os custos e garantindo a taxa de lucro condizente com as condições de concorrência ao grau de utilização normal da capacidade.

12 Desajustes de curtíssimo prazo entre demanda agregada e produto geram descompasso entre estoques efetivos e desejados, que pode em alguns casos levar a preços diferentes do normal para ajustes pontuais, mas que para ajustes mais permanentes levam a alteração na produção.

13 Cabe aqui notar que nos últimos anos esse modelo têm sido adotado por autores interessados em modelos de crescimento liderados pela demanda oriundos de diversas abordagens teóricas, por exemplo, os artigos de LAVOIE, 2016; FAZZARI et al 2019; PALLEY 2019; DUTT, 2019; DELEIDI & MAZZUCATO, 2018.

emprego. Em outras palavras, a inflação salarial pode ocorrer pela redução persistente (e não eliminação) do desemprego e subemprego, pois esta redução aumenta o poder de barganha dos trabalhadores, que depende também de outros fatores sociais, políticos e institucionais. Outros fatores podem atuar para gerar pressões de custo e incompatibilidades distributivas como a taxa de câmbio, as commodities com preços internacionais, os preços monitorados pela Administração Pública e as variações na taxa de juros¹⁴, sendo que estes preços não são em princípio neutros nem para a inflação nem para a distribuição funcional da renda (SERRANO, 1986; SERRANO, 2010). Além disso, como os salários negociados dependem do poder de barganha dos trabalhadores, numa economia onde a força de trabalho não é escassa, a inflação esperada raramente é completamente incorporada nestes, o que gera em geral uma curva de Phillips de longo prazo não-aceleracionista e mais próxima a curva original do próprio Phillips (SERRANO, 2010, 2019; SUMMA e BRAGA, 2019; STIRATI e MELONI 2018).

Implicações e restrições ao crescimento na Macroeconomia da demanda efetiva

As implicações da utilização deste arcabouço para as políticas monetárias e fiscal são bem distintas. Primeiro, não existe uma única taxa “natural de juros” nesse modelo, uma vez que diferentes taxas de juros determinadas exogenamente pelo Banco Central levarão a diferentes níveis de produto, e endogenamente, respectiva capacidade produtiva. Também não há relação negativa entre consumo (das famílias e do governo) e investimento no longo prazo (ASPROMOURGOS, 2007; SERRANO, SUMMA e GARRIDO, 2019).

Isso tem consequências também para a inflação, que não mais poderá ser resultado de excesso de demanda - uma vez que o hiato do produto tende a se fechar e não há escassez de trabalho - mas sim ‘excesso de demandas salariais dos trabalhadores’, no sentido que a inflação dependerá do poder de barganha dos trabalhadores e este estará relacionado com as condições no mercado de trabalho, produtividade e outros fatores políticos e institucionais (SERRANO 2019, BRAGA e SUMMA (2019)). O nível da taxa de desemprego (e não seu desvio em relação a uma suposta taxa natural de desemprego) influencia a inflação, e esta primeira variável é relacionada a taxa de crescimento da economia¹⁵. Essa situação em que os salários nominais começavam a subir por conflito distributivo muito antes de haver escassez de era chamado por Lerner de uma situação de “baixo pleno emprego”.

Segundo, a Política fiscal tem também implicações bem distintas. Nesse arcabouço, uma política fiscal que aumente o crescimento dos gastos públicos poder levar paradoxalmente a uma diminuição da carga tributária que equilibra o orçamento, uma vez que o acelerador opere e aumente a taxa de investimento da economia (SERRANO, 2017; PIMENTEL, 2018) Esse mesmo resultado se aplicaria ao consumo das famílias financiado por crédito (se este é o único gasto autônomo) e no caso geral, onde existem gastos autônomos públicos e privados, ajustes fiscais que diminuam a taxa de crescimento dos gastos do governo tem o efeito de aumentar o endividamento dos trabalhadores em relação a sua renda disponível (PARIBONI, 2016; FAGUNDES, 2017).

14 Ver os trabalhos de Braga (2006), Lara (2004,2008) e Haluska (2016).

15 A taxa de desemprego dependerá da taxa de desemprego inicial e da diferença entre o crescimento do emprego (que segue o crescimento do produto) e da força de trabalho e da produtividade, que respondem à taxa de crescimento do produto (SERRANO, 2019).

Terceiro, em modelos desse tipo, a própria discussão de sustentabilidade da dívida pública pode ser tornar mais complexa que a análise de Lara Resende uma vez que a taxa de juros (exógena e sem uma taxa natural de referência) e a política fiscal tem efeitos de longo prazo na própria taxa de crescimento do produto e da capacidade produtiva (CAVALCANTI, 2017). Por todos esses motivos que há muito tempo temos uma série de dúvidas sobre o ajuste fiscal (SERRANO, 2001).

Obviamente, um regime de crescimento liderado pela demanda tem seus limites e restrições. Primeiro, a própria restrição da estabilidade do modelo de crescimento liderado pela demanda, no qual a soma entre a propensão a consumir e a propensão a investir, em desequilíbrio, deve ser menor que 1. Como a tendência da taxa de investimento induzido é função da taxa de crescimento dos gastos autônomos e da economia, isso gera uma taxa máxima bem definida de crescimento liderado pela demanda compatível com uma dada distribuição de renda (SERRANO, FREITAS e BHERING, 2018; MOREIRA e SERRANO, 2018b). Segundo, a Restrição Externa, uma vez que o país não emite moeda internacional e pode não ter financiamento em dólares suficientes para importar e rolar a dívida externa¹⁶. Terceiro, as situações de conflito distributivo que podem surgir de situações de baixo desemprego e crescimento dos salários reais com redistribuição de renda podem gerar respostas políticas e pressões para a mudança de orientação da política econômica para gerar desemprego suficiente para ‘disciplinar’ o mercado de trabalho (KALECKI, 1943; GAREGNANI et al 2008). E por fim, o que muitas vezes está relacionado ao item anterior, regras de política econômica como metas de inflação e de superávit primário podem ter efeitos sobre a taxa de crescimento de longo prazo da economia ao limitar o quanto o governo pode permitir que cresça a demanda agregada¹⁷.

E justamente pelo fato da primeira restrição em geral ser mais difícil de ser atingida e da segunda restrição na economia mundial nas duas últimas décadas ter sido demasiadamente relaxada para uma série de países da periferia, inclusive o Brasil (MEDEIROS, SERRANO e FREITAS (2014) que nossa pesquisa recente tem enfatizado o “crescimento liderado pela demanda restrito pela política econômica”, em referência às duas últimas restrições discutidas no parágrafo anterior.

Esse tipo de análise foi aplicado ao Brasil, no qual o relaxamento da restrição externa e a adoção de uma orientação de política econômica mais expansionista permitiu o crescimento do produto e aceleração do investimento (SERRANO e SUMMA, 2011), mas o aparecimento do conflito distributivo e de uma inflação mais resistente (SUMMA e SERRANO, 2018) levou primeiro a uma mudança de orientação de política econômica em 2011 que culminou na desaceleração do crescimento no período 2011-2014 (SERRANO e SUMMA, 2015) e depois no abandono completo das políticas expansionistas e o fim da breve era de ouro da economia Brasileira a partir de 2015 (SERRANO e SUMMA, 2018, SERRANO e MELIN, 2016).

16 Medeiros e Serrano (2006) e Bhering (2013).

17 Para uma aplicação em um modelo de economia aberta desta ideia, ver Summa (2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A recente difusão no exterior e aqui no Brasil das ideias da MMT e das Finanças Funcionais deve ser comemorada. Afinal, limpar o terreno do debate permite avançar e comparar o que há de fato em disputa nas teorias. Esse artigo procurou mostrar, entretanto, que mesmo a utilização desses princípios teóricos pode levar a conclusões irrealistas em termos de política fiscal quando incorporados dentro do contexto do modelo do Novo Consenso. Aqui no Brasil, o texto de Lara Resende levou um ortodoxo como Samuel Pessoa a declarar que aceita que o governo não quebra na própria moeda, mas que deveria enfatizar mais a importância da taxa natural de juros, enquanto a resposta dos pós Keynesianos brasileiros foi mais no sentido de tentar apontar possíveis problemas na MMT e tentar negar que o Estado e o Banco Central tenham amplos graus de liberdade para operar, do que criticar a taxa natural de juros e o modelo do Novo Consenso subjacente a análise de Lara Resende (BELLUZZO, 2019; DE PAULA, 2019; TERRA, 2019).

Nossa contribuição a esse debate é dupla. De um lado deixar claro que apesar da referência as ideias da MMT, a não ruptura com a visão ortodoxa do Novo Consenso é que explica as propostas de política econômica de Lara Resende, que são opostas ao que é defendido pelos seguidores da MMT. E adicionalmente mostrar que existe uma alternativa que combina os ensinamentos das Finanças Funcionais e de parte da MMT com uma visão de que o crescimento é liderado pela demanda e a inflação é determinada pelo conflito distributivo e chamar a atenção de que já existe todo um programa de pesquisa do Grupo de Pesquisa em Economia Política da UFRJ nesse sentido, baseado na abordagem do clássico do excedente na forma em que foi retomada por Sraffa e Garegnani. Esta visão tem uma base didática no curso optativo de Macroeconomia da Demanda Efetiva do Programa de Pós em Economia da UFRJ e que seus resultados teóricos e aplicados podem ser acessados nos artigos, dissertações e teses produzidos dentro dessa abordagem.

Referências

- ASPROMOURGOS, Tony. Interest as an artefact of self-validating central bank beliefs. *Metroeconomica*, v. 58, n. 4, p. 514-535, 2007.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Meditações keynesianas. *Carta Capital*, São Paulo, mar. 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/meditacoes-keynesianas/page/169/>> Acesso em: 07/03/2019
- BLANCHARD, Olivier. How to Teach Intermediate Macroeconomics after the Crisis. *Peterson Institute for International Economics Blog*, Washington, jun. 2016. Disponível em: <<https://www.piie.com/blogs/realtime-economic-issues-watch/how-teach-intermediate-macroeconomics-after-crisis>> Acesso em: 07/072019
- BEHRING, G. *Análise crítica dos modelos de restrição externa na abordagem Kaldor-Thirlwall*. 013. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado: IE/UFRJ.
- BRAGA, J. *Raiz unitária, histerese e inércia: A controvérsia sobre a NAIRU na economia norte-americana nos anos 1990*. Tese de Doutorado IE-UFRJ. 2006.

- BRAGA, J. *Investment Rate, Growth and Accelerator Effect in the Supermultiplier Model: The Case of Brazil* Review of Keynesian Economics, Forthcoming, 2006.
- CAVALCANTI, R. *Dívida pública e crescimento liderado pela demanda na perspectiva do modelo do Supermultiplicador Sraffiano*. Dissertação de mestrado. IE-UFRJ, 2017.
- CESARATTO, Sergio; SERRANO, Franklin; STIRATI, Antonella. Technical change, effective demand and employment. *Review of political economy*, v. 15, n. 1, p. 33-52, 2003.
- DELEIDI, M.; MAZZUCATO, M. Putting austerity to bed: Technical progress, aggregate demand and the supermultiplier. *ISI Growth Working Paper*, n. 2018, 2018.
- DE LUCCHI, Juan Matías. Endogenous money and public foreign debt during the Argentinean Convertibility. *Review of Keynesian Economics*, v. 1, n. 3, p. 322-346, 2013.
- DOS SANTOS, C. MODENESI, A. D. M., SQUEFF, G., VASCONCELOS, L., MORA, M., FERNANDES, T., BRAGA, J., SUMMA, R. Revisitando a dinâmica trimestral do investimento no Brasil: 1996-2012. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 36, n. 1, 2016.
- DUTT, Amitava Krishna. Some observations on models of growth and distribution with autonomous demand growth. *Metroeconomica*, v. 70, n. 2, p. 288-301, 2019.
- FAGUNDES, L. *Dinâmica do consumo, do investimento e o supermultiplicador: uma contribuição à teoria do crescimento liderado pela demanda*. Tese de Doutorado, IE-UFRJ, 2017.
- FAZZARI, Steven M.; FERRI, Piero; VARIATO, Anna Maria Grazia. Demand-led growth and accommodating supply. *Available at SSRN 3108711*, 2018.
- FREITAS, Fabio; SERRANO, Franklin. Growth rate and level effects, the stability of the adjustment of capacity to demand and the Sraffian supermultiplier. *Review of Political Economy*, v. 27, n. 3, p. 258-281, 2015.
- FREITAS, Fábio; DE MEDEIROS, Carlos Aguiar; SERRANO, Franklin. Regimes de política econômica e o descolamento da tendência de crescimento dos países em desenvolvimento nos anos 2000. *Dimensões estratégicas do desenvolvimento brasileiro. Continuidade e mudança no cenário global: desafios à inserção do Brasil*, p. 17-46, 2016.
- GAREGNANI, Pierangelo. Notes on consumption, investment and effective demand: I. *Cambridge journal of Economics*, v. 2, n. 4, p. 335-353, 1978.
- _____. The Problem of Effective Demand in Italian Economic Development: On the Factors that Determine the Volume of Investment, *Review of Political Economy*, 27 (2), pp. 111-33, 2015[1962].
- GAREGNANI, P.; CAVALIERI, T.; LUCII, M. Full employment and the left. In: Theory and practice of economic policy. Tradition and change. *Selected Papers from the 9th Aispe Conference*. Milão: Franco Angeli Edizioni. 2008.
- DE SÁ, Guilherme Haluska Rodrigues. *Inércia, conflito e distribuição funcional da renda: um modelo analítico*. Dissertação de mestrado. IE-UFRJ, 2016
- HALUSKA, G. Teoria Heterodoxa Para Justificar Políticas Neoliberais? *Excedente*, mar. 2019. Disponível em: < <http://www.excedente.org/blog/teoria-heterodoxa-para-justificar-politicas-neoliberais/>> Acesso em: 07/07/2019.
- KALECKI, Michal. Political aspects of full employment. *The political quarterly*, v. 14, n. 4, p. 322-330, 1943.
- LARA, Fernando. *Fatores monetários e distribuição na abordagem clássica do excedente*. 2004. Tese de Doutorado. Dissertação de mestrado. IE-UFRJ.

- _____. *Um estudo sobre moeda, juros e distribuição*, Tese de Doutorado, IE-UFRJ, 2008
- LARA RESENDE, André. Consenso e Contrassenso: déficit, dívida e previdência. *TD IEPE/CdG*, nº 47, fev 2019^a.
- _____. A crise da macroeconomia. *Valor Econômico*, mar. 2019b. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/>> Acesso em: 08/03/2019.
- _____. Entrevista. *O Estado de São Paulo*, 31 mar. 2019c. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,dogmatismo-fiscal-ameaca-a-agenda-liberal-diz-andre-lara-resende,70002773863>> Acesso em: 07/07/2019.
- LAVOIE, Marc. Convergence Towards the Normal Rate of Capacity Utilization in Neo-Kaleckian Models: The Role of Non-Capacity Creating Autonomous Expenditures. *Metroeconomica*, v. 67, n. 1, p. 172-201, 2016.
- LERNER, Abba. *Economics of employment*. 1951.
- LEVRERO, Enrico. Estimates of the Natural Rate of Interest and the Stance of Monetary Policies: A Critical Assessment. *Institute for New Economic Thinking Working Paper Series*, n. 88, 2019.
- MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. Capital flows to emerging markets under the flexible dollar standard: a critical view based on the Brazilian experience. *Monetary Integration and Dollarization*, p. 218-42, 2006.
- MOREIRA, Vivian Garrido; SERRANO, Franklin. Demanda efetiva no longo prazo e no processo de acumulação: o debate sraffiano a partir do projeto de Garegnani (1962). *Economia e Sociedade*, v. 27, n. 2, 2018a.
- MOREIRA, V.; SERRANO, F. *O debate envolvendo o efeito acelerador na controvérsia sobre o modelo do supermultiplicador sraffiano*. Anais do XXIII Encontro Nacional de Economia Política, 2018b.
- MOREIRA, V.; SERRANO, F. *Hipótese de Estagnação Secular nas teorias do crescimento econômico: um labirinto de inconsistências teóricas*. Texto para Discussão IE-UFRJ n.15/2018.2018c
- MCLEAY, Michael; RADIA, Amar; THOMAS, Ryland. Money creation in the modern economy. *Bank of England Quarterly Bulletin*, p. Q1, 2014.
- PALLEY, Thomas. The economics of the super-multiplier: A comprehensive treatment with labor markets. *Metroeconomica*, v. 70, n. 2, p. 325-340, 2019.
- PARIBONI, Riccardo. Household consumer debt, endogenous money and growth: A supermultiplier-based analysis. *PSL Quarterly Review*, v. 69, n. 278, 2016.
- DE PAULA, Luiz Fernando. Admirável Mundo Novo, *Valor Econômico*, abr. 2019. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/brasil/6191699/luiz-f-de-paula-sobre-artigo-de-lara-resende-admiravel-mundo-novo>> Acesso: 07/07/2019.
- PESSOA, Samuel. A ambiguidade de André Lara Resende. *Folha de São Paulo*, mar. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/samuelpessoa/2019/03/a-ambiguidade-de-andre-lara-resende.shtml>> Acesso em: 07/07/2019.
- PETRI, Fabio. Neglected implications of neoclassical capital-labour substitution for investment theory: another criticism of Say's Law. *Review of Political Economy*, v. 27, n. 3, p. 308-340, 2015.
- PIMENTEL, Kaio. *Ensaio sobre política fiscal, demanda efetiva e finanças funcionais*. Tese de Doutorado, IE-UFRJ, 2018

- ROMER, David. Keynesian macroeconomics without the LM curve. *Journal of economic perspectives*, v. 14, n. 2, p. 149-169, 2000.
- SERRANO, Franklin. *Inflação inercial e desindexação neutra*. Anais da ANPEC, 1986.
- _____. Long period effective demand and the Sraffian supermultiplier. *Contributions to Political Economy*, v. 14, n. 1, p. 67-90, 1995.
- _____. Cinco dúvidas sobre o ajuste fiscal. *Indicadores Econômicos FEE*, v. 28, n. 4, p. 153-160, 2001.
- _____. O conflito distributivo e a teoria da inflação inercial. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 14, n. 2, p. 395-421, 2010.
- _____. Garegnani's svimez report, development economics and the role of government spending in long run growth. *Mimeo UFRJ*, 2017. Disponível em: <<https://franklinserrano.files.wordpress.com/2017/03/serrano-on-garegnani-1962-andfiscal-policy-english-march-2017.pdf>> Acesso em: 07/07/2019.
- _____. Mind the gaps: the conflict augmented phillips curve and the sraffian supermultiplier, *TD IE-UFRJ*, forthcoming, 2019.
- SERRANO, Franklin.; FREITAS, Fabio. The Sraffian supermultiplier as an alternative closure for heterodox growth theory. *European Journal of Economics and Economic Policies: Intervention*, v. 14, n. 1, p. 70-91, 2017.
- SERRANO, Franklin.; FREITAS, Fabio.; BHERING, Gustavo. The Trouble with Harrod: the fundamental instability of the warranted rate in the light of the Sraffian Supermultiplier. *Metroeconomica*, v. 70, n. 2, p. 263-287, 2018.
- SERRANO, Franklin.; MELIN, Luiz Eduardo. Political aspects of unemployment: Brazil's neoliberal u-turn. *Crítica Marxista*. Janeiro/Fevereiro, 2016.
- SERRANO, Franklin.; PIMENTEL, Kaio. Será que “Acabou o Dinheiro”? Financiamento do gasto público e taxas de juros num país de moeda soberana. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 21, n. 2, 2016.
- SERRANO, Franklin; SUMMA, Ricardo. Macroeconomic policy, growth and income distribution in the Brazilian economy in the 2000s. *Investigación económica*, p. 55-92, 2012.
- _____. Uma sugestão para simplificar a teoria da taxa de juros exógena. *Ensaio FEE*, v. 34, n. 2, 2013.
- _____. Aggregate demand and the slowdown of Brazilian economic growth in 2011-2014. *Nova Economia*, v. 25, n. spe, p. 803-833, 2015.
- _____. Mundell-Fleming without the LM curve: the exogenous interest rate in an open economy. *Review of Keynesian Economics*, v. 3, n. 2, p. 248-268, 2015.
- _____. Conflito Distributivo e o Fim da “Breve Era de Ouro” da Economia Brasileira. *Novos Estudos*, n. 111, p. 174-189, 2018.
- SERRANO, Franklin.; SUMMA, Ricardo. MOREIRA, Vivian.; Stagnation and unnaturally low interest rates: a simple critique of the amended New Consensus and the Sraffian supermultiplier alternative *TD IE-UFRJ*, n.5, 2019.
- SHEARD, Paul. Repeat after me: Banks do not and cannot lend out reserves. *Research Note, Standard and Poor's Rating Services*, v. 13, 2013.
- STIRATI, Antonella; MELONI, Walter Paternesi. A short story of the Phillips curve: from Phillips to Friedman... and back? *Review of Keynesian Economics*, v. 6, n. 4, p. 493-516, 2018.

- SUMMA, Ricardo. Impossible Trinity In: ROCHON, L.P. ; ROSSI, S. *The Encyclopedia of Central Banking*, Edward Elgar, 2015.
- _____. An alternative model to the open-economy “new consensus” for the analysis of inflation targeting. *Economia*, 2016.
- SUMMA, Ricardo; SERRANO, Franklin. Distribution and Conflict Inflation in Brazil under Inflation Targeting, 1999–2014. *Review of Radical Political Economics*, v. 50, n. 2, p. 349-369, 2018.
- SUMMA, Ricardo; BRAGA, Julia. The (conflict augmented) Phillips curve is ‘alive and well’. *TD IE-UFRJ*, n.3, 2019.
- TAYLOR, John. Discretion versus policy rules in practice. In: *Carnegie-Rochester conference series on public policy*. North-Holland, 1993. p. 195-214.
- TAYLOR, John B. Teaching modern macroeconomics at the principles level. *American Economic Review*, v. 90, n. 2, p. 90-94, 2000.
- TERRA, Fábio Bittes. Uma crítica pós-keynesiana ao MMT: a negligência do papel da confiança. *Valor Econômico*, abr. 2019. Disponível em: < <https://www.valor.com.br/cultura/6195793/uma-critica-pos-keynesiana-ao-mmt-negligencia-do-papel-da-confianca> > Acesso em: 07/07/2019.
- VERNENGO, M. Lara-Resende and MMT in the Tropics. *Naked Keynesianism*, mar. 2019. Disponível em: < <http://nakedkeynesianism.blogspot.com/2019/03/lara-resende-and-mmt-in-tropics.html> > Acesso em: 07/07/2019.
- WOODFORD, Michael. Fiscal requirements for price stability. *National Bureau of Economic Research*, 2001.
- WRAY, L. Randall. Functional Finance: A Comparison of the Evolution of the Positions of Hyman Minsky and Abba Lerner. *Levy Economics Institute, Working Papers Series*, 2018.

Inflação e crescimento dos salários: uma análise comparada do caso brasileiro entre 2004 e 2014 e a *creeping inflation* da Era de Ouro do Capitalismo

Inflation and wage growth: a comparative analysis of the Brazilian case, between 2004 and 2014, and the Golden Age's creeping inflation

GUILHERME SPINATO MORLIN | guilherme.morlin@gmail.com

Mestre pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ) e Candidato ao PhD pela Universidade de Siena.

CARLOS PINKUSFELD BASTOS | pinkusfeld@gmail.com

Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Recebimento do artigo Maio de 2019 | **Aceite** Junho de 2019

Resumo O artigo discute diferentes experiências históricas de inflação salarial, fundamentando-se na teoria de inflação de custos e conflito distributivo. Analisa-se a *creeping inflation* observada durante a Golden Age nos países centrais, onde registraram-se taxas de inflação moderadas e persistentes, além de crescimento dos salários reais em linha com a produtividade. Nos países com estrutura sindical centralizada, os reajustes salariais mantiveram tendência moderada mesmo diante de condições muito favoráveis no mercado de trabalho. Os resultados são contrastados com o caso brasileiro de inflação salarial, no qual condições mais adversas limitaram o crescimento dos salários e contribuíram para o encerramento prematuro dessa experiência. **Palavras-Chave** *creeping inflation*; inflação salarial; conflito distributivo.

Abstract This article discusses different historical experiences of wage inflation, following the theory of cost inflation and distributive conflict. We examine the *creeping inflation* observed during the Golden Age, when central countries showed moderate and persistent inflation rates while real wages followed the pace of productivity growth. In the experience of countries with centralized union structure, wage increases kept a moderate trend even under very favorable conditions in the labor market. Results are contrasted to Brazilian wage inflation, where more adverse conditions limited the wage growth and may have contributed to the premature closure of this experience. **Keywords** *creeping inflation*; wage inflation; distributive conflict.

Introdução

A economia brasileira experimentou um processo de crescimento dos salários reais, e de mudança na distribuição funcional da renda em favor dos trabalhadores, a partir de meados de 2004 até 2014. Os ganhos salariais geraram um moderado processo inflacionário, caracterizado pela mudança nos preços relativos, com elevação nos setores cuja produção possui maior requerimento de trabalho – destacadamente os serviços pessoais. Embora fosse um efeito colateral da elevação do padrão de vida dos trabalhadores, a inflação persistente ocupou o centro do debate econômico e serviu como pretexto para a desaceleração da economia brasileira a partir de 2011 e, posteriormente, para a emergência das políticas de austeridade em 2015. Na verdade, essas opções de política econômica estiveram associadas ao acirramento do conflito distributivo após os anos de crescimento dos salários reais e mudança na distribuição funcional da renda em favor dos trabalhadores. A partir de 2015, a trajetória de crescimento dos salários reais foi subitamente interrompida, impactada pelos choques de preços monitorados e de câmbio, assim como pela severa recessão que elevou, abruptamente, a taxa de desemprego.

Este artigo pretende contribuir para a compreensão do processo inflacionário liderado pelo crescimento dos salários nominais observado no Brasil, contrastando-o com experiências históricas de inflação salarial da *Golden Age* do capitalismo. A discussão fundamenta-se na teoria da inflação de custos e conflito distributivo, analisada em conformidade com a abordagem clássica do excedente. Nesta visão, a inflação resulta da disputa entre os participantes da produção – trabalhadores e capitalistas – em torno das variáveis distributivas. Compreende-se, assim, que a *creeping inflation* – inflação moderada e persistente –, observada nos anos 1950 e 60 nos países capitalistas centrais, decorreu da contínua elevação dos salários em um período muito favorável para os trabalhadores. Um conjunto de fatores macroeconômicos e estruturais estiveram presentes nessa experiência singular, acomodando o crescimento dos salários nominais, amortecendo seu impacto inflacionário, e favorecendo, assim, a elevação dos salários reais. Nos países com negociações salariais centralizadas, a *creeping inflation* foi combinada com taxas de desemprego muito baixas e com menor grau de conflito nas relações de trabalho. A cooperação entre confederações sindicais e governo possibilitou certa coordenação entre a política salarial adotada pelas organizações de trabalhadores e os requisitos de estabilidade macroeconômica. Várias das características desse período estiveram ausentes da experiência brasileira de crescimento com crescimento do salário real e inflação moderada do início do século XXI, e que ajudam a explicar seu abrupto e traumático desfecho em 2015.

Para além desta introdução, o artigo se organiza em quatro seções seguidas pelas considerações finais. Na segunda seção, apresenta-se brevemente a teoria de inflação de custos, com ênfase na relação entre o crescimento dos salários, taxa de inflação e distribuição de renda. A seguir, discute-se a *creeping inflation* dos países capitalistas avançados durante as décadas de 1950 e 60, enfocando seus aspectos mais gerais. Na quarta seção, analisa-se as especificidades das experiências de *creeping inflation* nos países em que vigorou regime de negociações salariais centralizadas (Áustria, Noruega e Suécia). Por sua vez, a quinta seção trata da inflação salarial brasileira, ressaltando o contraste em relação às experiências históricas analisadas nas seções anteriores. Por fim, nas considerações finais são apresentadas as principais conclusões e comenta-se, brevemente, suas implicações para o debate econômico corrente.

Inflação, salários e conflito distributivo, segundo a abordagem do excedente

A abordagem clássica do excedente, retomada por Sraffa, procede à separação analítica entre a determinação dos preços relativos e da distribuição de um lado, e a determinação do produto social, da acumulação de capital e do progresso técnico de outro. Compreende-se, a partir dessa separação, o caráter contingente e discricionário da distribuição nas economias capitalistas, nas quais a participação das classes sociais na divisão do produto é determinada por uma combinação de fatores sociais, políticos e econômicos (PIVETTI, 2008). Deste modo, a distribuição é fortemente influenciada pela atuação das classes na disputa pela sua participação no excedente. O conflito distributivo envolve não apenas a determinação das variáveis nominais, em especial, as negociações salariais, e a fixação de preços (condicionada pela concorrência), mas também o embate em torno da orientação da política econômica e das instituições que interagem com a distribuição (legislação trabalhista, direitos trabalhistas e sociais, organizações de capitalistas e de trabalhadores, e mesmo a organização do poder político e do controle do Estado).

A noção de inflação de custos e conflito distributivo é compatível com essa abordagem, identificando que o processo inflacionário é resultado de reivindicações incompatíveis entre as classes sociais. A elevação do nível de preços surge para compensar elevações nas variáveis nominais que remuneram os participantes da produção. As variáveis distributivas básicas – salários, taxa de juros, taxa de câmbio, tributos e rendas – são influenciadas por fatores econômicos, políticos e sociais. Estas variáveis interagem entre si, determinando o nível de preços e os preços relativos. A elevação de uma delas *coeteris paribus* reduz o valor real de pelo menos uma das demais (BASTOS, 2010).

Os salários são definidos em termos nominais, ainda que nas negociações os trabalhadores tenham como objetivo estabelecer sua remuneração em termos reais. Considerando-se que os salários nominais são negociados no início do período de produção e pagos ao final, seu valor real é conhecido apenas ao final do período, dada a possibilidade de variação do nível de preços. Nas negociações salariais, os trabalhadores referenciam-se em sua própria experiência presente e passada, resistindo não apenas à redução em seus salários nominais, mas também à redução do poder de compra de seus salários. Na prática, contudo, a taxa de salários depende do poder de barganha dos trabalhadores, i.e., da *capacidade* dos trabalhadores de influenciar em seu favor o resultado das negociações¹.

Fatores institucionais como as leis que regulam as relações de trabalho, a existência e a força dos sindicatos e de organizações patronais, e a representação política de seus interesses são muito relevantes na determinação das condições em que ocorrem as negociações salariais. Por outro lado, os aspectos econômicos também cumprem seu papel. Um período prolongado de baixo desemprego reduz a concorrência por postos de trabalho, diminui o risco associado à perda de emprego e melhora a percepção dos trabalhadores a respeito de sua posição diante dos empre-

1 "Workers may feel that the real wage is much too low compared to what they consider to be the just rate, but they may have few means to implement their beliefs" (LAVOIE, p. 550, 2014).

gadores. Consequentemente, o baixo desemprego afeta positivamente o poder de barganha dos trabalhadores, de modo que nesses períodos os salários reais tendem a aumentar. Por outro lado, uma condição persistente de desemprego elevado reduz o poder de barganha dos trabalhadores e piora seus resultados (STIRATI, 2010; LAVOIE, 2014).

Se os capitalistas fossem capazes de repassar *imediatamente* as variações de seus custos de produção para os preços das mercadorias, o esforço de negociação salarial seria irrelevante e os trabalhadores não disporiam de instrumentos diretos para impactar a distribuição. Um reajuste dos salários nominais impactaria diretamente no nível de preços, de modo que não ocorreria alteração no salário real. No entanto, a precificação sob concorrência compele as firmas a fixar seus preços com base nos custos históricos de produção, i.e., o preço dos insumos ao início do período de produção. Portanto, há uma defasagem do repasse de aumentos de custos aos preços que possibilita que um reajuste dos salários nominais se traduza numa elevação dos salários reais (STIRATI, 2001; SERRANO, 2010).

A concorrência determina que qualquer soma de capital aplicada durante o mesmo intervalo de tempo deve obter o mesmo rendimento, seja um investimento produtivo ou uma aplicação financeira (PIVETTI, 1991). Portanto, o preço de produção deve ser suficiente para que a rentabilidade da produção compense o custo de oportunidade existente de aplicações alternativas do capital. Esse custo de oportunidade é determinado pela taxa de juros de ativos financeiros sem risco, considerada fenômeno monetário autônomo, que é, por conseguinte, um determinante da taxa de lucro normal. Existe ainda um componente que remunera o *risk and trouble* associado ao emprego produtivo do capital, que também determina a taxa de lucro normal. Considera-se que esse componente seja de magnitude estável, de modo que as variações na taxa de juros são de maior relevância para a compreensão das mudanças na taxa de lucro, e das mudanças inversas nos salários reais (PIVETTI, 1991)².

Apesar de os preços serem determinados a partir dos custos históricos do capital, são os *custos de reposição do capital* – o valor nominal dos bens de capital e dos insumos no momento da venda da produção – que constituem a magnitude relevante para a determinação da taxa de lucro, uma vez que o lucro corresponde à quantia restante da venda da produção após a dedução dos salários e da reposição do capital (PIVETTI, 1991). Portanto, dada a taxa de juros nominal, a inflação dos custos de produção implica que a taxa de lucro ao final do período será menor do que a taxa de juros nominal. Em outras palavras, a taxa de lucro consistente com o resultado distributivo da economia é determinada, *grossa modo*, pela taxa de juros real.

É possível, então, considerar o caso de uma economia fechada e sem governo, em que os custos são completamente determinados pelos salários nominais, taxa de juros nominal e condições técnicas de produção. Para simplificar a exposição, supõe-se que a precificação e a variação dos custos ocorrem em tempo discreto ($t, t+1$), e que o mesmo intervalo temporal corresponde ao período de produção. O lucro empresarial normal (*net profit of enterprise*) é omitido apenas a fim de simplificar o argumento, sem afetar seu resultado. Supõe-se, adicionalmente, que os salários nominais são pagos ao final da produção, e que não ocorre variação da produtividade.

2 Caso as empresas atuem em condições em que vigoram restrições à concorrência, deve existir, ainda, outro componente da remuneração do capital relacionado ao poder de mercado. Considera-se que esses dois elementos – o lucro empresarial normal e o lucro adicional associado à existência de poder de mercado – não apresentam variações no curto prazo, e suas variações não devem ocorrer de forma recorrente.

Partindo de um período de estabilidade do nível de preços, supomos que ocorre um reajuste dos salários nominais ao mesmo tempo em que se mantém constante a taxa de juros nominal. Nesse caso, ocorre uma taxa de inflação positiva em $t+1$ e uma mudança nos preços relativos, elevando-se os preços relativos das mercadorias com maior coeficiente técnico de trabalho total direta e indiretamente necessário à produção. A taxa de juros real observada em $t+1$ é inferior à que vigera em t , enquanto o salário real, em contrapartida, está mais elevado em $t+1$ em comparação com o período anterior. Conseqüentemente, ocorre uma elevação da participação dos trabalhadores na renda agregada, e uma redução da taxa de lucro e da participação dos lucros. Contudo, essa mudança distributiva só é sustentada nos períodos subsequentes caso ocorra a cada período um novo reajuste dos salários nominais à mesma taxa. Atendida essa condição, a taxa de juros real e os salários reais mantêm-se no mesmo nível observado em $t+1$. Por outro lado, caso os salários nominais não sejam reajustados em $t+1$, a taxa de juros real e os salários reais retornam ao nível vigente em t , de modo que a distribuição também retorna à situação precedente e a mudança distributiva é apenas temporária (PIVETTI, 1991; STIRATI, 2001). Nesse caso, a taxa de inflação e o salário real variarão positivamente com a taxa de crescimento dos salários nominais³.

Em uma economia aberta, os preços dos bens comercializáveis e a taxa de câmbio participam da determinação do nível de preços e da distribuição. Se essa economia for tomadora de preços, os produtores de bens comercializáveis arriscam perder mercado para os competidores internacionais caso não sigam o preço definido no exterior. Por outro lado, os preços dos bens não comercializáveis não são afetados pela concorrência internacional, embora sejam impactados pelas variações de custos e das variáveis distributivas associadas ao setor produtor de bens comercializáveis.

A variação da taxa de câmbio nominal possui o mesmo impacto que uma variação do preço dos bens comercializáveis sobre o nível de preços da economia doméstica, causando variação de mesmo sentido no preço dos bens comercializáveis em termos de moeda doméstica. Uma elevação nesses preços causa um processo inflacionário temporário que provocará uma redução do salário real e uma redução do preço relativo dos bens não comercializáveis (que será menos que proporcional à variação da taxa de câmbio ou dos preços internacionais) (BASTOS, 2010). Por outro lado, se estão dados os preços internacionais e a taxa de câmbio, e ocorre um reajuste salarial na economia doméstica, então a elevação de custos não pode ser diretamente repassada aos preços no setor comercializável. Para se manter a igualdade entre o preço dos bens comercializáveis e o preço internacional em moeda doméstica é necessário que a variação dos custos seja compensada por uma redução da margem de lucro.

Até então, adotou-se a suposição de que as técnicas de produção não mudam, de modo que a produtividade permanece constante. Apesar de não alterar as conclusões mais centrais da abordagem da inflação de custos, o aumento da produtividade ameniza o conflito distributivo ao possibilitar que trabalhadores e capitalistas obtenham ganhos reais simultaneamente. O aumen-

3 Alternativamente, pode-se considerar que a autoridade monetária visa preservar uma taxa de juros real constante, reajustando a taxa de juros nominal na proporção da taxa de inflação prevista. Caso esse objetivo seja atingido, então os salários reais e a taxa de lucro permanecem constantes, apesar da variação dos salários nominais, da taxa de juros nominal e do nível de preços (PIVETTI, 1991). Entretanto, isso não significa que a autoridade monetária seria capaz de determinar a distribuição de forma independente das demais variáveis. "[The] complete 'autonomy' of the nominal rate of interest means that this variable might not always be compatible with the bargaining position of the workers or the possibilities of the technology of the economy. (SERRANO, 1993, p. 123, grifo nosso). Na verdade, a taxa de juros nominal atua em conjunto com a taxa de crescimento dos salários nominais para determinar resultado distributivo da economia, ao qual estaria associada certa taxa de juros real.

to da produtividade altera os coeficientes técnicos de produção, reduzindo o requerimento de trabalho e de insumos para gerar uma mesma quantidade de produto. Se as variáveis distributivas em termos nominais permanecerem constantes, e a produtividade aumenta, então ocorre redução do nível de preços, impactando positivamente a taxa de lucro normal e os salários reais. Se a produtividade cresce de forma persistente, então esse processo se repete a cada período. No caso de uma economia aberta, se tomamos como dados os preços internacionais e a taxa de câmbio nominal, o crescimento da produtividade reduz o impacto do reajuste dos salários nominais sobre as margens de lucro dos bens comercializáveis. Dessa forma, é possível preservar a competitividade da produção doméstica nesses setores em um contexto de elevação dos salários nominais e mantendo-se a taxa nominal de câmbio estável (BASTOS, 2010).

A partir da discussão teórica apresentada, será possível compreender na próxima seção como o contínuo crescimento dos salários nominais acima do crescimento da produtividade agregada da economia gerou uma inflação rastejante nos países capitalistas avançados durante a Golden Age. Em condições de estabilidade da taxa de juros nominal, taxa de câmbio fixa, preços de matérias primas estáveis nominalmente, um ritmo estável de crescimento dos salários nominais produz uma dinâmica em que a inflação permanece estável e os salários reais crescem em linha com a produtividade. Este foi o quadro geral que caracterizou a Golden Age do capitalismo. Uma vez que as demais variáveis distributivas permaneceram aproximadamente estáveis, elas não impactaram negativamente o crescimento do salário real, de modo que as condições macroeconômicas favoreceram os sistemáticos ganhos salariais neste período.

***Creeping inflation* nos países capitalistas avançados**

Durante as décadas de 1950 e 60, a inflação nas economias capitalistas centrais apresentou um comportamento bastante distinto daquele que predominara nas décadas precedentes. Pode-se sintetizar na expressão *creeping inflation* a referência à dinâmica inflacionária observada nesse período, caracterizada por taxas de inflação moderadas e persistentes. Essa inflação foi subproduto de um contínuo crescimento dos salários nominais acima da taxa de crescimento da produtividade. O processo inflacionário dos países capitalistas centrais apresentou uma dinâmica estável, sem tendência à aceleração, enquanto permaneceu sólido o arranjo distributivo vigente. Em fins da década de 1960, o aumento das demandas salariais elevou o patamar da inflação nesses países. A seguir, no início da década de 1970, a liberação da flutuação cambial, os choques de preço do petróleo, e a resistência dos trabalhadores em absorver o impacto da mudança nos termos de troca e das desvalorizações cambiais conduziram à nova elevação das taxas de inflação, enquanto ocorriam transformações mais profundas na dinâmica do conflito distributivo (KALDOR, 1976; SERRANO, 2004; KORPI, 2002; CAVALIERI; GAREGNANI; LUCII, 2004).

A *creeping inflation* esteve associada à inflação salarial, em um período em que o elevado poder de barganha dos trabalhadores assegurou a ocorrência de reajustes periódicos dos salários nominais. O crescimento da taxa de salários nominais acima da taxa média de variação da produtividade implicou no repasse da elevação dos custos salariais aos preços, estabelecendo

a principal causa da inflação no período. O cenário econômico e político favoreceu a adoção de uma institucionalidade na qual os trabalhadores obtinham reajustes periódicos nos salários nominais. De modo geral, reajustes salariais favoráveis eram obtidos nos acordos firmados nas empresas líderes, em setores mais dinâmicos da economia (TUNRER; JACKSON, 1970; EATWELL; LLEWELLYN; TARLING, 1974). Os reajustes estabeleciam um componente relacionado com a variação do nível de preços e um componente adicional que assegurava o aumento do poder de compra dos salários (às vezes relacionado com os ganhos de produtividade). Então, esses acordos se disseminavam entre as demais empresas que atuavam nos setores em questão, devido à pressão dos sindicatos e à autoridade das associações de empregadores (GLYN *et alli*, 1990). Acordos salariais similares se disseminavam também nos demais setores da economia, seja devido à atuação das negociações salariais, seja por meio dos reajustes concedidos ao salário mínimo. Nos diferentes países, esses mecanismos se traduziram em uma taxa de reajuste mais ou menos similar entre as atividades econômicas, gerando uma estrutura salarial, também, mais ou menos estável.

Com a estabilidade dos demais componentes de custo, os reajustes dos salários nominais causaram ganho sistemático sobre os salários reais, de modo que estes tenderam a seguir o crescimento da produtividade (GLYN *et alli*, 1990). A vigência de regime de câmbio fixo e a estabilidade das taxas de juros nominais, em especial da taxa de juros americana possibilitaram o repasse dos ganhos de produtividade para os salários reais. Conforme discutido na seção anterior, o repasse de variações de custos a preços é condicionado pela concorrência, e existe um custo de oportunidade do capital que é referência para a remuneração das aplicações produtivas. Durante o período da *creeping inflation*, a taxa de juros das economias centrais permaneceu relativamente estável em níveis baixos nos países capitalistas centrais, apoiadas na estabilidade da taxa de juros americana (SERRANO, 2004).⁴ Na ausência de variações da taxa de juros e de pressões de outros custos de produção, e sob uma taxa estável de crescimento dos salários nominais, os salários reais tendem a crescer à taxa de variação da produtividade agregada.⁵ Vale notar que o período da Golden Age foi caracterizado por acelerado crescimento da produtividade, de modo que os ganhos salariais foram expressivos (MARGLIN, 1990; GLYN *et alli*, 1990).

As taxas de câmbio permaneceram fixas, conforme estabelecido no acordo de Bretton Woods – reajustadas apenas eventualmente sob circunstâncias específicas. Desvalorizações cambiais contribuiriam para a inflação de custos ao elevar o preço dos bens comercializáveis e de insumos (com preço formado internacionalmente) utilizados na produção. Portanto, junto com a estabilidade da taxa de juros nominal a vigência de taxas de câmbio fixas foi um aspecto macroeconômico crucial para configurar o arranjo distributivo que caracterizou a Golden Age (SERRANO, 2004).

Além disso, à exceção dos choques relacionados à guerra da Coreia em 1950, os preços do petróleo, de matérias primas e dos alimentos permaneceram consideravelmente estáveis durante esse período (KALDOR, 1976). Kaldor atribui essa estabilidade ao acelerado progresso em técnicas agrícolas poupadoras de terra que se deu no mesmo período. Adicionalmente, Serrano (2004) aponta que o domínio americano sobre o Oriente Médio sustentou até 1970 a estabilidade do preço do petróleo em termos nominais. Esses fatores contribuíram para a estabilidade das taxas de inflação nas economias capitalistas avançadas durante a *creeping inflation*.

4 Ver Homer e Sylla (2005) sobre o comportamento histórico das taxas de juros.

5 Por outro lado, se a autoridade monetária elevasse a taxa de juros, impactando a taxa de lucro normal, então os trabalhadores se apropriariam apenas parcialmente dos ganhos de produtividade.

Por sua vez, a dinâmica favorável dos salários na *creeping inflation* só foi possível graças ao elevado poder de barganha dos trabalhadores observado no período, associado às baixas taxas de desemprego, que resultou da priorização do emprego entre os objetivos da política econômica, do fortalecimento dos sindicatos, e da expansão dos direitos trabalhistas e sociais e ao contexto internacional de Guerra Fria.

Em perspectiva histórica, os países capitalistas avançados apresentaram, no decorrer de um período relativamente longo, taxas de desemprego muito baixas (KORPI, 2002). Além disso, disseminou-se no pós-guerra a noção de que a política macroeconômica possuía os instrumentos necessários para conduzir a economia ao pleno emprego: “the new consensus view was that unemployment is a curable disease; economic policy should focus on maintaining full employment, and a long-run trade-off between unemployment and the rate of inflation was assumed” (KORPI, 2002, p. 367)⁶. Nesse cenário, a manutenção de baixas taxas de desemprego apresentou importante apelo eleitoral nos países democráticos, justificando politicamente a tolerância com as moderadas taxas de inflação (KORPI, 2002; HOLZMAN, 1959; MEANY, 1959).

Nos países em que a esquerda apareceu mais forte na disputa política e eleitoral, o governo teve maior disposição para apoiar políticas que contribuíam com a manutenção de baixas taxas de desemprego (KORPI, 2002). Portanto, o fortalecimento dos partidos de esquerda no pós-guerra, favoreceu o poder de barganha dos trabalhadores e, por conseguinte, o crescimento dos salários. Durante a Golden Age, estes partidos passaram a ser cada vez mais representativos nos parlamentos europeus, tornando-se importantes partidos de oposição, ou mesmo compondo o governo em alguns países.

A elevação do poder de barganha dos trabalhadores também decorreu do fortalecimento dos sindicatos, e, em alguns países, a consolidação do reconhecimento da organização sindical e do direito à greve⁷. Verificou-se expressivo crescimento da taxa de sindicalização da força de trabalho em países como Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha durante a década de 1940 (TYLECOTE, 1981). A taxa de sindicalização manteve-se em patamar elevado nas décadas seguintes, contribuindo para a explicação da dinâmica favorável dos salários nas décadas de 1950 e 60⁸.

A expansão do conjunto de direitos trabalhistas e sociais e a expansão da oferta de serviços públicos também fortaleceram o poder de barganha dos trabalhadores no período da *creeping inflation* (GLYN et alli, 1990)⁹. As políticas de proteção ao trabalhador, de seguro desemprego, a ampliação da cobertura e do valor dos benefícios prestados pela seguridade social, assim como a ampliação da prestação de serviços pelo Estado reduziram consideravelmente o “custo” econômico associado à perda de emprego (MARGLIN, 1990).

6 Diante dessa visão consensual, economistas como Gunnar Myrdal e Arthur Okun acreditavam que a problemática das taxas elevadas de desemprego encontrava-se obsoleta, uma vez que os governos passaram a perseguir de forma bem-sucedida políticas de pleno-emprego (KORPI, 2002). A prioridade política do emprego foi bastante aceita nos países europeus (TYLECOTE, 1981). Nos Estados Unidos, o Employment Act de 1946 estabeleceu o compromisso formal da política econômica com a promoção do emprego.

7 Este parecia ser, por exemplo, o caso da Itália na década de 1950, segundo Salvati (1985). Na França, as negociações salariais não eram propriamente formalizadas e os sindicatos eram fracos, de modo que os empregadores ignoravam o posicionamento dos representantes dos trabalhadores (TYLECOTE, 1981). No caso alemão, a reorganização das relações trabalhistas no pós-guerra, com o reconhecimento do direito a greve, era ainda muito recente, datando de 1949 (KLOTEN; KETTERER; VOLLMER, 1985).

8 Ver Tylecote (1981), Hines (1964; 1969), Rubin (1986), Hibbs (1987), além de Korpi (2002).

9 De acordo com Esping-Andersen (1990, p. 11), “the balance of class power is fundamentally altered when workers enjoy social rights, for the social wage lessens the worker’s dependence on the market and employers, and thus turns into a potential power resource”.

Finalmente, a *creeping inflation* precisa ser compreendida no contexto da disputa geopolítica da Guerra Fria. A reconstrução europeia e a garantia de sua estabilidade econômica e política foram fundamentais para o esforço de contenção da área de influência soviética¹⁰. Além disso, a prosperidade compartilhada com os trabalhadores buscou reduzir a insatisfação no nível da política doméstica, evitando contestações à ordem capitalista. Nesse contexto, a política econômica dos Estados Unidos proporcionou a expansão da demanda mundial, dinamizou o comércio internacional e estimulou o crescimento dos países europeus (MARGLIN, 1990). O auxílio financeiro direcionado à reconstrução europeia e o investimento externo direto de empresas americanas asseguraram a estabilidade cambial dos países europeus, garantindo a continuidade do sistema de pagamentos criado em Bretton Woods (SERRANO, 2004). Esse quadro geral favoreceu a elevação do padrão de vida dos trabalhadores dos países capitalistas avançados. Nesse sentido, Serrano (2004, p.9) destaca que “the growing trade integration and the development of the international financial and monetary system in a period of fast economic growth were results of the U.S. strategy to win the Cold War”.

A *creeping inflation* nos países com negociações salariais centralizadas

Um caso particular de *creeping inflation* durante a *Golden Age* ocorreu nos países em que vigeu um sistema de negociações salariais centralizadas. Nesses países, houve maior coordenação entre os objetivos de política econômica do governo e as organizações sindicais e patronais, considerando especialmente o impacto do crescimento dos salários nominais sobre a conta corrente do Balanço de Pagamentos, sobre a trajetória de crescimento e do emprego (AUKRUST, 1977; EDGREN; FAXÉN; ODHNER, 1973). O forte vínculo político entre as confederações sindicais e o governo fez da política salarial adotada nas negociações centralizadas uma parte integrante da política econômica nacional (HEADEY, 1970)¹¹. Assim, a maior coordenação entre confederações empresariais, confederações sindicais e governo atenuou o conflito distributivo por mecanismos políticos e institucionais. A manutenção de situações próximas do pleno emprego por período duradouro não causou uma explosão das demandas salariais, tampouco provocou maior tensionamento nas relações de trabalho¹².

Áustria, Suécia e Noruega foram as três economias em que as negociações salariais apresentaram elevado grau de centralização no período estudado. Nos três países, a densidade sindical¹³ estabilizou-se em um patamar bastante elevado durante as décadas de 1950 e 60, e a re-

10 De acordo com Korpi (2002, p. 386), “in all Western countries, the presence of the Soviet bloc served as a warning against allowing the expected postwar disorganization to take the same expressions as after the First World War”.

11 Ao discutir o caso sueco, Martin resume (1985, p. 413): “the central negotiations provide a mechanism through which the confederations can try to resolve the conflicting claims of labor and capital in aggregate terms consistent with the long-run viability of Sweden’s position in the international economy”.

12 Em contrapartida, em um sistema de negociações descentralizado é difícil estabelecer alguma forma de coordenação que subordine interesses imediatos a um compromisso mais abrangente. A descentralização estabelece um quadro mais propício a disputas entre trabalhadores de diferentes setores ou categorias por posições relativas, o que poderia culminar em taxas de inflação mais elevadas decorrentes apenas do ajuste das posições relativas no mercado de trabalho (*wage-wage inflation*) (TYLECOTE, 1981). Por sua vez, em um sistema centralizado, “disagreements [among workers] over proper relativities can be settled within the union structure, rather than by competitive claims” (TYLECOTE, 1981, p. 88).

13 A densidade sindical é compreendida aqui como a quantidade de trabalhadores vinculados a sindicatos, que não estão aposentados nem trabalham por conta própria, como percentual da força de trabalho.

apresentação dos trabalhadores sindicalizados concentrava-se em uma ou duas confederações, que tinha poder de autorizar ou vetar greves e sancionar os acordos salariais (WALERSTEIN *et alli*, 1997; MARTIN, 1985; SWENSON, 2004). No caso da Áustria, a confederação sindical austríaca, a ÖGB (*Österreichischer Gewerkschaftsbund*), era a única organização reconhecida no país e concentrava a totalidade dos trabalhadores sindicalizados. Na Noruega, em 1960, 80% dos trabalhadores sindicalizados eram vinculados à maior confederação sindical do país, a Confederação Norueguesa de Sindicatos (LO, *Landsorganisasjonen*). Por sua vez, na Suécia, a Confederação Sindical Sueca (LO, *Landsorganisationen i Sverige*) reuniu mais de 75% da força de trabalho sindicalizada durante as décadas de 1950 e 60, e influenciava as decisões das outras duas confederações sindicais existentes – voltadas à profissionais de maior qualificação (WALERSTEIN *et alli*, 1997).

Quanto à relação dos sindicatos com o governo, a ÖGB manteve relações muito próximas com o Partido Socialista, que compôs o governo austríaco em coalizão com o partido conservador de 1945 a 1966. Um importante compromisso político na Áustria do pós-guerra unificou os dois principais partidos, com o objetivo de preservar a estabilidade política no país em favor da reconstrução e da democracia. Este compromisso estabeleceu os marcos para a cooperação por parte da ÖGB. Também no caso norueguês, o vínculo entre organização sindical e o Partido Trabalhista foi explícito¹⁴, contribuindo para a cooperação entre a LO e os governos liderados pelo partido de 1945 a 1965 (HEADEY, 1970). Finalmente, na Suécia também havia forte interlocução entre a LO e o Partido Socialdemocrata que governou durante o período (MARTIN, 1985).

Nas décadas de 1950 e 60, Áustria, Noruega e Suécia apresentaram taxas de desemprego baixas combinadas com taxas de inflação moderadas e estáveis. Especialmente no caso da Noruega e Suécia a economia manteve-se de forma sustentada próxima do pleno emprego. Conforme dados dos Anuários Estatísticos da OIT, a taxa de desemprego da Noruega permaneceu a maior parte do período próxima ao patamar de 1; entre 1950 e 1957, a taxa oscilou entre 0,9 e 1,4%, nos anos seguintes (1958-60) elevou-se ligeiramente (com máxima de 2,3% em 1958) e após voltou a oscilar em um nível baixo, entre 1,2 e 0,8%. Por sua vez, na Suécia, a taxa de desemprego também apresentou uma trajetória estável, flutuando entre 1,8 até 2,8% na primeira década (1950-1959) e em um patamar mais baixo (entre 1,1 e 2,0%) na década seguinte. Por fim, no caso da Áustria foi apenas na década de 1960 que a trajetória do desemprego se mostrou mais favorável para os trabalhadores, quando a taxa de desemprego permaneceu abaixo de 3%.

A despeito das baixas taxas de desemprego – situação muito favorável ao poder de barganha dos trabalhadores – a dinâmica de crescimento dos salários não apresentou uma trajetória explosiva em nenhum dos casos. Pelo contrário, nos três países a taxa de variação dos salários nominais permaneceu em um patamar estável. Nos anos 1951 e 1952, as economias absorveram choques de preços internacionais, e o impacto da desvalorização cambial no caso da Áustria, o que se traduziu em maiores taxas de reajuste dos salários nominais. A partir de 1953 até 1970, por outro lado, o comportamento dos salários nominais revela uma tendência de elevação bastante estável – segundo informações dos Anuários Estatísticos da OIT.

Como consequência, as taxas de inflação permaneceram moderadas e estáveis após a absorção do impacto dos preços de matérias primas no início da década de 1950. Especificamente

14 De acordo com Headey (1970), no início da década de 1950 as lideranças da LO ameaçavam abandonar a política de salarial moderada que adotavam caso o Partido Trabalhista deixasse o poder. Contudo, quando de fato isso ocorreu em 1965, as ameaças não foram cumpridas.

no caso da Áustria, ocorrera uma desvalorização cambial em fins de 1949, quando extinguiu-se o sistema de taxas de câmbio múltiplas e o país passou a integrar o sistema de pagamentos internacional. Nos anos posteriores, a desvalorização em relação ao dólar americano foi de 7,3% em 1951, de 14,2% em 1953 e de 6,5% em 1954. A partir de então, a taxa de câmbio em relação ao dólar permaneceu estável até 1970. Em contrapartida, tanto Noruega quanto Suécia mantiveram fixa a taxa de câmbio durante as décadas de 1950 e 60. A Noruega apresentou uma taxa de inflação média para o período de 4,8%, enquanto a Suécia apresentou uma taxa de 4,4%. Portanto, o câmbio não pressionou as taxas de inflação nesses países, pelo menos não de forma sistemática no caso da Áustria.

A estabilidade cambial, a relativa estabilidade da taxa de crescimento dos salários nominais e a ausência de pressões de custos de matérias primas e *commodities* são fundamentais para explicar a estabilidade das taxas de inflação durante o período. A dinâmica da produtividade (ver tabela 1), com taxas de crescimento elevadas refletindo, por sua vez, o crescimento econômico da *Golden Age*, também contribuiu para manter baixas as taxas de inflação.

A comparação entre a trajetória dos salários reais e o crescimento da produtividade agregada da economia, apresentada na tabela 1, revelou as discrepâncias entre os casos analisados. Apenas na Suécia o aumento dos salários reais superou os ganhos de produtividade nas décadas de 1950 e 1960. Na Áustria, a taxa de crescimento dos salários reais e a taxa de variação da produtividade para a média do período apresentaram valores muito próximos. Por fim, no caso da Noruega, o crescimento da produtividade superou o crescimento dos salários reais, com uma diferença de 1,3 pontos percentuais.

Tabela 1 – Quadro geral para Áustria, Noruega e Suécia

	Taxa de inflação	Salários Nominais	Produtividade Agregada	Salários reais
Áustria ^a	4,9	10,1	5,8	5,5
Noruega ^b	4,8	7,5	4,3	3,0
Suécia ^c	4,4	9,5	3,9	5,2

Fonte: Elaboração própria. Dados dos Anuários Estatísticos da Organização Internacional do Trabalho, da *Penn World Table*, do Fundo Monetário Internacional, de Edvinson (2005) e de Grytten (2007). Notas: ^aTaxas médias para o intervalo 1951-1970. ^bTaxas médias para o intervalo 1951-1970 para Produtividade e Salários reais. Taxas médias para o intervalo 1950-1970 para as demais variáveis. ^cTaxas médias para o intervalo 1950-1970 para Taxa de inflação e para os Salários Nominais. Taxas médias para o intervalo 1951-1970 para as demais variáveis.

Esses fatos são indícios de que o sistema de negociações salariais centralizadas permitiu conciliar taxas muito baixas de desemprego com uma inflação rastejante, sem tendência aceleracionista. Ao mesmo tempo, esses resultados foram atingidos com menores índices de greves (mesmo que elevada parcela da força de trabalho fosse vinculada a sindicatos) e sem a imposição de uma política salarial de forma unilateral pelo governo ou de restrições à atividade sindical como ocorreu em outros países¹⁵. Finalmente, ao contrário de outros países capitalistas avançados, os países de negociações centralizadas não recorreram à recessão para combater a inflação por meio do enfraquecimento do poder de barganha dos trabalhadores¹⁶.

15 Ver Headey (1970), Tarling e Wilkinson (1977), Rubin (1986).

16 Ver, por exemplo, Meany (1959) e Salvati (1985, p. 518).

Inflação salarial no Brasil e a *creeping inflation*

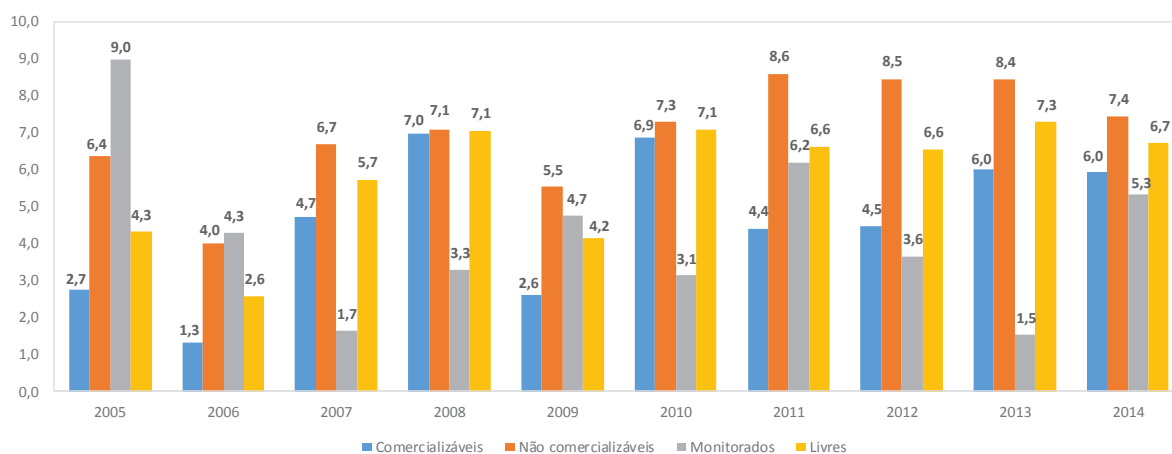
O Brasil apresentou um processo de inflação salarial a partir de meados de 2004 até 2014, caracterizado pela vigência de taxas de inflação moderadas e estáveis. Nesse período, a taxa de desemprego apresentou trajetória decrescente até se estabilizar em um patamar mais baixo (em torno de 5%), ao mesmo tempo em que ocorreram mudanças políticas e institucionais favoráveis ao poder de barganha dos trabalhadores. A trajetória de crescimento dos salários também provocou mudança nos preços relativos, destacando-se o aumento mais acelerado dos preços dos serviços¹⁷. Entretanto, fatores adversos como os choques de preços internacionais e o lento crescimento da produtividade (comparativamente ao observado na *Golden Age*) limitaram o processo de crescimento dos salários reais.

Tanto a inflação brasileira recente como as experiências de *creeping inflation* discutidas foram caracterizadas pela contínua elevação dos salários nominais, que estabeleceu um processo inflacionário moderado e persistente. Em ambos os casos a situação favorável do mercado de trabalho, com baixas taxas de desemprego, traduziu-se na elevação do poder de barganha dos trabalhadores. Esse quadro permitiu importante elevação no padrão de vida dos trabalhadores com reflexos sociais e econômicos muito relevantes. Contudo, o período de inflação salarial no Brasil (de 2004 a 2014) foi menor do que o observado nos países capitalistas avançados durante a *Golden Age*. Além disso, os ganhos salariais na experiência brasileira foram menores do que os ganhos efetivados nas experiências históricas discutidas. O controle da inflação permaneceu entre os objetivos centrais da política econômica no Brasil (apesar da dinâmica moderada), enquanto na *creeping inflation* priorizou-se a questão do emprego. Assim, no Brasil, a elevação de preços internacionais de *commodities* em 2011 parece ter motivado a adoção de políticas que desaceleraram o crescimento a fim de reduzir a taxa de inflação¹⁸.

O comportamento da inflação foi diverso entre os setores da economia, como pode ser observado no gráfico 1. A inflação dos bens comercializáveis se acelera no período em que ocorrem aumentos nos preços internacionais de alimentos e *commodities*, sendo atenuada entre 2005 e 2010 por causa da contínua apreciação do câmbio nominal. Mesmo a partir de 2011, quando se inicia a trajetória de moderada depreciação cambial, os preços não comercializáveis seguem liderando como fonte de inflação, com taxas persistentemente elevadas especialmente a partir de 2010. Por outro lado, na relação entre preços monitorados e preços livres, nota-se que o crescimento mais lento dos primeiros contribuiu para conter a taxa de inflação na maior parte da série. A partir de 2006, mudanças regulatórias reduziram a indexação dos preços monitorados (antes muito sensíveis a variações no câmbio e nos preços internacionais), diminuindo o ritmo de elevação destes preços (BRAGA, 2013). Ao conter o impacto dos monitorados sobre os custos de produção e o custo de vida, esse processo também contribuiu para o crescimento dos salários reais.

17 Ver Santos *et alii* (2016).

18 Ainda assim, a taxa de inflação brasileira permaneceu entre 2010 e 2014 acima da meta de inflação – mesmo que dentro da banda de flutuação – o que subsidia o argumento de que tenha havida maior tolerância com a inflação neste período.

Gráfico 1 – Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) desagregado, 2005-2014.

Fonte: Elaboração própria. Dados do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor, IBGE.

A política de valorização do salário mínimo adotada nesse período seguramente contribuiu para o aumento do patamar e da persistência da taxa de inflação do setor de bens não comercializáveis, mas também garantiu a elevação da renda real de parcela relevante da força de trabalho e fortaleceu o poder de barganha dos trabalhadores (BALTAR, 2015; SUMMA, 2016). Por sua vez, as taxas de desempregos vigentes nos últimos anos do período de inflação salarial no Brasil foram baixas, especialmente em comparação com o histórico do país. Contudo, não aproximaram-se de um valor que refletisse uma situação de pleno emprego, diferentemente do que foi observado nos casos da Noruega e da Suécia. Ainda assim, essa situação originou maior grau de conflito nas relações de trabalho, verificando-se crescimento das atividades grevistas (CARDOSO, 2004). Nesse sentido, a experiência brasileira difere da dos países de negociações centralizadas, onde a obtenção sistemática de acordos salariais favoráveis coexistiu com menor grau de conflito nas relações de trabalho.

Outra diferença marcante entre as experiências discutidas emerge da comparação entre a dinâmica da produtividade. Na *creeping inflation* dos países de negociações centralizadas (e também em outras experiências durante a *Golden Age*), o elevado crescimento da produtividade acomodou o impacto do crescimento dos salários sobre os custos de produção. Em contrapartida, no caso brasileiro, a produtividade cresceu em média a uma taxa mais baixa, de modo que o crescimento dos salários reais gradualmente alterou a distribuição funcional da renda em favor dos trabalhadores (SARAMAGO; FREITAS; MEDEIROS, 2018), e reduziu as margens de lucro, acirrando, com isso, o conflito distributivo (GOMES; FREITAS, 2018).

Além disso, pelo menos para o caso da Suécia, os setores produtores de bens comercializáveis lideraram o crescimento da produtividade, em especial o setor manufatureiro. Essa característica é relevante para a preservação da competitividade das atividades produtivas expostas à concorrência externa. No caso brasileiro, a trajetória da produtividade da indústria de transformação permaneceu estagnada entre 2004-2008, e foi declinante entre 2008-2011 (FEVEREIRO, FREITAS, 2015). Ademais, a taxa de câmbio valorizou-se até 2010, o que, em combinação com a redução da produtividade e com o crescimento dos salários, reduziu a margem de lucro nos setores comercializáveis a partir de 2004. Esse movimento se intensificou entre 2010 e 2014, a despeito da depreciação cambial (GOMES; FREITAS, 2018).

Com relação aos preços internacionais de petróleo, alimentos, matérias primas industriais, a estabilidade nominal observada durante a *Golden Age*, não se reproduziu no período mais recente. Com efeito, o índice de preços de *commodities* primárias do FMI apresentou, no intervalo 2004-2014, uma taxa média de aumento anual de 6,4% para *commodities* não-combustíveis¹⁹, 6,2% para alimentos e bebidas e 6,7% para insumos industriais.²⁰

Portanto, o período de crescimento dos salários no Brasil não contou com os mesmos aspectos favoráveis presentes na *Golden Age*. O contraste entre as experiências é maior no que diz respeito à dinâmica dos preços internacionais e da produtividade e no comportamento da distribuição funcional da renda. Destaca-se, ainda, que as taxas de desemprego permaneceram em patamar mais elevado no caso brasileiro, e que o controle da inflação seguiu entre os principais objetivos da política macroeconômica. Finalmente, a experiência brasileira não contou com um cenário geopolítico favorável ao desenvolvimento econômico e à melhoria das condições da classe trabalhadora, ao contrário dos países capitalistas avançados na *Golden Age*.

Considerações Finais

A aceleração inflacionária que ocorreu nos países centrais nos anos 1970 e nos países em desenvolvimento na mesma década e na seguinte consistiu em um elemento fundamental para a construção da hegemonia neoliberal. A partir de então, a política econômica deixou, cada vez mais, de se orientar à manutenção de elevado nível de emprego e promoção de bem-estar social nos países desenvolvidos, e ao desenvolvimento das forças produtivas na periferia. Diminuiu severamente a tolerância com a inflação e progressivamente foram adotadas políticas macroeconômicas restritivas, consolidadas no século XXI com o estabelecimento de regimes de metas de inflação por muitos países assim como de regras que restringem a discricionariedade da política econômica. Nesse contexto, o controle da inflação passou a justificar a tolerância com taxas mais elevadas de desemprego.

A intensidade das transformações durante os anos 1970 e 80, acabou por retirar foco do estudo do processo inflacionário que ocorreu na chamada *Golden Age* do capitalismo. A *creeping inflation* da *Golden Age* resultou de uma inflação de salários, uma vez que no período as taxas de câmbio permaneceram fixas e os preços das *commodities* mantiveram-se estáveis. Esse processo assumiu características específicas nos países com estrutura sindical mais centralizada, onde houve certa coordenação entre objetivos de política macroeconômica e as negociações salariais.

A partir de meados de 2004 ocorre uma inflação salarial no Brasil, que se traduz em taxas de inflação moderadas e persistentes de forma similar ao período da *creeping inflation*. Diferentemente das experiências de *creeping inflation* da *Golden Age*, o caso brasileiro apresentou uma combinação de baixo crescimento da produtividade com elevação do salário real. Além disso, o processo inflacionário foi potencializado pela elevação de outros componentes de custo, como

19 As *commodities* energéticas elevaram-se a uma taxa de 11,2%, mas esse reajuste não foi diretamente repassado por causa da política de preços praticada pela Petrobrás.

20 Especialmente a partir de 2010, "a evolução [do preço] da cesta de consumo dos assalariados exigiu reajustes mais elevados do que o praticado pelos empresários para os seus bens finais, pressionando os mark-ups" (GOMES; FREITAS, 2018, p. 16).

os preços de *commodities*. Nesse sentido, políticas de preço poderiam contribuir de forma complementar com a dinâmica de elevação dos salários reais, minorando o impacto de outros preços sobre os custos de produção ou sobre a cesta de consumo dos trabalhadores. A contenção da inflação de preços monitorados a partir de 2006 exerceu impacto desse tipo. No entanto, a volatilidade dos preços de *commodities* foi, neste período, um elemento complicador para a realização de uma coordenação mais ativa.

Por outro lado, o ritmo de crescimento da produtividade permaneceu baixo, sendo prejudicado ainda mais pelas políticas de contenção da demanda agregada. Com menor crescimento da produtividade, os reajustes salariais exercem maior impacto sobre os custos de produção, o que limitou diretamente o crescimento dos salários reais. Indiretamente, esse quadro favoreceu o acirramento do conflito distributivo. Apesar da desaceleração do crescimento a partir de 2011 não houve elevação da taxa de desemprego, de modo que se sustentou o ritmo de crescimento dos salários. Finalmente, com a guinada conservadora na política econômica a partir de 2015, os choques de câmbio e de preços monitorados e com a elevação do desemprego, decorrente da recessão, encerrou-se a experiência brasileira de inflação salarial. Atualmente, a manutenção de elevadas taxas de desemprego, o aumento da informalidade no mercado de trabalho, a política fiscal contracionista, e a reforma trabalhista reduzem consideravelmente o poder de barganha dos trabalhadores. Esse quadro explica a recente redução da inflação, que tende a ser acompanhada, nos próximos anos, por uma trajetória menos favorável dos salários e pela recomposição das taxas de lucro.

A reflexão apresentada neste artigo indica a necessidade de elaboração de políticas anti-inflacionárias alternativas, destacando-se instrumentos que historicamente se mostraram muito efetivos no campo dos acordos coletivos. Além disso, nota-se que uma economia aberta está sujeita a choques de preços oriundos do setor externo, que, na ausência de valorização cambial, impactam diretamente a taxa de inflação. Nesse caso, a política macroeconômica não pode influir sobre a elevação de preços, sendo preciso observar suas limitações. Deve-se, ainda, compreender que a redução do ritmo de crescimento a fim de conter a inflação possui consequências graves sobre o processo de desenvolvimento e representa um obstáculo para uma dinâmica de crescimento dos salários.

Referências

- AUKRUST, O. *Inflation in the open economy: a Norwegian model*. Oslo: Central Bureau of Statistics. Artikler fra statistisk sentralbyrå NR.96, 1977.
- BALTAR, P. *Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil*. Brasília: IPEA, 2015. (Texto para discussão, 470)
- BASTOS, C. *Conflito distributivo e inflação*. Brasília: CEPAL/IPEA, 2010. (Texto para Discussão, 11).
- BRAGA, J. A inflação brasileira na década de 2000 e a importância de políticas não monetárias de controle. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 3, p. 697-727, 2013.
- EATWELL, J., LLEWELLYN, J.; TARLING, R. Money wage inflation in industrial countries. *The Review of Economic Studies*, v. 41, n. 4, p. 515-523, 1974.

- EDGREN, G.; FAXÉN, K.; ODHNER, C. *Wage formation and the economy*. London: Allen & Unwin, 1973.
- EDVINSSON, R. *Growth, accumulation, crisis: with new macroeconomic data for Sweden 1800-2000*. Stockholm Studies in Economic History. Stockholm: Acta Universitatis Stockholmiensis, 2005.
- ESPING-ANDERSEN, G. The three political economies of the welfare state. *Canadian Review of Sociology*, v. 26, n. 1, p. 10-36, 1989.
- FEVEREIRO, J.; FREITAS, F. *Produtividade do trabalho e mudança estrutural: uma comparação entre diferentes métodos de decomposição a partir da experiência brasileira entre 2000-2011*. Rio de Janeiro: IE-UFRJ, 2015 (mimeo).
- GLYN, A.; HUGHES, A.; LIPIETZ, A.; SINGH, A. The rise and fall of the Golden Age. In: MARGLIN, S.; SCHOR, J (Eds.). *The Golden Age of capitalism: reinterpreting the postwar experience*. Oxford: Oxford University Press, 1990.
- GRYTTE, O. Norwegian wages 1726-2006 classified by industry. In: EITRHEIM, Ø.; KLOYLAND, J.; QVIGSTAD, J. (Eds.) *Historical monetary statistics for Norway: part II*. Norges Bank, Occasional Paper, n. 38, 2007
- HEADEY, B. Trade unions and national wages policies. *The Journal of Politics*, v. 32, n. 2, p. 407-439, May 1970.
- HIBBS, D. *The political economy of industrial democracies*. Cambridge: Harvard University Press, 1987.
- HINES, A. Wage inflation in the United Kingdom 1948-62: a disaggregated study. *The Economic Journal*, [S.l.], v. 79, n. 313, p. 66-89, Mar. 1969.
- HOLZMAN, F. Creeping Inflation. *The Review of Economics and Statistics*, [S.l.], v. 41, n. 3, p. 324-329, Aug. 1959.
- HOMER, Sidney; SYLLA, Richard Eugene. *A history of interest rates*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1996.
- ILO. International Labour Organization. Year book of labour statistics. 1952-1970.
- IMF. International Monetary Fund. International Financial Statistics. 2017.
- KALDOR, N. Inflation and recession in the world economy. *The Economic Journal*, v. 86, n. 344, p. 703-714, 1976.
- KORPI, W. The great trough in unemployment: long-term view of unemployment, inflation, strikes, and the profit/wage ratio. *Politics & Society*, v. 30, n. 3, p. 365-426, Sep. 2002.
- LAVOIE, M. *PostKeynesian Economics: new foundations*, Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2014.
- MARGLIN, S. *Lessons of the Golden Age: an overview*. In: MARGLIN, S.; SCHOR, J (Eds.). *The Golden Age of capitalism: reinterpreting the postwar experience*. Oxford: Oxford University Press, 1990.
- MARTIN, A. Wages, profits, and investment in Sweden. In: LINDBERG, L.; MAIER, C. (Ed.) *The politics of inflation and economic stagnation*, Washington: Brookings Institution Press, 1985, p. 403-466.
- MEANY, G. What would labor do about inflation? *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 326, n. 1, p. 32-39, 1959.

- PIVETTI, M. *An essay on money and distribution*, London: Macmillan, 1991.
- RUBIN, B. Class Struggle American Style: Unions, Strikes and Wages. *American Sociological Review*, [S.l.], v. 51, n. 5, p. 618-633, Oct. 1986.
- SANTOS, C.; AMITRANO, C.; PIRES, M.; CARVALHO, S.; FERREIRA, E.; ESTEVES, F.; YANNICK, K. LIMA, L. *A natureza da inflação de serviços no Brasil: 1999-2014*, Brasília: IPEA, 2016. (Texto para Discussão, 2169)
- SALVATI, M. *The Italian Inflation*. The politics of inflation and economic stagnation. In: LINDBERG, L.; MAIER, C. (Ed.) *The politics of inflation and economic stagnation*, Washington: Brookings Institution Press, 1985, p. 509-563.
- SARAMAGO, H.; FREITAS, F.; MEDEIROS, C. Distribuição funcional da renda: aspectos conceituais e metodológicos e uma análise de decomposição para a parcela salarial no Brasil (1995-2015). In: *Anais do XXIII Encontro Nacional de Economia Política*. Niterói, 2018.
- SERRANO, F. Power relations and American macroeconomic policy, from Bretton Woods to the floating dollar standard. In: *O Poder Americano*, Petrópolis: Editora Vozes, p. 1-43, 2004.
- SERRANO, F. O conflito distributivo e a teoria da inflação inercial. *Revista Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 395-421, maio-ago. 2010.
- SERRANO, F.; SUMMA, R. *Distribution and cost-push inflation in Brazil under inflation targeting, 1999-2014*. Roma: Centro di Ricerche e Documentazione Piero Sraffa, 2015. (Working paper, 14/2015)
- GOMES, L.; FREITAS, F. A evolução do conflito distributivo no Brasil de 2000 a 2014: uma visão multissetorial. In: *Anais do XI Encontro da Associação Keynesiana Brasileira*. Porto Alegre, 2018.
- STIRATI, A. Inflation, unemployment and hysteresis: an alternative view, *Review of Political Economy*, v. 13, n. 4, Aug. 2001.
- STIRATI, A. *Interpretations of the classics: the theory of wages*. Roma: Università degli studi Roma Tre, 2010. (Working paper, 116)
- SUMMA, R. Uma nota sobre a relação entre salário mínimo e inflação no Brasil a partir de um modelo de inflação de custo e conflito distributivo. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 3, p. 733-756, dez. 2016.
- SWENSON, P. Varieties of capitalist interests: power, institutions, and the regulatory Welfare State in the United States and Sweden. *Studies in American Political Development*, n. 18, p. 1-29, Spring 2004.
- TARLING, R., WILKINSON, F. The Social Contract: post-war incomes policies and their inflationary impact. *Cambridge Journal of Economics*, v. 1, n. 4, p. 395-414, Dec. 1977.
- TURNER, H.; JACKSON, A. On the Determination of the General Wage Level—A World Analysis; or “Unlimited Labour Forever”. *The Economic Journal*, v. 80, n. 320, p. 827-849, Dec. 1970.
- TYLECOTE, A. *Causes of the present inflation: interdisciplinary explanation of inflation in Britain, Germany and the United States*. London: The Macmillian Press, 1981.
- WALLERSTEIN, M.; GOLDEN, M.; LANGE, P. Unions, employers’ associations, and wage-setting institutions in northern and central Europe, 1950-1992. *Industrial and Labor Relations Review*, v. 50, n. 3, p. 379-401, Apr. 1997.

Clausewitz, Keegan e a evolução da guerra: caminhos entre a racionalidade e a etologia

Clausewitz, Keegan and the evolution of warfare: pathways between rationality and ethology

DANIEL RIBERA VAINFAS | danielvainfas@gmail.com

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE-IE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

DANIEL BARREIROS | daniel.barreiros@ie.ufrj.br

Professor do Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional (PEPI) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Recebimento do artigo Maio de 2019 | **Aceite** Junho de 2019

Resumo Como fenômeno social, a guerra está subordinada à política, como defende Clausewitz, ou, ao contrário, é produto de uma “cultura guerreira” instintiva, comum a todos os povos e tempos e para além da política, como sugere Keegan? Devemos enfatizar “elementos históricos essenciais” na busca de um contínuo intertemporal para a guerra? Neste artigo, enfatizamos a relevância do postulado da “perenidade da guerra” e a impropriedade de uma dicotomia entre racionalidade política versus instintividade. Os resultados do choque entre essas duas correntes de pensamento sobre as origens da guerra enfrenta limitações devido à ausência de um “jogo de escalas” temporal, de modo que as abordagens de curta duração emergem como incompatíveis com visões macro-históricas. Sugerimos que uma compreensão profunda do fenômeno da guerra deve considerar a interação e a retroalimentação entre processos em diferentes escalas de tempo, do episódico ao evolucionário. **Palavras-Chave** guerra, etologia, cultura guerreira, Big History, Clausewitz, Keegan.

Abstract As a social phenomenon, is war subordinate to politics, as Clausewitz argues, or, instead, is it the product of an instinctive ‘warrior culture’, common to all peoples and times and beyond politics, as Keegan suggests? Should we emphasize ‘essential historical elements’ in the search for a temporal continuum in warfare? In this article, we stress the relevance of the ‘perennity of war’ thesis, and the impropriety of a dichotomy between political rationality vs. instinct. The results of the clash between these two strands of thought about the origins of warfare face limitations due to the absence of a temporal ‘play of scales’, so that short-term approaches emerge as incompatible with macro-historical views. We suggest that a deep understanding of the phenomenon of warfare must consider the interaction and the feedback between processes at different time scales. **Keywords** warfare, ethology, warrior culture, Big History, Clausewitz, Keegan.

Introdução

Em *Uma história da guerra*, Keegan apresenta a tese de que a guerra não deve ser entendida como uma continuação da política, conforme a tradição clausewitziana propunha, mas sim como um fenômeno eminentemente cultural, no sentido de uma consequência das práticas coletivas adotadas por determinado grupo ou sociedade. Formular a guerra como produto cultural abriria a possibilidade, segundo o autor, de escapar à restrição artificial imposta por Clausewitz, que associava a guerra à racionalidade, sobretudo à racionalidade estatal. Desse modo, seria possível construir uma teoria da guerra que explicasse sua existência em todos os momentos da humanidade.

Muito embora a cultura seja mais ampla que a política, e a afirmativa de Keegan nos possibilite uma leitura mais geral da condição da guerra, é necessário considerar as colocações de Clausewitz acerca do que constitui a própria política e contrastá-la com a definição de Keegan, posto que a controvérsia entre esses dois autores é substancial a ponto de exigir cautela quanto ao uso de seus conceitos. Mais do que isso, devemos ver o quanto a definição de cultura de Keegan é precisa ou imprecisa antes de transformá-la em um objeto sólido de análise.

Esse conceito de cultura é suficientemente problemático para que sejamos motivados a buscar um substituto mais útil na própria obra de Keegan, tal como o conceito de natureza humana. Existe uma proximidade entre ambos os conceitos na medida em que o autor reconhece que a cultura guerreira é a causa primeira da guerra, ao mesmo tempo em que reconhece sua universalidade entre as sociedades, dando espaço para que possamos identificar uma sobreposição desse objeto a que se denomina “cultura” a um arcabouço comportamental humano comum.

“A guerra é quase tão antiga quanto o próprio homem e atinge os lugares mais secretos do coração humano, lugares em que o ego dissolve os propósitos racionais, onde reina o orgulho, onde a emoção é suprema, onde o instinto é rei” (KEEGAN, 2006:18)

A colocação de Keegan apresenta uma noção particularmente interessante ao situar a guerra no limite inicial da trajetória da humanidade, transformando o fenômeno em si em uma constância histórica. Ao fazer isso, Keegan precisa determinar uma causa que também seja transcendente ao tempo, o que o coloca em rota de colisão com Clausewitz, que vê na política um elemento que dota a guerra de racionalidade. A proposta então passa a ser de uma causa atemporal, que Keegan formula como sendo a *cultura* em oposição à *política*, entendida aqui pela sua dimensão estatal. Ao citar o instinto como rei, Keegan recoloca o problema a partir de um viés biológico, atrelando a guerra à natureza humana. Apesar disso, não insiste na ideia de instinto, preferindo substituí-la por um elemento mais genérico e de mais fácil aceitação pelos seus interlocutores, adotando então a ideia genérica de “cultura” como causa motriz da guerra. Assim, a concepção de que o fenômeno guerreiro seja universal veio a requerer um elemento geral como sua matriz explicativa, levando Keegan a postular, em termos ubíquos, uma “cultura guerreira” transcivilizacional (KEEGAN, 2006).

Isso se estrutura em oposição à formulação da guerra como política em Clausewitz, talvez mais sutilmente do que a princípio se apresenta. Keegan reconhece que a frase original de

Clausewitz tende a ser traduzida de uma forma imprecisa. Melhor do que dizer que a guerra é a continuação da política por outros meios, seria dizer que a guerra é a continuação das interações políticas *com a participação* de outros meios (KEEGAN, 2006: 18). Nessa leitura, passa então a ser definida a partir de uma dualidade: de um lado, a política, de outro, os *outros meios*. O primeiro ponto a ser notado é a não definição do segundo elemento, o que abre um espaço teórico a ser explorado.

A guerra, portanto, não é monolítica, e não o sendo, acaba por portar uma oposição fundamental em seu âmago: se, em termos amplos, a oposição se estrutura em torno de um elemento definido (a política) e um elemento indefinido (os outros meios), essa oposição acaba por transcender o próprio problema da guerra enquanto fenômeno, nos conduzindo a questionamentos sobre a própria formulação ontológica geral da psique humana, uma vez que resulta em oposição análoga à existente entre consciente e inconsciente. Em suma, a guerra aparece como fenômeno holístico, que integra não somente as dimensões da decisão consciente e da ação racional como um meio para um fim, mas também da complexa interação entre cultura, sociedade e a psicologia profunda.

É bem verdade que Keegan tenta desmontar a dualidade que se constrói em seu arcabouço teórico-interpretativo, substituindo a causa da guerra pela já tratada noção geral de cultura. A “cultura militar”, em especial, seria o espaço privilegiado no qual ocorreria o que chama de “feitiço tribal”, e onde as contingências da civilização se dissolveriam em uma urgência dita “ancestral” (HERBERG-ROTHER, 2001: 183-184). E, o mais interessante dessa formulação está no fato de que nos apareça como essencialmente equivocada em suas raízes definicionais. Keegan defende o primado da “cultura” justamente partindo de uma situação em que a própria noção de cultura deveria se dissolver. A urgência instintiva (“onde o instinto é rei”) e o “feitiço tribal” não são elementos culturais específicos; na realidade, se referem a um conjunto de mobilizações psíquicas ancestrais que afloram em todos os agrupamentos humanos. A “cultura dos guerreiros”, que é o elemento chave do argumento de Keegan, não é propriamente cultural; ao contrário, é um elemento claramente pré-cultural, que precisa anteceder a dimensão simbólica, representacional, idiossincrática e incontornavelmente histórica. Em seu afã de se opor à noção de guerra como política, Keegan não só termina por adentrar o campo minado da explicação “natural” da violência intersocietária coletiva e organizada, como também acaba por oferecer um entendimento da “política” em Clausewitz que flerta intensamente com a contradição.

A leitura realizada por Keegan do termo *política* em Clausewitz é controversa, porque tende a equipará-lo ao congêneres *policy*, que remete a uma construção racional, uma adequação de meios e fins, em particular o fim máximo de melhorar a qualidade de vida humana. Por outro lado, Clausewitz usou a palavra *Politik*, que acaba por dispor de um sentido duplo, apelando tanto à noção de *policy* quanto à de *politics*. E o elemento de *politics* envolve um grau de conflito e de não racionalidade que não está contemplado pela construção argumentativa de Keegan. A guerra, então, pode ser violenta, bárbara e cruel, e ainda ser “política”, na dimensão em que traduza as divergências entre grupos políticos distintos (BASSFORD, 1994: 326-327). Decerto o colóquio entre Clausewitz e Keegan é perturbado pela simples razão de que ambos vêm a nomear processos distintos (em parte ou no todo) a partir dos mesmos epítetos; assim, o que nos parece sobreviver a esse embate, do fim ao cabo, são duas noções importantes: 1) a de que o caráter humanamente universal da cultura guerreira keeganiana *interage* (Keegan diria, “determina”) com a política enquanto fenômeno organizacional da vida social numa via de mão dupla, como

chega a sugerir Bassford (1994: 333); 2) a de que a cultura guerreira keeganiana como conceito pretende remeter a um fenômeno que não se comporta, em linhas gerais, como manifestação das idiossincrasias e da história sócio-intelectual dos povos, mas sim, como aspecto da dinâmica cognitiva humana que dá fundamento a *toda* forma de cultura.

Quem retoma a temática da natureza humana, curiosamente, para tecer uma crítica a Keegan e uma apologia de Clausewitz, é C. S. Gray, ao trazer a ideia de um “fio comum do fator humano” (GRAY, 1999: 164) que representaria uma problemática e controversa “proclividade ao combate”, e um “desejo de lutar” (GRAY, 1999: 176; 181). Se for verdadeira a existência de uma natureza humana sustentada no tempo, à revelia das transformações técnicas, então também seria possível teorizar de modo a construir um arco intelectual que se sustente para além dessas transformações. O problema fundamental seria reconhecer que natureza é essa, a fim de construir a teoria com o melhor resultado possível. A hipótese da racionalidade estruturante, formulada por Clausewitz como a noção de que toda guerra possui ou deve possuir uma finalidade política (GRAY, 1999: 169) não é suficiente, embora nos pareça, ao seu tempo, verdadeira. Sua solidez residiria na noção de que a política (entendida como *policy*, *politics* ou *Politik*) se configura como uma mistura suficientemente potente para agregar pessoas as mais diversas e fazê-las cooperar para a guerra. Em essência, a política, *como comportamento*, constitui um dos grandes mitos estruturantes da nossa condição de *Homo sapiens*:

Toda cooperação humana em grande escala – seja um Estado moderno, uma igreja medieval, uma cidade antiga ou uma tribo arcaica – se baseia em mitos partilhados que só existem na imaginação coletiva das pessoas. (...) Os Estados se baseiam em mitos nacionais partilhados. (...) Mas nenhuma dessas coisas existe fora das histórias que as pessoas inventam e contam umas às outras. (HARARI, 2015: 36)

O grande problema, ou sua insuficiência, reside na existência de mitos diferentes, de modo que uma teoria completa precisa investigar o nascedouro dos mitos, das narrativas gerais, mais do que a execução de uma narrativa em particular. Para realizarmos esse movimento, deveremos nos debruçar sobre a evolução humana em termos darwinianos, tendo em vista que, potencialmente, o debate evolucionário sobre a guerra pode conduzir a conclusões que desautorizam tanto leituras unilaterais sobre Clausewitz quanto sobre Keegan, sem ao mesmo tempo negar-lhes voz. Uma *big history* da guerra, que busque reconhecer e analisar os choques dialéticos entre fenômenos ocorrentes em diferentes escalas do tempo histórico, considerará haver pouca circunstância para que se oponham a instintiva “cultura guerreira” de Keegan ao empreendimento racional clausewitziano; ao contrário, as duas noções quando sobrepostas fornecem uma imagem muitíssimo adequada para a cognição metarrepresentacional de *H. sapiens*, o que nos permitiria dizer que, sem surpresa, é no conflituoso entroncamento entre essas duas dimensões que a guerra como comportamento se manifesta.

A intuição de Keegan, de que a guerra pertence a um conjunto de fenômenos sociais dotados de certa universalidade, encontra razoável suporte macro-histórico, ainda que não sem controvérsia. Se existem sociedades humanas contemporâneas que não empreendem a violência coalizacional intersocietária, é frequente que se identifique em seu passado (quando etnológica-

mente possível) algum grau de engajamento em conflitos com grupos vizinhos ou forças militares organizadas em nível estatal, que acabaram por resultar em fragilidade demográfica, política e econômica dessas sociedades (fazendo então que o pacifismo não estatal esteja associado a povos ditos “derrotados”) (KEELEY, 1996: 31-32). A todos os demais povos humanos ocorrem diferentes tipos de práticas culturais militares, interagindo dialeticamente com representações religiosas, ideológicas, mitológicas e políticas. Parece mesmo haver, então, alguma relevância na noção de uma “tendência guerreira” como substrato transcivilizacional que permeia as práticas coletivas de todas as sociedades humanas. Não obstante, como veremos, a noção de que a violência intersocietária seja fruto de algum impulso psicológico inato e dedicado a esse propósito (ou seja, o de agredir letalmente outros grupos humanos) repousa em fundamentos evolucionários muito frágeis, e não raro aparece em análises sobre a guerra que, buscando fundamento exclusivo na filosofia política dos séculos XVII-XVIII (em especial no embate entre Hobbes e Rousseau acerca da “natureza humana”), fornecem substrato para ecoar certa vulgata pretensamente darwiniana, ainda comum nos dias de hoje. E nesse mesmo sentido, a proposição keeganiana de que a “cultura guerreira” é a razão última pela qual a guerra existe acaba por não levar a discussão mais além desse embate entre “*doves* vs. *hawks*”, especialmente porque termina por sugerir que a violência coalizacional intersocietária seja produto de algum “princípio ativo” da cognição humana, cuja natureza e função sejam a de justamente promover o conflito.

A cognição prossocial: construção do *ingroup* na longuíssima duração

Ao contrário, os fundamentos cognitivos da violência coalizacional intersocietária – da guerra, portanto – remontam não a qualquer complexo etológico ativo em prol da guerra, mas sim à falência da inteligência social modular, dedicada e altamente especializada, numa longuíssima história evolucionária que retoma os últimos seis milhões de anos, pelo menos, desde a separação entre as duas linhagens primatas que resultariam em *Homo sapiens* e em *Pan troglodytes*, o chimpanzé-comum. A violência coalizacional intersocietária, ou seja, o conjunto de processos e fenômenos que giram em torno da organização de grupamentos sociais voltados ao exercício do poder sobre outros grupos a partir da ameaça (bem-sucedida ou não) de ação letal, ainda que generalizada nos domínios humanos, é, em termos primatológicos, bastante rara, mesmo em um nível de construção conceitual tão abrangente. Dentre as espécies de grandes símios ainda existentes, somente humanos modernos e chimpanzés-comuns a praticam; sobre os hominíneos hoje extintos, não temos motivos para rejeitar a hipótese de que todas as espécies que descenderam do último ancestral comum entre os gêneros *Homo* e *Pan* também a tenham praticado, muito embora razões tafonômicas e a dubiedade na correta identificação de marcadores osteológicos de violência restrinjam nossa capacidade de rastrear evidências desse tipo de prática no registro fóssil.

Não temos evidência de guerra – no sentido amplo aqui sugerido – em quaisquer outras linhagens de primatas, extantes ou extintos, e quanto a isso, não devemos nos surpreender. A agressão letal organizada a outros grupos sociais surge como um subproduto funcional da for-

ma específica de estruturação social assumida desde seis milhões de anos entre as espécies que derivam do UAC¹ que, em seus aspectos mais específicos, se configura como uma condição de sociabilidade bastante rara no universo primatológico – assim como vem a ser a própria guerra.

Duas eram as mais prováveis condições de sociabilidade entre os grandes símios por volta do contexto de especiação do UAC. A primeira delas, mais antiga e comum, consistia da formação de coletivos matrilineares femininos permanentes, acompanhados de coletivos instáveis e não cooperativos de machos sem parentesco direto entre si (indivíduos migrantes, em grupos de composição volátil). A segunda contava com o mesmo tipo de cooperação feminina, mas associada ao exercício de dominância estrita nas relações intramasculinhas, com a composição de haréns. Pensar as formas de organização social em uma escala macro-histórica e para além das sociedades humanas modernas exige que consideremos, como critério central, os desafios produzidos pelas necessidades energéticas femininas. São as fêmeas em espécies eutérias as que sofrem a maior pressão pelo acesso a fontes de energia (recursos alimentares, de maior riqueza nutricional possível), dado que os custos da lactação e de uma relativamente longa gestação intrauterina estão longe de serem desprezíveis. A partir desse desafio evolucionário se justifica a formação (absolutamente inata, ressalte-se) de coletivos femininos matrilineares permanentes, fundados em relações de cooperação voltadas para a garantia das necessidades energéticas mútuas, preservando a comunidade genética (FOLEY, 2003: 220; NORDHAUSEN; OLIVEIRA Filho, 2015: 36).

Como a territorialidade é definida pelas estratégias de forrageamento dos coletivos femininos, os machos não cooperativos os acompanham, e disputam oportunidades reprodutivas entre si, a partir de intenso comportamento agonístico interpessoal. No caso da formação de haréns, o exercício da dominância por apenas um macho, que se esforça para negar oportunidades a seus rivais através de violência e intimidação, promove ainda mais agonismo, níveis mais expressivos de dimorfismo sexual (diferença entre machos e fêmeas quanto a massa corporal, morfologia dos caninos e massa muscular) e menores oportunidades de cooperação masculina. Em termos cognitivos, manifestam-se entre muitas dessas espécies formas de inteligência social intrincadas, com módulos inatos, dedicados ao gerenciamento de conflitos. Não obstante, dada a potencial efemeridade das relações sociais em âmbito masculino, mecanismos comportamentais que ensejem reações do tipo *fight or flight* seguem sendo evolucionariamente muito relevantes, de modo que, diante de uma força avassaladora e da sociabilidade instável e impermanente, o recuo e a eventual migração para outro grupo podem cumprir suficientemente seu papel na regulação de conflitos intrassociais (FOLEY, 2003: 223-224; WRANGHAM; PETERSON, 1996: 131).

Uma alteração nas condições ecológicas dos habitats ocupados por determinadas espécies de grandes símios pode ter provocado a migração de populações para outras regiões, ou a lenta adaptação de populações locais ao novo contexto. A savanização gradual da África oriental e de parte da África central avança ao longo do Cenozoico e encontra um ponto crítico para os grandes símios por volta de oito a seis milhões de anos atrás; para grandes primatas que resistiam com seus grupos sociais nessas paragens, a heterogeneidade e a perda de valor nutricional dos recursos naturais começou a cobrar seu preço, exigindo respostas adaptativas ou o deslocamento para regiões de floresta tropical em retração. A rarefação dos recursos no território inviabilizou, em grande parte, as estratégias de cooperação matrilinear feminina até então pra-

1 Último ancestral comum entre humanos modernos e chimpanzés-comuns.

ticadas; a dispersão e o menor valor energético concentrado em um mesmo trecho de bosque ou mata leva os coletivos aparentados a precisarem disputar o acesso a esses recursos (sinalizando negativamente para estratégias *win-win* tais como aquelas fixadas etologicamente até ali) ou a se espalharem pela paisagem, levando a cooperação feminina a níveis de eficiência teoricamente subótimos. Favorecem-se, nesse contexto evolucionário, e por um lado, o esvaziamento da sociabilidade matrilinear, com as fêmeas migrando ao atingirem a maturidade em direção a outros grupos sociais, de modo a disputar recursos o mais distante possível de sua comunidade genética materna; e por outro, a eclosão da *sui generis* cooperação patrilinear masculina, tipo primatologicamente exótico de etologia social, e verificado entre poucas espécies, dentre as quais o chimpanzé-comum e, provavelmente, nosso último ancestral comum (AURELI et al., 2008: 629-630; FOLEY, 2008: 230).

A constituição de coletivos patrilineares masculinos, em associação a grupos de fêmeas não aparentadas, geraria por si só um problema: como regular as formas de acesso a oportunidades reprodutivas sob controle dos ciclos de ovulação das fêmeas do bando, mantendo-se o mais próximo possível de uma estratégia *win-win*, ensejada pela cooperação permanente em âmbito da comunidade consanguínea? Como vimos, as estratégias etológicas mais comuns em outros contextos ou consistiam do acirramento do conflito masculino interpessoal, com alta letalidade potencial, ou a migração para outros grupos; preservada a patrilinearidade e a patrilocalidade permanente, ficam proscritas as duas estratégias, uma vez que a primeira coloca em sério risco uma distribuição mais equilibrada dos ganhos em termos de *fitness* evolucionário, e a segunda esvazia na essência a própria sociabilidade masculina estável. Naturalmente não há qualquer razão para desconsiderarmos que, no limite, o agravamento climático e seus impactos nos ecossistemas africanos poderiam, hipoteticamente (excluídos outros fatores), ter tornado as próprias sociedades permanentes de grandes símios nas zonas aridificadas simplesmente inviáveis; entretanto, a gregriedade e a cooperação são ativos evolucionários que, uma vez conquistados pela força das circunstâncias, tendem a gerar ganhos que lhes garantem uma sobrevivência talvez inesgotável (SHULTZ; OPIE; ATKINSON, 2011: 222; WRANGHAM; PETERSON, 1996: 128; 186).

Outro efeito da relação entre essas sociedades primatas em nosso passado profundo e o ecossistema foi o de, ao desconcentrar recursos (e fêmeas) no território, tornar a dominância harênica impossível. Em linhas gerais, a vigilância do espaço a partir de um “panóptico masculino”, de modo a evitar ou dificultar a incursão de machos rivais, tornou-se sensorialmente inviável; abriu-se então a oportunidade para que, ao invés de conflito, a cooperação entre machos aparentados, voltada ao controle coletivo e compartilhado do território, ganhasse força. A formação, desse modo, de coalizões masculinas (fato etológico bastante raro) em torno das relações de parentesco, se volta para prevenir o acesso de *qualquer outro macho* ao coletivo de fêmeas do bando, e aos recursos explorados por elas. Para que a cooperação funcione, e para que a disputa entre agendas reprodutivas individuais não venha a produzir fraturas no coletivo, estrutura-se etologicamente, ao longo de milhões de anos de evolução, uma dinâmica inteligência social especializada, inata, etológica, dedicada exclusivamente ao processamento de informações sociais, de modo a fazer funcionar uma dinâmica hierarquia de *status*; ela deve estabelecer as normas e as formas de disputa por degraus mais elevados na pirâmide de poder interna, e produzir freios prossociais poderosos que impeçam o conflito interpessoal de transcender limites administráveis para a preservação do grupamento social.

Essa inteligência social, de grande capacidade e custo energético, ao contrário da inteligência geral, não se baseia na aplicação de regras de aprendizado simples e padronizadas, gerando conteúdo cumulativo e modificado a partir da interação com o ambiente, por tentativa e erro; sua especificidade está em: 1) ampliar a dedicação e a velocidade de processamento cognitivo de pistas sensoriais que permitam a previsão do *locus* de *status* desfrutado por terceiros, num dado momento, através da análise de linguagem corporal e de vocalizações, bem como do rastreamento e análise do histórico de interações entre outros indivíduos do grupo; 2) formular hipóteses a respeito do provável comportamento de um indivíduo em relação a terceiros, envolvendo ou não a participação hipotética do próprio observador; 3) a partir da formulação de hipóteses sociais, produzir estratégias para ascensão ou manutenção de *status*, com o largo emprego de alianças e coalizões. Trata-se, do fim ao cabo, de uma “etologia política”, inata, que marca o comportamento de chimpanzés-comuns, e que se encontra nas profundezas ancestrais de nossa linhagem (AURELI et al., 2008: 632; MITHEN, 2002: 129-131; WRANGHAM; PETERSON, 1996: 128; 186).

O rito etológico na luta por status entre chimpanzés-comuns de um mesmo grupo social segue alguns princípios elementares, identificados e assim interpretados a partir da observação destes primatas em seu ambiente natural (MITHEN, 2002; WRANGHAM; PETERSON, 1996):

a) A perspectiva de uma dominância estável e contestável somente através da força, tal como ocorre em *Gorilla gorilla*, está descartada, de modo que as relações de *status* são organizadas em redes de poder fluidas, com alianças instáveis entre machos e entre fêmeas (mais intensas entre os primeiros); as ascensões e quedas na pirâmide de prestígio do grupo indicam que a mobilidade é ampla, e é aspecto integrante da própria etologia social (potencialmente desde o último ancestral comum entre homens e chimpanzés-comuns);

b) O rito envolvendo os movimentos de ascensão e queda na pirâmide de *status*, embora faça parte de uma estratégia de soma não nula (*win-win*) no longo prazo (porque integra o conjunto de freios etológicos prossociais que impedem a dissolução da sociedade a partir do choque irrestrito entre agendas reprodutivas individuais), no curto prazo resulta em jogo de soma zero, no qual cada degrau acima envolve o movimento de outros indivíduos degraus abaixo, dependendo de uma dimensão estritamente relacional (se A ascende sobre B, todos os que estão abaixo de B estarão igualmente abaixo de A).

c) Machos enfrentarão outros machos numa intrincada dinâmica de formação de coalizões de apoio, que envolvem a intimidação do adversário e de seus aliados, e a conquista de cada vez mais suporte dos membros do grupo, expresso por maior tempo social despendido entre um contestante / defensor e seus apoiadores (envolvendo a prática do grooming e outras formas de recreação e transmissão de confiança). A ascensão de um competidor traz ganhos de *status* não lineares para todos os membros de sua coalizão;

d) A dimensão “ritualística” (em sentido lato, desprovida, naturalmente, da natureza simbólica com que contam as culturas de humanos modernos) é crucial nas disputas de *status*, porque fornece informação de rápida identificação sensorial a partir da inteligência social especializada. Os ciclos de disputa envolvem justamente a violação de comportamentos sociais esperados, que indicam o reconhecimento do *status* de um terceiro; um chimpanzé-comum se abaixa diante de um coespecífico de maior *status*, deixa-se tocar no ombro pelo outro, entre outras demonstrações pertencentes ao universo da cognição social corporificada. Ao negar a um indivíduo com maior nível de *status* corrente a realização desses rituais, abre-se o conflito.

e) As disputas por *status* acabam por envolver indiretamente a maior parte do grupo, e seus ciclos se concluem através do estabelecimento do “consenso”, na medida em que a maioria dos integrantes do grupo social converge em suporte de um determinado competidor e da coalizão que lhe dá apoio. A partir daí, reconhecem-se ganhos e perdas, executam-se as gesticulações e vocalizações esperadas como sinalização de submissão/dominância, até que nova contenda se inicie.

Esgotamento da cognição prossocial: *outgroups* e a violência intersocietária coalizacional

A etologia prossocial nos chimpanzés e em nosso último ancestral em comum não está à prova de falhas, e é sugestiva a ideia de que existam limites razoavelmente fluidos, mas ainda assim efetivos, no volume médio de informação social capaz de ser processada cumulativamente. Desse modo, ainda que composta por módulos mentais dedicados e especializados, a atividade cognitiva social tem significativa correlação com o volume neocortical, e ambas tem, como *proxy*, o tempo de *grooming* e outras formas de recreação necessárias para a renovação dos laços sociais e para a reafirmação das hierarquias. Isso significa dizer que, quando o número de relacionamentos a serem processados supera determinada faixa limítrofe (variável segundo a encefalização, em cada espécie), o volume de informação sensorial a ser detectada e analisada, bem como o número de combinações possíveis de relacionamentos envolvendo duas ou mais partes, superam o poder de processamento mental, tornando com isso a cooperação e a coordenação menos viáveis. Nesse âmbito, a identificação do lócus hierárquico de outros coespecíficos (mas não de todos) se torna cada vez mais vaga, e, com isso, menos eficaz é o funcionamento generalizado dos freios prossociais. Assim, por força da demografia ou de fatores ambientais, a capacidade de funcionamento da etologia social pode ser prejudicada, provocando intensificação do conflito interno entre agendas individuais; para isso a fissão dos grupos tende a ser a resposta. A fragmentação espacial dos grupos leva novamente as requisições sobre o processamento da inteligência social a níveis administráveis, no âmbito de cada um dos grupos formados (AIELLO; DUNBAR, 1993: 184-185; AURELI et al., 2008: 637; FERGUSON; BEAVER, 2009: 291).

O que dizer das relações entre grupos, intersocietárias? Com freios etológicos prossociais atuando na mediação de conflitos no âmbito interno a cada uma das unidades “políticas”, não há qualquer mecanismo igualmente inato capaz de impedir que a violência letal seja levada a um ou mais indivíduos sobre os quais não se tenha mais informações sociais, que permitiriam traçar estratégias no âmbito do rito das disputas por *status*. O descarte de informação social excessiva, promovido pela secessão dos grupos, situa o “estrangeiro” como ente externo à hierarquia e, portanto, como desprovido da condição de objeto do gerenciamento de conflitos. As relações intersocietárias, desse modo, ficam restritas, entre chimpanzés-comuns e, provavelmente, o último ancestral comum entre eles e os humanos modernos, a contatos violentos, longe de serem meramente ocasionais. É bastante significativa a dinâmica das “guerras” entre chimpanzés, na medida em que, analisados em detalhes seus desdobramentos, se vem a concluir que sua lógica está na eliminação física dos machos “adversários”, na desarticulação das comunidades vizinhas,

e na abdução de suas fêmeas. Isso é tentado ao longo de muitas incursões no território de forrageamento do grupo vizinho, promovidas por bandos de machos eventualmente acompanhados por poucas fêmeas nulíparas, e promovidas sem qualquer outro objetivo observado senão o de promover a violência letal em nível intersocietário e coalizacional (ROSCOE, 2007: 485-486; WRANGHAM; PETERSON, 1996: 6-7; 162-165).

Do processo de mobilização para cada ato de violência coalizacional intersocietária, até o desfecho e retorno ao território de origem, alguns temas são relevantes:

a) O processo de mobilização é deflagrado por um macho em escalão superior de *status*, e se dá por meio de ritualização, com vocalizações e arruaça, com forte conteúdo somático e sensorial, o que incita etologicamente seus congêneres. Uma vez bem sucedida, a mobilização resulta na composição de bandos temporários, organizados com o único objetivo de levar a violência ao “inimigo”. Não se trata de um ato defensivo, ou resultado de qualquer ato de patrulhamento coletivo do território.

b) Durante o avanço em direção ao território vizinho, a atenção sensorial para evidência da presença de chimpanzés alheios à comunidade é intensa; a percepção de marcadores no terreno que sugerem a proximidade da fronteira entre os dois territórios reduz o número de vocalizações emitidas, e ampliam ainda mais a atenção. Caso vocalizem, e um chimpanzé “desconhecido” responde, sinais de ansiedade se tornam visíveis, e a etologia prossocial entra em cena: os membros do grupo realizam com maior frequência gestos e ações específicas, que em condições normais, são empregados para acalmar e renovar a confiança mútua, como toques e abraços.

c) A estratégia de violência entre grupos de chimpanzés-comuns busca explorar ao máximo a assimetria entre oponentes. Lançar um ataque sobre um oponente isolado é o principal objetivo; nos nichos explorados por esses primatas, e muito provavelmente pelo nosso ancestral comum (bordas entre florestas e savanas, bosques abertos), a rarefação de recursos no território conduz a frequente dispersão em seus já desconcentrados macrogrupos sociais, criando oportunidade para o engajamento de um adversário solitário. Durante um reide, caso não seja identificada uma vantagem numérica decisiva para os atacantes, o grupo agressor se retira sem realizar o ataque. Em caso de contato com oponentes em pequeno bando, se as condições de assimetria numérica forem favoráveis, os agressores buscarão isolar seus adversários, para impedir que cooperem em sua defesa.

d) Não há contexto observado de violência não letal e intimidação movida por uma coalizão agressora contra machos membros de um *outgroup*. A letalidade parece ser sempre buscada, e há registros de demonstrações etológicas de conteúdo intrigante, como a emasculação de oponentes moribundos, e a partilha de partes corporais e de sangue de adversários mortos. A associação entre a violência coalizacional intersocietária e o canibalismo é de particular interesse, uma vez que os chimpanzés-comuns evidenciam marcadores corporais e vocalizações diferentes quando lidam com indivíduos do *ingroup* e do *outgroup*: enquanto toda a ritualística presente nas disputas por *status* e formação de alianças se evidencia no primeiro caso, no segundo, a linguagem corporal e vocal dos agressores se confunde com as mesmas relacionadas ao ato de caça (chimpanzés, não raras vezes, se alimentam de pequenos vertebrados e mesmo de outros macacos menores). Temos, então, que o “estrangeiro” ganha enquadramento etológico de “presa”, com todas as consequências comportamentais advindas. A resignificação da natureza do inimigo é chamada de “deschimpização”, análoga e muito provavelmente congênera da “desumanização” (ROSCOE, 2007; MITHEN, 2002)

e) As incursões podem também se associar à tentativa de coação de fêmeas dos grupos vizinhos, por meio de intimidação e violência não letal, de modo a que desertem e se juntem ao bando agressor. Em caso de sucesso, os primeiros filhotes nascidos de fêmeas recém incorporadas são com frequência vítimas de infanticídio por parte dos machos adultos. Esse tipo de comportamento não é incomum entre mamíferos sociais, e tem por resultado minimizar os impactos da incerteza de paternidade em regime de acasalamento poliginândrico: como entre chimpanzés-comuns não existe exclusividade sexual, as cópulas tendem a envolver todos os machos e todas as fêmeas, com privilégios segundo o *status* social. Diante, portanto, da diluição do lócus paterno, o infanticídio opera como garantia de que a prole não carrega herança de machos alheios ao *ingroup*. Esse é um importante fator (a ausência de marcante desigualdade nas oportunidades reprodutivas) que torna o engajamento na violência intersocietária uma estratégia potencialmente remuneradora para todos os machos envolvidos.

f) O equilíbrio de poder é uma estratégia etologicamente relevante na prevenção da violência intersocietária entre chimpanzés-comuns. Isso porque a agressão letal, embora não seja um fenômeno etológico raro entre mamíferos, ocorre com maior frequência no nível interpessoal e assimétrico, e entre adultos e jovens (ROSCOE, 2007: 485-486; WRANGHAM; PETERSON, 1996: 6-7; 162-165). Agressão letal entre adultos é comportamento de alto risco, com o potencial de provocar a morte de agressores e/ou vítimas. O que torna a violência intersocietária possível nos moldes em que ocorre entre chimpanzés é justamente a cognição social, agindo de forma a produzir intensa cooperação, coordenação e freios prossociais. A estratégia coalizacional tem potencial de romper o equilíbrio de poder, de levar a violência letal ao inimigo com riscos mínimos para os agressores, e de maximizar os retornos individuais decorrentes da expansão do território de forrageamento (consequência do declínio demográfico dos grupos vizinhos) e da abdução de fêmeas em regime poliginândrico.

A guerra e a mente do humano moderno: entre Clausewitz e Keegan

Naturalmente, tudo isso diz respeito aos nossos parentes evolucionários mais próximos, com quem compartilhamos quase 99% dos genes, além de, com farta dose de probabilidade, configurar complexos comportamentais já presentes no último ancestral comum entre humanos modernos e chimpanzés-comuns. Nesse quadro, qualquer um poderia alegar, com absoluta razão, que as sociedades humanas funcionam em outros marcos, tanto estruturais quanto de complexidade, que humanos modernos são racionais e conscientes, e que são animais culturais; desse modo, ficaria dado que as guerras entre sociedades humanas são fenômeno de outro tipo, incorrendo em outra dinâmica e outra lógica. De fato, a evolução humana nos fez percorrer outras sendas; a despeito disso, a dinâmica evolucionária nunca se confunde com a prancheta do criador, em que desenhos são apagados para dar origem a outros, traçados do zero; é colagem que se produz ao longo de milênios, com imagens em camadas, sobrepostas, umas visíveis, outras quase imperceptíveis, mas ainda presentes. A mente humana, ainda que qualitativamente distinta em decorrência de seu formato metarrepresentacional e transdominial, carrega

em sua ontologia e filogenia todo o conteúdo evolucionário do passado profundo, substancialmente situado na opacidade do inconsciente coletivo (MITHEN, 2002; STEVENS, 2002).

Em nós, humanos modernos, inteligências especializadas, de altíssimo desempenho e custo energético, operam em conjunto, com seus algoritmos e conteúdos inatos ou aprendidos circulando livremente, gerando conhecimento de caráter criativo e fundamentalmente transversal. Em decorrência dessa transdominialidade, para os humanos uma floresta pode conter um universo de informações naturalísticas relativas ao forrageamento (nos recursos que contém), e ao mesmo tempo representar espaço socialmente construído na forma de, digamos, ser a “morada dos ancestrais”, além de dispor de características de um ser senciente e linguístico, com quem se conversa, a quem se escuta e se respeita; e, de modo verossímil, o alimento que a floresta provê não raramente seria interpretado como um “presente” dos ancestrais, desde que seja ela (a floresta) respeitada como um membro de mais alto *status* no *ingroup*, provendo necessidades energéticas e renovando os laços sociais por meio das representações simbólicas e mitológica, simultaneamente. Os verdadeiros apreciadores de veículos automotores em sociedades industriais sabem que, além de uma ferramenta do mundo da técnica, carros podem ser tratados como entes “de estimação” (com o quais se estabelecem relações afetivas) além de fornecerem informação social a respeito do nível de *status* efetivo ou simulado do proprietário (acho que poucos donos de veículos “utilitários” no mundo capitalista levam mais a sério o fator técnico que dá nome à coisa – a utilidade – do que a estridente mensagem social que pretendem transmitir aos motoristas de carros populares, embora, a bem da verdade, isso seja também “útil”, à sua maneira).

A articulação entre os domínios cognitivos com forte presença de algoritmos inatos (e etológicos, portanto) é feita por um domínio mestre, o módulo de metarrepresentação, que ganha esse nome por produzir imagens simultâneas de um mesmo objeto em diferentes inteligências especializadas, e combiná-las de forma criativa; além disso, é no módulo de metarrepresentação que se manifestam representações holísticas sobre o próprio saber, a consciência da consciência. Há evidências que sugerem que chimpanzés são conscientes de si e dos outros apenas no âmbito das relações sociais, mas em nenhum outro. Chimpanzés não se utilizam de ferramentas (que produzem) para transmitir mensagens sociais e auxiliar em suas disputas de *status*, nem tampouco parecem capazes de usar seus algoritmos sociais no seu relacionamento com o mundo natural (MITHEN, 2002: 139). A capacidade humana de empregar, de forma consciente ou inconsciente, algoritmos etológicos profundamente enraizados, em âmbitos para os quais não foram inatamente direcionados – ou seja, nossa capacidade para certa “confusão criativa” – é o que torna a resolução do embate entre a “cultura guerreira” de Keegan e a “racionalidade da guerra” de Clausewitz menos trivial do que pode vir a parecer.

Insistiremos aqui na inexistência de uma oposição real entre essas duas proposições, e no fato de que elas remetem a instâncias diferentes da complexa fenomenologia da cognição social – ou de seu esgotamento. Em primeiro lugar, a questão não parece envolver um problema de racionalidade x irracionalidade. Se para Clausewitz a guerra é fundamentalmente racional, porque se presta a ser meio a um fim, que é o de conduzir a continuação da política somada a outros meios, os resultados da violência coalizacional intersocietária em *Pan troglodytes* também possuem uma sólida dimensão racional; na condição de meio para um fim, a guerra concorre para a expansão do território de forrageamento de um grupo social e amplia o número de oportunidades sexuais a todos os machos (ainda que de forma desigual no curto prazo) em decorrência do regime poli-

ginândrico. É evidente que as guerras entre sociedades de humanos modernos, e especialmente os conflitos interestatais, geralmente envolvem diferentes finalidades para as quais a violência intersocietária será empregada instrumentalmente. Não precisamos, por qualquer razão, postular que as guerras modernas, sendo impactadas pela constante presença de “impulsos ancestrais”, precisem resultar em aumento do *fitness* reprodutivo masculino e ampliação do “espaço vital” de uma sociedade. Essa não é a maneira pela qual a ancestralidade da guerra nos chega. Os algoritmos etológicos que ecoam na mente metarrepresentacional e nos símbolos por ela produzidos, não são a causa da guerra, nem entre os humanos, nem entre os chimpanzés. Esses algoritmos são, em última instância, um dos meios que concorrem para que a guerra aconteça, ainda que surjam como condição indispensável.

O que humanos modernos fazem, na mobilização e na estratégia da guerra, é recorrer de forma consciente ou inconsciente à etologia contida em camadas profundas de inteligências especializadas, combiná-las com centenas de outros saberes, e trocar os valores das variáveis nos algoritmos para que sirvam aos “fins racionais” esperados. Em outros termos, devemos considerar que, nas mentes de mulheres e homens nos gabinetes de guerra modernos, a prospecção de cenários geopolíticos e a montagem da estratégia – ações racionais, por definição – se tornam verossímeis e, portanto, objeto de confiança, recorrendo-se voluntária ou involuntariamente a complexos etológicos profundos, que tornam familiares e autoexplicativos certos cursos de ação, em detrimento de outros. Então, em toda busca de um objetivo racional envolvendo a estratégia, algoritmos evolucionários estão francamente presentes; são os seus ecos na mente metarrepresentacional, em grande medida, que reduzem, em nível cognitivo, o grau de estranhamento e de incerteza a respeito de decisões que, no limite, podem envolver as vidas de milhares de pessoas. Na preparação para a guerra moderna em sua dimensão mais explícita de violência coalizacional, a doutrinação e o adestramento do combatente (bem como a mobilização da opinião pública) envolve larga dose de ativação massiva e programada de complexos etológicos inconscientes, envolvendo a fixação de categorias simbólicas que reforçam a construção de *ingroups* imaginados (“pátria”, “nação”, “classe”, “irmãos de armas” e congêneres), e outros tantos elementos representacionais e discursivos de forte conteúdo cultural específico, capazes de deflagrar comportamento de desumanização através do delineamento de *outgroups* (“bárbaro”, “imoral”, “impuro”, “pagão”, “imperialista”, “comunista”, entre outros).

A guerra entre humanos modernos, se reduzida ao seu componente comportamental inato, resultaria em um fenômeno irracional: a potencial remuneração em termos reprodutivos, fixada evolucionariamente em nosso distante passado hominíneo, e capaz de justificar o esforço de imposição de violência intersocietária, não aparece como resultado do engajamento na guerra moderna. Desse modo, se a expansão do *fitness* evolucionário masculino é a suposta finalidade para a qual marcham os homens (e mulheres!) em direção ao campo de batalha, e que põe seus estrategistas a orientá-los, a guerra moderna seria um fenômeno irracional dado que, em tese, não contribui, nem na vitória nem na derrota, para esse objetivo. A racionalidade da guerra interestatal é produto da transdominialidade e da metarrepresentação cognitiva humana; é um meio para finalidades transversais ao econômico, ao político e ao cultural, que utiliza em grande medida a ativação – estratégica ou incidental – de complexos etológicos do inconsciente coletivo. Esses complexos, fixados ao longo de milhões de anos de história natural dos primatas, e voltados para mitigar pressões evolucionárias muito específicas, são empregados pelos humanos modernos

como ferramentas de compreensão, de significação profunda, de mobilização e de aceitação de contextos de violência letal intersocietária distintos daqueles originalmente relacionados a esse comportamento.

O orgulho, a emoção e o instinto, o triunvirato afetivo justificador da guerra em termos keeganianos, produz uma falsa contradição com o propósito racional. Essa provocação aos princípios clausewitzianos nos parece patinar, então, entre duas díades distintas: a da racionalidade x irracionalidade, e a da consciência x inconsciência. As dimensões ditas “irracionais” por Keegan precisam sê-lo mediante sua inadequação a determinados fins, e não nos parece que a violência intersocietária na longuíssima duração – do último ancestral comum entre humanos modernos e chimpanzés-comuns aos drones – tenha se constituído como mero conjunto de frivolidades, de destemperos ou de tragédias periódicas. Se algum embate se processa, ele se dá não entre o inconsciente e a racionalidade, mas entre o primeiro e a consciência; e mesmo nesse caso, a noção de “embate” decerto não faz jus ao complexo jogo dialético entre essas instâncias da mente metarrepresentacional. Irracional é aquilo que adentra o terreno da ação objetivando ou resultando em consequência subótima. Ação que resulta em consequência ótima – teoricamente, pelo menos – para objetivos buscados conscientemente (como meta planejada e fruto de representação simbólica) ou inconscientemente (fruto de algoritmos evolucionários), deve aparecer como racional. Desse modo, a “cultura guerreira” pode ser mecanismo de vazão para impulsos primais, sem que deixe de ser meio para um fim, que a transcende.

Keegan é capturado pela contradição entre intuir acerca de uma “condição humana” direcionada para a guerra, e precisar defini-la como “cultura”. Considerando os mecanismos de construção da violência intersocietária que descrevemos, um “instinto guerreiro” nos parece desprovido de evidência; mas, não obstante a isso, o pensamento de Keegan contribui decisivamente para invocar as dimensões de longuíssima duração do problema e, especialmente, para que pensemos a interação, no fenômeno da guerra, entre o inconsciente coletivo evolucionário (JUNG, 2015) e os sistemas culturais particulares, na longa duração das sociedades. Devemos, então, esvaziar a confusão conceitual keeganiana desdobrando a “cultura guerreira” em dois componentes. A compreensão profunda da guerra exige que nos debruçemos sobre a compreensão das “mobilizações psíquicas ancestrais” que envolvem as projeções da etologia da prosocialidade e do seu esgotamento sobre a mente metarrepresentacional, e sobre o estudo das verdadeiras “culturas guerreiras”, conjunto de práticas conscientes e inconscientes específicas a cada sociedade humana. As culturas guerreiras combinam e mobilizam saberes e complexos etológicos enraizados, de modo a produzir representações, símbolos, mitos e visões de mundo a respeito da guerra enquanto problema social.

A cultura guerreira keeganiana não é o que parece, e talvez, a racionalidade clausewitziana também não o seja, caso venha a se confundir com o problema da consciência. Keegan recorre a uma dimensão universal, e desse modo, termina por postular seu objeto como um fenômeno pré-cultural, inato, que permeia todas as sociedades. Mas não existe uma etologia do comportamento guerreiro, como vimos; não se identificam complexos inconscientes dedicados a levar a violência letal ao “outro”. O que temos, sim, é a centralidade do esgotamento da cognição social como fenômeno relevante: a eventual incapacidade de reconhecer o lócus hierárquico de um crescente número de indivíduos, e a impossibilidade de submetê-los aos freios etológicos prossociais em operação. Esse esgotamento faz com que a condição de coespecífico de determinados indivíduos

não seja reconhecida, processo que ganha escala com o fracionamento dos grupos e a ativação da etologia da caça no relacionamento entre indivíduos pertencentes a pirâmides sociais distintas. A violência letal intersocietária é viabilizada pelo próprio reforço da sociabilidade e da cooperação no *ingroup*, uma vez que o nível de pressão psicológica e de comportamento patológico seja reduzido pela recondução do número de interações sociais a níveis cognitivamente seguros.

Considerações finais

Em resumo, processos que Keegan entendeu como uma “cultura guerreira” se referem a meios para os fins racionais da guerra. Como fruto da mente metarrepresentacional, essa cultura organiza símbolos, imagens, explicações e visões de mundo que, interagindo com conteúdo etológico, promovem o reconhecimento das categorias comuns aos indivíduos que compõem diversos *ingroups* imaginados, mediado pelo reconhecimento dos marcadores que definem *outgroups* com diferentes níveis de distanciamento (e, quanto mais distantes, menor a valência). Sua ubiquidade intrigou a Keegan, e não sem razão; o fenômeno da “cultura guerreira” ocorre de forma análoga a uma extensa homoplasia (desenvolvimento paralelo) em sociedades que nunca tiveram contato entre si. Esse paralelismo, contudo, não deve nos surpreender. A ontologia da cognição social (ou seja, seu desenvolvimento desde a primeira infância) é fortemente impactada pela comunicação (verbal / não verbal) e pelo contato sensorial com a família extensa, e com a comunidade de relacionamento direto; tudo isso é capaz de gerar eficiente *priming* na identificação dos membros desse *ingroup* já na infância. Então, a prossocialidade etológica deve ecoar mais fortemente nesse nível elementar de sociabilidade, e para que seja simulada em níveis de organização social mais complexos que o da família, manipulação cultural é condição indispensável. As culturas guerreiras atuam nesse sentido, o de projetar a imagem familiar sobre *ingroups* imaginados, e, por consequência, delinear *outgroups* sobre os quais a mente metarrepresentacional deve direcionar os complexos deflagrados pela suspensão da prossocialidade.

Referências

- AIELLO, Leslie; DUNBAR, Robin. Neocortex size, group size, and the evolution of language. *Current Anthropology*, v. 34, n. 2, p. 184-193. 1993.
- AURELI, F. et al. Fission-fusion dynamics: new research frameworks. *Current Anthropology*, v. 49, n. 4, p. 627-654. 2008.
- BASSFORD, Christopher. John Keegan and the grand tradition of trashing clausewitz: a polemic. *War in History*, v. 1, n. 3, 1994, p. 319-336.
- FERGUSON, Christopher; BEAVER, Kevin. Natural born killers: the genetic origins of extreme violence. *Aggression and Violent Behavior*, v. 14, n. 5, p. 286-294. 2009.
- FOLEY, Robert. *Os humanos antes da humanidade: uma perspectiva evolucionista*. São Paulo: UNESP, 2003.

- GRAY, Colin. Clausewitz rules, OK? The future is the past - with GPS. *Review of International Studies*, v. 25, n. 5, p. 161-182. 1999.
- HARARI, Yuval Noah. *Sapiens: uma breve história da humanidade*. Porto Alegre: L&PM, 2015.
- HERBERG-ROTHER, Andreas. Primacy of “politics” or “culture” over war in a modern world: Clausewitz needs a sophisticated interpretation. *Defense Analysis*, v. 17, n. 2, p. 175-186. 2001.
- JUNG, Carl Gustav. *O Eu e o Inconsciente*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- KEELEY, Lawrence. *War before civilization: the myth of the peaceful savage*. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- MITHEN, Steven. *Apré-história da mente: uma busca das origens da arte, da religião e da ciência*. São Paulo: UNESP, 2002.
- NORDHAUSEN, Mônica; OLIVEIRA Filho, Paulo. Nós, primatas. In: NEVES, Walter et al (Org.). *Assim caminhou a humanidade*. São Paulo: Palas Athena, 2015, p. 14-47.
- ROSCOE, P. Intelligence, coalitional killing, and the antecedents of war. *American Anthropologist*, v. 109, n. 3, p. 485-495. 2007.
- SHULTZ, Susanne; OPIE, Christopher; ATKINSON, Quentin. Stepwise evolution of stable sociality in primates. *Nature*, v. 479, n. 7372, p. 219-222. 2011.
- STEVENS, Anthony. *Archetype revisited: an updated natural history of the Self*. Londres: Routledge, 2002.
- WRANGHAM, Richard; PETERSON, Dale. *Demonic males: apes and the origins of human violence*. Boston: Mariner, 1996.